

**Novo impulso à reforma litúrgica no  
Brasil à luz do pontificado do**  
*Papa Francisco*



**Caderno de Conteúdos**  
**33ª SEMANA DE LITURGIA – 21 a 25 | OUT | 2019**  
Mosteiro de Itaici – Indaiatuba-SP

**REALIZAÇÃO:**



**EM PARCERIA COM:**



**CERTIFICAÇÃO ACADÊMICA**



# Apresentação

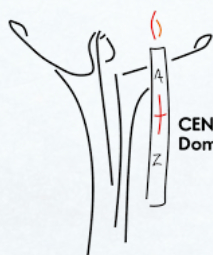
Desde o momento em que assumiu a cátedra de Pedro, o Papa Francisco, bispo de Roma, tem se mostrado uma pessoa de palavras e gestos profundamente significativos para a vida da Igreja. Como um filho legítimo do Concílio Vaticano II, tem convocado a Igreja a retomar o caminho indicado pela assembleia conciliar à luz da experiência originária: Ser Igreja Discípula de Jesus, pobre, a serviço dos pobres. Este é o eixo do pontificado de Francisco como foi o do Concílio, assumido criativamente em nossa América Latina por Medellín. E é em função de uma Igreja viva, que Francisco defende uma liturgia viva. Aos participantes da 68ª Semana de Liturgia, Itália, recordou que "não se trata de reconsiderar a reforma revendo as suas escolhas, mas de conhecer melhor as razões subjacentes (...), assim como de interiorizar os seus princípios inspiradores e de observar a disciplina que a regula". E afirma "com autoridade magistral que a reforma litúrgica é irreversível" (RL 267, p. 17). Recentemente, na assembleia plenária da Congregação para o Culto Divino [RL, 273, p. 29], enfatizou a importância da formação litúrgica para o povo, para o clero e demais ministros, porque "a liturgia é a via mestra através da qual passa a vida cristã em todas as fases do seu crescimento". Diante dos ataques e retrocessos que ameaçam os princípios ditados pela *Sacrosanctum Concilium*, o Papa Francisco nos anima e encoraja a retomar o processo que vivemos no Brasil graças ao árduo trabalho da CNBB. É sobre este caminho que está à nossa frente que vamos nos debruçar nesta 33ª semana de Liturgia.

## **CENTRO DE LITURGIA DOM CLEMENTE ISNARD (CLDCI)**

### **Equipe de Organização da 33ª Semana de Liturgia**

[semanadeliturgia@centrodeliturgia.com.br](mailto:semanadeliturgia@centrodeliturgia.com.br)

#### **REALIZAÇÃO:**



**CENTRO DE LITURGIA  
Dom Clemente Isnard**

**CENTRO DE LITURGIA DOM  
CLEMENTE ISNARD**  
[www.centrodeliturgia.com.br](http://www.centrodeliturgia.com.br)

#### **EM PARCERIA COM:**



**CELEBRA  
REDE DE ANIMAÇÃO LITÚRGICA**  
[www.redecelebra.com.br](http://www.redecelebra.com.br)

#### **CERTIFICAÇÃO ACADÊMICA:**



**UNISAL  
Campus PIO XI**  
[unisal.br](http://unisal.br)



# Sumário


<b>Programação</b> .....	4
<b>1. Novo impulso à reforma litúrgica no Brasil à luz do Pontificado do Papa Francisco</b> .....	7
<b>2. Contextualização Fenomenológica da Realidade: Avanços e Retrocessos no Campo da Cultura, Política, Família e Academia em Nível Nacional e Mundial</b> .....	12
<b>3. Biografia do Papa Francisco</b> .....	21
<b>4. Movimento Litúrgico no Brasil e Vaticano II</b> .....	29
<b>5. A Reforma Litúrgica no Brasil</b> .....	39
<b>6. “Voltar ao Papa Francisco”: magistério, gestos, discursos emblemáticos...</b> .....	53
<b>7. Rodas de Conversa</b> .....	59
7.1. Documentos, Diretórios e Subsídios da CNBB Para a Liturgia.....	60
7.2. A Oração Eucarística V.....	62
7.3. Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil Tradução dos Textos e Adaptação dos Ritos .....	65
7.4. Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil: Formação litúrgica: instituições (ISPAL, CLDCI, ASLI, Rede Celebra) e seus cursos.....	69
7.4.1. Síntese - Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil.....	79
7.5. Ofício Divino das Comunidades 30 Anos de Caminhada.....	83
7.6. Música Litúrgica (Hinário Litúrgico da CNBB entre Outras Iniciativas).....	91
7.7. Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil Celebração Dominical da Palavra.....	95
7.8. Ministérios litúrgicos e participação ativa: caminho de discipulado! .....	106
7.9. As Comissões de Espaço Litúrgico e Arte Sacra: um pedido da SC .....	112

# Programação

Horário	SEGUNDA-FEIRA - DIA 15/out	Coordenação
	Coordenador do dia	Arnaldo
<b>Manhã</b>	Chegada, acolhida	Toda a equipe
<b>14h</b>	- Abertura, apresentação dos participantes - Oração	Arnaldo Equipe de Liturgia
<b>14h45</b>	Introdução e Justificativa ao tema da 33.ª SL	Pe. Danilo
<b>15h30</b>	Intervalo	
<b>16h</b>	Contextualização fenomenológica da realidade: social e eclesial	Pe. Matheus da Silva Bernardes e D. Jerônimo
<b>18h</b>	Intervalo	
<b>18h30</b>	Jantar	
<b>20h</b>	Ofício da Noite	Equipe de Liturgia
<b>20h45</b>	Reunião da coordenação	
Horário	TERÇA-FEIRA - 22/out	Coordenação
	Coordenador do dia	Ir. Penha Carpanedo
<b>7h</b>	Ofício da manhã	Equipe de Liturgia
<b>7h45</b>	<b>Café da manhã</b>	
<b>8h45</b>	Conversa sobre as celebrações, memória do dia anterior e encaminhamentos do dia	Ir. Penha Carpanedo
<b>9h</b>	<b>Papa Francisco</b>	Pe. Washington Paranhos
<b>10h</b>	Intervalo	
<b>10h30</b>	<b>Movimento Litúrgico no Brasil e Vaticano II</b>	
<b>11h30</b>	Reações dos participantes	D. Jerônimo
<b>12h</b>	Almoço	
<b>14h</b>	Ensaio de cantos	Equipe de Música
<b>14h45</b>	<b>Reforma litúrgica no Brasil</b>	D. Geraldo Lírio
<b>15h45</b>	Intervalo	
<b>16h15</b>	<b>Rodas de Conversa</b> <b>Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil</b>	Grupos
<b>17h45</b>	Intervalo	
<b>18h30</b>	Jantar	
<b>20h</b>	Ofício da Noite [completas]	Equipe de Liturgia
<b>20h45</b>	Reunião da equipe	

Horário	QUARTA-FEIRA - 23/out	Coordenação
	Coordenador do dia	Lourdes
7h	Ofício da Manhã	Equipe de Liturgia
7h45	Café	
8h45	Memória do dia anterior, conversa sobre as celebrações e encaminhamentos do dia	Lourdes
9h	<b>Plenária das Rodas de Conversa</b>	Lourdes
9h45	<b>Considerações dos assessores sobre a plenária</b>	
10h15	Intervalo	
10h45	Painel: Memórias da Reforma Litúrgica no Brasil	D. Geraldo Lírio e Pe. Marcelino
11h45	Reação dos participantes	Lourdes
12h	Almoço	
14h	Ensaio de cantos [capela]	Equipe de Música
14h45	<b>Descontinuidades da Reforma Litúrgica</b>	D. Geraldo Lírio
16h	Intervalo	
16h30	Rodas de Conversa: Em nossa prática, quais são os sinais da descontinuidade da reforma litúrgica?	Grupos
17h30	Intervalo	
18h	Ofício da tarde	Equipes de Liturgia
18h45	Jantar	
20h	Lançamento do livro sobre Pe. Gregório e outros títulos na área da Liturgia	Gabriel Frade
20h45	Reunião da coordenação	
Horário	QUINTA-FEIRA - dia 18/out	Coordenação
	Coordenador do dia	D. Jerônimo
7h	Ofício da manhã	Equipe de Liturgia
7h45	Café	
8h45	<b>Memória do dia anterior, conversa sobre as celebrações e encaminhamentos do dia</b>	D. Jerônimo
9h	<b>Plenária das Rodas de Conversa</b>	D. Jerônimo
9h45	Considerações dos assessores sobre a plenária	
10h	Intervalo	
10h30	<b>O Papa Francisco e a Liturgia</b>	Pe. Danilo Cesar
11h45	Reações dos participantes	
12h	Almoço	
14h	Ensaio de Cantos [capela]	Equipe de Música
14h45	<b>Rodas de Vivência: Rito do Lava-pés na Celebração da Ceia do Senhor (quinta-feira santa)</b>	Grupos
16h	Intervalo	

<b>16h30</b>	<b>Retorno para as vivências</b>	Grupos
<b>18h00</b>	Intervalo	
<b>18h30</b>	Ofício da Tarde	Equipe de Liturgia
<b>19h</b>	<b>Confraternização</b>	Equipe
<b>Horário</b>	<b>SEXTA-FEIRA - 19/out</b>	<b>Equipe</b>
	Coordenador do dia	Pe. Marcelino
<b>7h</b>	Celebração Eucarística	Equipe de Liturgia
<b>8h</b>	Café	
<b>9h</b>	<b>O que fazer para dar continuidade à Reforma?</b>	Pe. Danilo
<b>10h45</b>	Avaliação e encaminhamentos da próxima semana	Pe. Marcelino
<b>11h30</b>	Almoço	
<b>14h</b>	Reunião do Centro de Liturgia e Rede Celebra até às 17h. Avaliação da semana e encaminhamentos da próxima.	Equipe



**1**

**Novo impulso à reforma  
litúrgica no Brasil à luz do  
Pontificado do Papa Francisco**



## NOVO IMPULSO À REFORMA LITÚRGICA NO BRASIL À LUZ DO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO

### Introdução e justificativa da 33ª Semana de Liturgia

Pe Danilo César

- No início dessa 33ª Semana de Liturgia (SL), coube-me a tarefa de apresentar o percurso que trilharemos durante esses dias, apontando o seu eixo temático, bem como as diversas tratativas que aqui serão apresentadas, em vista do objetivo principal, formulado no título acima: *Novo impulso à reforma...* A tarefa não é simples, pois primeiramente significa estabelecer algum vínculo com a 32ª SL 2018: *Liturgia no Brasil: realizações, retrocessos e sinais de esperança à luz da Conferência de Medellín*.
- No ano passado, o olhar projetado sobre esse evento histórico da Igreja na América Latina relacionou o sentido eclesial da liturgia do Concílio Vaticano II com a sua recepção no contexto latino-americano. Destacou as realizações que concretizaram uma liturgia e Igreja com rostos próprios, e a profecia desse evento para a Igreja na década de sessenta. A SL suscitou para o momento histórico atual, sobretudo no apelo de uma Igreja pobre, com os pobres e para os pobres, a redescoberta de uma liturgia encarnada e mais evangélica.
- Naquele ano, tocou-nos sensivelmente o momento histórico de Medellín com seus desafios sócio-políticos, em paralelo com o nosso tempo e sua ressonância na liturgia. Vimos como as celebrações cristãs, como memória pascal de Cristo, estão em íntima conexão com a Igreja, com a história e com os pobres. Essa profecia de Medellín não ficou no passado e a 32ª SL conseguiu demonstrar a atualidade e pertinência da segunda conferência do CELAM.
- O final de cada semana sempre foi marcado pela escolha do tema do ano posterior, a ser estruturado e até reelaborado conforme às duas equipes organizadoras competentes, Centro de Liturgia e Rede Celebra.<sup>1</sup> Ambas buscam garantir na organização da SL, a pertinência teológica e pastoral do tema central, articulado e edificado pelos temas das exposições ao longo do evento.

*Antes de entrar propriamente no tema, gostaria de tecer algumas considerações a respeito da Semana de Liturgia, que exprimem minha concepção desse evento, mas compartilho com confiança, ao modo de reflexão:*

- As SL's definem-se por um esforço coletivo de pensar teológico e pastoral em torno da Liturgia. Não são apenas os expositores a contribuir, mas todos aqui reunidos, com suas bagagens (contextos eclesiais, celebrativos, socioeconômicos, culturais, pessoais e familiares...), seus interesses, buscas e expectativas, também suas discordâncias, críticas e objeções. Tudo num clima fraterno de honestidade intelectual, tendo presente o imprescindível parâmetro pastoral, buscando garantir o ambiente dialético, sem o qual não se faz teologia. Nesses tempos de polarizações, importa afirmar a teologia como exercício eclesial reflexivo da fé cristã,

<sup>1</sup> Lembramos que por trás dessas duas entidades estão pessoas ligadas às diversas instituições de ensino e pesquisa, grupos de promoção da liturgia conciliar, linhas de pensamento e contextos eclesiais que dão suporte e marcam sua atuação e pensamento. A Semana de Liturgia é uma importante e desafiadora oportunidade de fusão de horizontes.



sustentado por um espírito democrático, dialógico, plural e inclusivo, sem perder as grandes referências que norteiam o ser Igreja, a saber, o Concílio Vaticano II e sua recepção no contexto latino-americano.

- As SL's – ao meu ver – distinguem-se também por uma clareza eclesiológica que marca sua estruturação, ano a ano. Trata-se de uma opção inegociável pelo último Concílio da Igreja, que exprime a fidelidade ao dom do Espírito Santo que nos foi dado no Vaticano II. Neste sentido, as SL's são, sem sombra de dúvida, um esforço responsável, inteligente, afetivo e obediente à Igreja – por ela e com ela – uma adesão ao evangelho, ao Reino de Deus e a Jesus Cristo. Essa escolha comporta a renúncia a qualquer espírito de homologação que tenta afirmar que tudo é a mesma coisa, que tudo vale, ou que não fazemos opções. Por isso é preciso ter sempre presente a questão: de qual liturgia estamos falando e de qual Igreja?
- Nas SL's renunciamos também ao “fundamentalismo litúrgico” que reduz e restringe a experiência celebrativa do Mistério de Cristo ao *ordo* (ritual, livro). Sem negar a importância do rito, como parâmetro fundamental, é necessário, contudo assumi-lo em sua qualidade expressiva da fé. Como *forma fidei*, a liturgia nos estrutura a partir de um dinamismo espiritual que tende para a carne das nossas comunidades (cf. Jo 1,14), suas culturas, histórias, estilos... E a fé é dinâmica, obedecendo ao Espírito, antes que à letra (cf. 2Cor 3,6; Jo 3,8). A teologia litúrgica, debruçando-se sobre o rito, enquanto expressão viva do mistério e da Igreja, leva a tarefa de reconhecer e assumir um caminho de dentro da tensão entre a prescrição do ritual e a vitalidade das celebrações... Como evento teológico-pastoral, nosso encontro reconhece a Liturgia como organismo vivo da Igreja, capaz de refontalizá-la (“reserva de reforma”).
- Nos termos da teologia litúrgica, é necessário dizer mais. A Liturgia é *theologia prima*, isto é, ela figura, juntamente com as Escrituras e a Tradição como experiência fonte da fé, pois diz respeito à própria Revelação. Por isso requer também uma atitude doxológica e contemplativa, capaz de ouvir o inaudito, de se deixar guiar por essa expressão da fé (mistagogia), realizando aquilo que proclamou Hans Urs von Balthasar ao falar de uma “teologia de joelhos” – suspeito eu que se referia à liturgia... Nossas Semanas, também por isso, primam de modo excelente pelas celebrações que são preparadas e dispostas ao longo do dia, como fonte e raiz de qualquer reflexão que se pretenda discurrir em nossas exposições. É das celebrações que jorra a teologia mais pura!
- A liturgia é ainda assumida como fonte (*lex orandi*) quando, para além das exposições, damos espaço para que falem os ritos e as orações (cf. SC 48). Os laboratórios e as vivências são experiências mistagógicas que figuram como ocasiões ímpares de entrar no dinamismo próprio da liturgia da Igreja. Esse dinamismo nos foi apontado por São Bento com o seu adágio “que a mente concorde com a voz”. A saber, do corpo pessoal e eclesial (voz: sentidos, rito/ símbolos), ao coração (*cor*: afeto, vontade, adesão), para a racionalidade (mente: razão, elaboração). Os laboratórios são experiência desse dinamismo e dessa inteireza que nos alcança pessoal e eclesialmente.
- As SL's são espaços de experimentação. Como vimos no ano passado, Medellín afirma a liturgia como momento em que a Igreja é mais ela mesma. Assim, me permito dizer que, como a Igreja, a liturgia é *semper reformanda*. Sem recairmos em criatividade selvagens, é preciso deixar espaço para que as SL's sejam ocasião responsável, competente e confiante de aprofundar e avançar na prática celebrativa. É bom ter um espaço eclesial onde possamos experimentar, tentar, com bom senso, serenidade, maturidade e santa coragem, aquilo que em muitos dos nossos ambientes eclesiais não podemos fazer. A SL, enquanto exercício teológico coletivo, não pode ser um evento de afirmação do *status quo*, mas uma disposição para fazer a teologia litúrgica que acontece sobretudo na celebração, dentro do *background* eclesial.

- Seria bom que cada um se perguntasse: “O que é a SL para mim?”
- O que fazemos aqui, hoje, tem a ver com aqueles que nos precederam. Recordo com vocês, como aluno, admirador e beneficiado (como tantos aqui!), o nosso querido Pe Gregório Lutz. Ele que discreta e fielmente tomava parte em nossas semanas, acompanhando-nos com sua presença, seu conhecimento, sua sabedoria e sua consagração ao serviço da Liturgia, fez a sua páscoa. Hoje ele nos acompanha do céu e intercede por nós e pela nossa semana, pelos nossos trabalhos, celebrações, equipes pastorais, ministérios e comunidades. Ao nosso Pe Gregório, o nosso reconhecimento, a nossa gratidão.

*Voltando ao nosso tema, NOVO IMPULSO À REFORMA LITÚRGICA NO BRASIL À LUZ DO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO, gostaria de apontar alguns traços do pontificado de Francisco no que tange à Liturgia:*

- Francisco é homem do Concílio Vaticano II, não apenas porque contemporaneamente situado ao evento conciliar, mas sobretudo por seu posicionamento, por suas decisões, gestos e declarações. Ele transita neste horizonte eclesial. Sua vida e seu ministério ressoam exemplarmente o espírito do Concílio Vaticano II. Como homem do Concílio ele é também um cristão latino-americano: viveu do espírito das conferências do CELAM e participou, como bispo, da última conferência de Aparecida. Seu pontificado respira muito das declarações contidas no Documento de Aparecida.
- Francisco é homem dos gestos. No nosso Papa, os gestos falam muito: são como texto a ser revisitado. Seus gestos, litúrgicos ou não, comunicam o evangelho, prolongam a vida de Jesus. Do balcão da Basílica de São Pedro, no dia de sua eleição, até os dias de hoje, como a acolhida das crianças, dos pobres, dos enfermos, até mesmo da nomeação de determinados cardeais, revelam-nos que seus gestos ultrapassam a perspectiva de Igreja autocentrada e autorreferente. O Sínodo da Amazônia é seu último grande “gesto” de extrema sensibilidade para com uma região que interpela e desafia a Igreja. Na liturgia, seus gestos são profundamente romanos: uma presidência austera e sem ostentação, homilias simples e ao mesmo tempo profundas, sua indumentária litúrgica segue a nobre simplicidade do rito romano... Essas coisas exprimem um espírito...
- No campo das declarações magisteriais, Francisco tem sinalizado traços da liturgia que correspondem ao Concílio. A primeira delas é seu discurso aos participantes da 68ª Semana de Liturgia Nacional (24 de agosto de 2017), onde afirma a irreversibilidade da reforma litúrgica do Concílio. Vale lembrar que esse discurso acontece um ano depois que o Cardeal Sarah convocou os padres para celebrar *versus orientem* (7 jul 2016), e foi alguns dias depois publicamente corrigido pela Santa Sé (11 jul 2016). Na reunião com a Sagrada congregação dos ritos e a disciplina dos sacramentos, o Papa tocou em diversos assuntos, como a formação litúrgica do Povo de Deus, a mistagogia, a linguagem simbólica dos ritos, a necessidade de avançar para além dos livros e de conceber a liturgia não como ideia, mas como uma vitalidade... Seu último documento direcionado para o tema litúrgico, *Aperuit illis* (30 set 2019), institui o terceiro domingo do tempo comum como o “Domingo da Palavra”, onde também explicita a sacramentalidade da Palavra de Deus na liturgia. Não nos enganemos, essa decisão é mais que uma data que tematiza um domingo... Se tomamos ainda suas homilias, ou outros documentos que tocam indiretamente à liturgia, poderemos reconhecer um caminho de aprofundamento das grandes intuições litúrgicas conciliares. Além disso, os documentos não podem ser lidos isoladamente. É necessário confrontá-los com os gestos e com a eclesiologia que o Papa apresenta.

*Faz sentido uma semana onde a “questão litúrgica” seja proposta a partir da figura do Papa Francisco, em tempos de fincar o pé nas grandes opções do Concílio! Que Deus nos conceda a graça de mergulhar profundamente em seu mistério, a partir dos gestos, textos, e do ministério do Papa, em vista de um novo impulso à reforma! Mas não se trata de um partidarismo ideológico. O Papa Francisco, dá novo impulso à reforma quando retoma a função petrina de confirmar os irmãos (cf. Lc 22,32). É ele quem se orienta para a realidade eclesial, assumindo da prática celebrativa, da tradição, do contexto eclesial universal e local uma escuta atual das inspirações que o Espírito e os sinais dos tempos dão à Igreja, do próprio sensus fidelium. Assim podemos considerar:*

- A ampliação do lava-pés à participação das mulheres, um gesto que confirmou a prática já tão difundida pelo Brasil afora, quiçá também já praticada em tantos outros países. Francisco assume isso e aprofunda o sentido memorial desse gesto.
- A inclusão de Maria Madalena no rol dos apóstolos e elevação de sua memória à categoria de festa. Já São Tomás de Aquino a nomeava de Apóstola dos Apóstolos. O gesto acolhe a crescente sensibilidade em torno dessa discípula, oferecendo a liturgia como parâmetro para a fé.
- A devolução da responsabilidade da tradução dos textos litúrgicos às conferências episcopais, atribuindo aos bispos locais e respectivas conferências o peso dessa missão, uma vez que eles são os conhecedores da riqueza linguística e cultural de cada região.
- O reconhecimento caráter popular da liturgia, que para além de um efeito pastoral vai contra qualquer sombra de clericalismo que ele tanto denuncia dentro da Igreja.
- O Sínodo da Amazônia que não só se volta para as grandes questões como a ecologia e a evangelização dos povos ali situados, mas também para as questões litúrgicas, algumas de impacto universal, sem as quais não pode perdurar uma Igreja naquele contexto específico do planeta.

*Francisco não é mais uma pessoa. Ele já é um espírito, um sinal que aponta para Jesus e uma janela aberta para o evangelho. Francisco é uma oportunidade para uma Igreja e uma liturgia renovadas, porque ele se faz pontífice entre o nosso tempo e o Concílio Vaticano II, como hora do Espírito para a Igreja.*

*Uma boa Semana de Liturgia para todos!*



# Contextualização fenomenológica da realidade



## CONTEXTUALIZAÇÃO FENOMENOLÓGICA DA REALIDADE

### Avanços e retrocessos no campo da cultura, política, família e academia em nível nacional e mundial \*

Prof. Pe. Matheus da Silva Bernardes

PUC-Campinas

Boa tarde a todos e todas!

Agradeço muito pelo convite que me foi feito para realizar esta apresentação. Tenho que confessar que não sei se serei capaz de preencher todas as expectativas desta tarde, especialmente se pensamos no próprio título da apresentação *“Contextualização fenomenológica da realidade”*.

Já adianto que sou Teólogo, não, Filósofo. Portanto, não sei se chegarei a uma análise fenomenológica da realidade, especialmente quando a palavra “fenomenológica” nos remete à Filosofia de E. Husserl ou até mesmo à Filosofia de seu “filho bastardo”, M. Heidegger. Poderiam pensar que por ser Padre católico, talvez houvesse esperança de encarar, pelo menos, a Fenomenologia a partir do pensamento E. Stein. Mas, infelizmente, não sou capaz disso. Inclusive, a justificativa para a presença de um Teólogo aqui, nesta tarde, seria o fato de que à base de toda Teologia há uma Filosofia. Mas não podemos nos esquecer do que, comumente, dizia B. Lonergan, Teólogo jesuíta canadense, *“à base de toda Teologia há uma Filosofia, normalmente uma péssima Filosofia”*.

Espero que todas essas escusas não abaiquem as expectativas de vocês com relação à Semana de Liturgia. Mas peço, gentilmente, que não me encarem como um grande expositor, mas somente alguém que foi convidado para realizar uma contribuição com seu trabalho. Além de ser Professor da Faculdade de Teologia da PUC-Campinas, também sou doutorando da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, a FAJE. Meu trabalho doutoral se concentra na Igreja como Sacramento da Misericórdia, a partir de um diálogo entre dois autores contemporâneos: J. Sobrino e W. Kasper.

Por ter me tornado leitor de J. Sobrino, me vi obrigado a me confrontar com os escritos de I. Ellacuría, cujo martírio completa 30 anos no próximo mês, e de seu mestre, X. Zubiri. Ainda estou engatinhando no conhecimento desse grande Filósofo espanhol, mas reconheço que seu realismo filosófico tem me dado muito que pensar. Sobretudo, quando reflito sobre a vida e a morte do próprio I. Ellacuría, de seus companheiros jesuítas, de Elba Julia, funcionária da casa, e sua filha Celina de apenas 15 anos. A realidade não pode ser jamais abandonada! A realidade, como é pensada por X. Zubiri, toma toda a nossa existência nos torna capazes, até, de entregar a própria vida como os mártires de El Salvador. Por outro lado, não podemos nos esquecer das palavras de J. Sobrino, que só não foi martirizado na mesma ocasião porque estava em viagem às Filipinas, a entrega da vida – o martírio – não é outra coisa que a consequência do seguimento de Cristo.

\* Apresentação realizada durante a XXXIII Semana Nacional de Liturgia, Mosteiro de Itaici (Indaiatuba), 21 de outubro de 2019.

Talvez aqui esteja o pressuposto da reflexão desta tarde: a realidade atual exige homens e mulheres que sejam capazes do martírio, capazes do seguimento de Jesus de Nazaré, que *“se fez pobre para nos enriquecer com sua pobreza”* (2Cor 8,9).

## 1 A perplexidade da academia

Pretendo iniciar a justificativa do meu pressuposto afirmando que a academia se encontra perplexa e adiantando que a ordem da apresentação não seguirá a pedida – cultura, política, academia, família –; isso para que haja uma exposição mais clara do pensamento.

Não é preciso me estender muito na afirmação de que a ciência está sob forte questionamento. Possivelmente, pensemos em absurdos como o terraplanismo, na insistência em negar dados evidentes que apontam para o um aquecimento global e suas consequências nefastas, no retrocesso em âmbitos fundamentais da vida social, especialmente no que se refere ao reconhecimento da diversidade e da complexidade. E para que falar impacto de tantos *influencers* digitais, cujas bases acientíficas seriam cômicas se não fossem trágicas?

Vem-nos à mente a demência das redes sociais pautada pelo fenômeno da pós-verdade. Diante de falas inflamadas e repletas de ódio, os meios de comunicação tradicionais e sua audiência ficam perplexos. Como transmitir alguma informação fiável? Mas é preciso afirmar que essa perplexidade dos meios de comunicação já está presente, há muito mais tempo, na academia. Contudo, seria um erro afirmar que somente a atual demência causou a perplexidade acadêmica. Inclusive, muitos têm se aproveitado dessa perplexidade da academia para ascender ao poder – vide última eleição americana e, para que dizer, brasileira.

A ciência a partir do século XVI adotou modelos matemáticos e físicos para explicar a *res extensa* que tinha debaixo de seus pés e, mediante, a técnica se esforçou para dominá-la a todo custo. R. Descartes, N. Copérnico, I. Newton, entre outros, expressam essa vertente científica na qual “nadamos” ainda hoje. A razão analítico-instrumental moderna se apresentou ao mundo como a oportunidade de progresso infinito e riqueza inesgotável. Entretanto, os subprodutos dessa razão permaneceram escondidos anos a fio: o ocidentalismo, o colonialismo, o patriarcado, a violência e, por que não, a demência atual.

Em seus novos estudos, M. Chauí insiste categoricamente que a linha que sustenta o tecido social brasileiro é a violência: não só pensando na dialética casa grande-senzala de G. Freire – até hoje não superada! –, mas englobando todas as relações de poder que sustentam o *“já esgarçado tecido social brasileiro”*, nas palavras de Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo de Belo Horizonte e Presidente da CNBB.

A razão analítico-instrumental é violenta, é soberba, é egoísta. E. Levinas, Filósofo da alteridade, afirma que o sujeito moderno, especialmente com I. Kant e G. W. Hegel, inchou seu *ego* e já não é mais capaz de, sequer, enxergar o outro que tem à sua frente. O horror das duas grandes guerras do século passado fez que o autor francês repensasse toda a Filosofia e afirmasse que, antes do “eu”, está o “outro”.

A academia se encontra perplexa porque constata que a razão por ela desenvolvida séculos a fio, além de todos os subprodutos mencionados, está tornando inviável a vida, pelo menos a humana, sobre o planeta. No lugar de contemplar a beleza da forma de vida mais complexa, a vida reflexa, a consciência humana, nas palavras de L. Boff, a razão moderna colocou essa forma vida em risco de extinção.

A academia se encontra perplexa porque percebe que só essa razão não é suficiente, é preciso desenvolver uma nova racionalidade. Ou nas palavras de J. Sobrino ao se referir à Teologia, mas que penso que pode ser aplicado a todas as demais ciências: é preciso cultivar uma razão casta.

A racionalidade moderna, mediante o afã dominador não só sobre a *res extensa*, mas de toda a realidade incluindo a humana, se revelou abusadora da realidade; ela não é casta. É mister que uma nova razão, que já não pretende dominar, mas servir a realidade, emergja na academia. É urgente aprender a contemplar o mistério indizível que nos cerca ou, talvez nas belas palavras de J. L. Segundo, *aprender a aprender*. A razão moderna se auto engana ao pensar que já sabe tudo ou, como alguns acadêmicos ainda insistem em afirmar, é questão de tempo para que dominemos a técnica que nos conduzirá a esse ou aquele novo patamar. Não! A razão analítico-instrumental não tem mais espaço, não dá mais conta da realidade.

A conhecida expressão de G. W. Hegel “*um so schlimmer für die Tatsache*” (pior para a realidade) não tem mais cabida. Como K. Rahner afirmou no século passado, *a realidade tomou a palavra*. Já não é possível calar a realidade e, para tal, a razão que reinou nos centros acadêmicos deve se imolar e ceder espaço para que a realidade tenha vida resplandeça em toda sua beleza.

A perplexidade na academia não é só fruto da demência atual, mas resultado do desgaste de longa data da racionalidade moderna. Não são poucos os colegas acadêmicos – incluindo muitos teólogos e teólogas – perplexos, porém incapazes de vislumbrar a urgência de uma nova racionalidade, porque ainda se veem presos a uma razão violenta, dominadora e abusadora (não casta).

## 2 Cultura, política e família

Já mencionei o pensamento de K. Rahner “*a realidade tomou a palavra*”, também o primado da realidade afirmado por X. Zubiri e seus discípulos, especialmente I. Ellacuría, que se tornou mártir da realidade, e J. Sobrino, a quem espero ter conhecido um pouco mais através dos estudos. Mas que realidade é essa?

Novamente, não é minha pretensão esgotar os temas propostos. Não sou capaz e o tempo, tampouco, nos possibilita fazer uma análise detalhada sobre cultura, política e família. Permitam-me, porém, recorrer a um tema que tive a oportunidade de estudar – e ainda estudo mais por amor à arte que por obrigação: a relação natureza e graça. Evidentemente, não vou entrar em pormenores dessa problemática teológica, mas penso que ela pode nos ajudar a entender um pouco da realidade e de seus paradoxos.

Parecera que vivemos em um mundo sem graça. Nada mais é gratuito na atualidade. O triunfo do neoliberalismo fez com que tudo entrasse na dinâmica do mercado – e quando digo tudo, me refiro inclusive às religiões e, por que não, à Igreja Católica. A racionalidade moderna, já tão criticada nesta apresentação, não tem espaço para a gratuidade.

Mas a questão da *natura* vem de tempos ainda mais antigos. Mesmo que seja necessário fazer uma precisão maior, penso que um dos grandes desafios que temos diante de nós – especialmente dentro dos campos da cultura, política e família – é enfrentar aquilo que a Filosofia Medieval, especialmente a Escolástica, chamou de *ordo naturalis*. Insisto que maiores precisões deveriam ser feitas: o que, de fato, Atanásio de Alexandria dizia quando defendeu acaloradamente a expressão *homooúsios* durante o I Concílio de Niceia? Aquilo que ele chamou de *ousía* é mesmo

que a *natura* medieval? Ainda mais, o que foi afirmado pelo Concílio de Calcedônia sobre as duas *physein* de Cristo é o mesmo que *natura*?

Estamos diante de um grande desafio para os Filólogos. Contudo, o que cercou a Teologia desde as primeiras definições trinitárias e cristológicas e se manteve presente na reflexão medieval, como vemos nas inúmeras páginas de Tomás de Aquino, e se apresentou como aquilo que estava por se conhecer ao longo da modernidade entendido como *res extensa*, isto é, o conceito *natura*, já não se mostra suficiente para a reflexão.

Há uma ordem natural estabelecida desde sempre como muitos insistem, ainda, em afirmar? “Família tradicional brasileira”, “Pátria acima de todos” e tantas outras afirmações que ouvimos hoje nos remetem a uma ordem natural predeterminada. Mas é assim?

A *ordo naturalis* não pode ser algo mais sem graça. A *natura* divina ficou sem graça, a *gratia* ficou sem graça, a Criação ficou sem graça, o ser humano ficou sem graça. Não seria, portanto, estranho afirmar que a cultura atual é sem graça, a política está sem graça e a família tampouco tem graça.

Mas será que estamos somente diante de uma realidade sem graça? Não será que a graça está escondida, como ela apareceu ao mundo pequenina em Belém de Judá (Mt 2,6)? Será que a graça não está oculta, como em um rosto desfigurado sobre uma cruz, um rosto que nem aparência humana tinha (Is 52,14)?

Poderíamos cair no risco – e há muitos que caem! – de tratar cultura, política e família da mesma forma dos debates teológicos – e filosóficos! – dos séculos XVII ao XIX, que giraram em torno da definição de natureza pura e se mostraram, no final, uma luta estéril. Portanto, falar somente que estamos diante de uma realidade sem graça seria um erro crasso.

Não estamos somente diante, estamos imersos em uma realidade, antes de tudo, agraciada. Os Padres gregos não se cansavam de repetir “*tudo é graça*”; Paulo na carta aos Coríntios afirmou “*o que tens que não tenhas recebido*” (1Cor 4,7). Foi precisamente essa sentença que fez com que Agostinho de Hipona, no contexto da disputa pelagiana, tenha se convertido no *doctor gratiae*.

Penso que uma possibilidade de compreensão mais profunda da cultura, da política e da família se dá quando levamos a sério a noção de gratuidade. Sem gratuidade não somos nada! Sem a graça não somos nada! Somente com a ordem natural estabelecida desde sabe quando – se é ela foi verdadeiramente estabelecida... –, não seremos capazes de repensar cultura, política e família. Cairemos nos mesmos chavões de sempre, insistiremos nas mesmas ideias – ainda que recebam o rótulo de “nova política” – e não avançaremos.

Assim como apelei a uma categoria teológica dos primeiros concílios para apresentar o que não devemos fazer para pensar a cultura, a política e a família, apelo a outra categoria tão antiga quanto, entretanto muitas vezes deixada de lado: a *relatio*. No lugar de *natura*, devemos falar de *relatio*; enquanto a *natura* é estática, a *relatio* é dinâmica, aberta e, sobretudo, histórica.

Não estamos diante da realidade abstrata e engessada (*natura*), mas em uma realidade concreta e dinâmica que se mostra cheia de graça e cheia de beleza (*relatio*) porque há diversidade e complexidade em relação. Pensar cultura, política e família hoje exige pensar em diversidade – mesmo que os representantes da comunidade LGBTQIA+ sejam vanguarda ao se falar de diversidade, essa não pode ser pensada somente a partir de uma perspectiva afetivo sexual – e complexidade.

Ainda não há consenso entre os pensadores se nós estamos em um período novo (G. Vattimo) ou somente diante de uma modernidade radicalizada (G. Lipovetsky e Z. Bauman), em



todo caso, sim, nos encontramos na pós-modernidade. Há autores que insistem que uma das principais características deste período é assim chamado “*fim da história*”, o maior expoente desse pensamento é o economista norte-americano F. Fuyuama, mesmo quando essa ideia tenha suas raízes em G. W. Hegel. Contudo, o que o “*fim da história*” remarca é a morte dos grandes relatos.

Todavia, é preciso criticar – e profundamente! – essa ideia. Pode ser que tenhamos chegado ao fim dos grandes relatos, mas é impossível afirmar que chegamos ao fim da história. Arrisco em afirmar que, hoje mais que nunca, a história não feita somente de grandes relatos muitas vezes carregados de ideologia, mas por pequenos relatos permeados de realidade, pequenas narrativas repletas de graça. Pensar a cultura, a política e a família, hoje, exige um grande esforço de integrar esses pequenos relatos, essas pequenas narrativas com toda sua diversidade e complexidade.

Não é novidade para nenhum dos que aqui estamos presentes que vivemos em uma época com um enorme avanço tecnológico e inúmeras realizações; mas, ao mesmo tempo, vivemos em uma época de enorme sofrimento, vazia de sentido e pouco humana, quando não inumana. O sujeito racional moderno cedeu espaço para o sujeito vulnerável pós-moderno. A razão forte dos séculos passado abriu espaço para a razão fraca.

Parece que os mestres da suspeita – K. Marx, S. Freud, F. Nietzsche – estavam certos. Dentre as matérias que tenho lecionado na PUC-Campinas, estão as do programa de Antropologia Teológica para todos os cursos da universidade. Na PUC-SP, as mesmas matérias são chamadas de Introdução ao Pensamento Teológico (IPT), na PUC-Rio, Cultura religiosa, e assim por diante. Tenho dado muitas aulas aos alunos do curso de Administração de Empresas e, na reflexão que fazemos, chegamos, não poucas vezes, à conclusão que, sim, pelo menos um dos mestres da suspeita, isto é, F. Nietzsche, estava certo: vivemos o Niilismo.

Entretanto, esse Niilismo tem rosto: é ocidental, branco e homem. A modernidade, fenômeno ocidental, racista e machista, caiu no vazio da existência e perdeu seu sentido de ser. Por querer uniformizar tanto, o resultado do esforço moderno foi a nada. Cena cultural do ocidente é efêmera, seus projetos políticos, esvaziados e as famílias vivem isoladas, quando não amedrontadas por um contexto cada vez mais violento – eis o resultado da uniformização do pensamento moderno.

Retomando o que disse anteriormente, vivemos em um tempo de enorme sofrimento e vulnerabilidade – não só social, mas do próprio sujeito, do ser humano. Esse sofrimento e essa vulnerabilidade podem ser contemplados especialmente na juventude que está todo o tempo conectada e se comunicando; uma juventude que fala, mas ninguém ouve. Os vários pequenos relatos que formam a história dos nossos jovens não são ouvidos por ninguém. Há um anseio enorme de se expressar e uma ansiedade, ainda maior, para saber se há alguém do outro lado escutando (curtindo, compartilhando, respondendo etc.).

Insisto: pensar a cultura, a política e a família exige pensar a diversidade e a complexidade dos pequenos relatos, ou como alguns pensadores contemporâneos insistem, é preciso pensar a decolonialidade. Não se pode pensar não mais o mundo em clave colonialista – ocidental, branca e machista –, é fundamental a clave decolonial como apontam J. J. Tamayo, Teólogo espanhol, e E. Dussel, Filósofo argentino radicado no México. Quando se fala de cultura, política e família, é mister incluir a perspectiva feminista, LGBTQIA+, negra, indígena, urbana periférica e rural; não há mais espaço para a uniformização e a simplificação.

Retomando o pensamento de J. Sobrino, ninguém dá sua vida por uma *natura* abstrata e estática. Podemos, sim, entregar nossa vida por uma realidade viva, dinâmica, histórica, concreta; uma realidade com a qual nos relacionamos (*relatio*), sobretudo quando essa realidade clama por libertação, por redenção, por salvação.

### 3 Conclusões e perspectivas

Foi-me pedido para concluir esta apresentação – que espero tenha contribuído para seu trabalho – estabelecendo uma relação entre os temas expostos e a Liturgia. Imagino que já perceberam que sou Teólogo, porém não Liturgista. Minha área de trabalho é a Teologia Sistemática e, agora com a tarefa docente, também estou no que podemos chamar de Teologia Fundamental. Mas não posso deixar de dizer que, além de Professor da PUC-Campinas, sou, em primeiro lugar, Padre e administrador paroquial de uma Paróquia, na cidade de Hortolândia, aqui na própria Arquidiocese de Campinas. Portanto, também tenho que lidar com Liturgia no meu dia-a-dia. Meu contato acadêmico com a Liturgia se dá só em um grupo de pesquisa, que atualmente lê o filósofo espanhol X. Zubiri.

No trabalho com as comunidades eclesiais, reconheço que estamos diante de um desafio hercúleo: como integrar tudo o que foi exposto anteriormente às celebrações? Quando afirmava que é preciso surgir uma nova racionalidade que dê conta da realidade, também me refiro a uma nova racionalidade capaz de pensar uma Liturgia mais real que ideológica.

Quando dizia que é preciso pensar cultura, política e família em uma perspectiva de diversidade e complexidade, também pensava nas celebrações de nossas comunidades que estão chamadas a integrar em si mesmas os diversos pequenos relatos dos homens e mulheres que acorrem ao altar para oferecer sua vida em sacrifício.

Em 2018, celebramos os cinquenta anos da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, que aconteceu em Medellín/ Colômbia. Foi um grande acontecimento para a Igreja continental, inclusive há historiadores da Igreja que não têm problemas de afirmar que Medellín ainda pertence ao evento conciliar, porque foi um grande esforço para traduzir o Concílio Vaticano II à realidade latino-americana. O profetismo e a riqueza do documento de conclusão de Medellín não deixam de surpreender aqueles que se detêm para ler suas poucas, porém contundentes páginas.

*No momento atual da América Latina, como em todos os tempos, a celebração litúrgica comporta e coroa um compromisso com a realidade humana, com o desenvolvimento e com a promoção, precisamente porque toda a criação está envolvida pelo desígnio salvador que abrange a totalidade do homem. (Liturgia, 04)*

A Liturgia, assim como nos é apresentada em Medellín, é compromisso com o ser humano, com sua realidade de vida. Uma Liturgia alienada não deveria ter espaço em nossas comunidades; nossa Liturgia é comprometida, engajada, transformadora, libertadora. Não podemos nos esquecer de que em Medellín “salvação” e “libertação” são categorias equivalentes (Justiça, 03).

Vocês podem, como devem, se perguntar o porquê de me aproximar à conclusão desta apresentação com referências a Medellín. Normalmente, em um encontro de liturgistas, a conclusão deveria se referir ao Concílio Vaticano II, especialmente à Constituição Dogmática sobre a Liturgia *Sacrossantum Concilium*. Não obstante, não podemos nos esquecer de que estamos em um canto do mundo muito concreto, estamos na América Latina. As conferências gerais do Episcopado Latino-americano são um esforço constante de traduzir os impulsos da Igreja universal

na Igreja latino-americana. Trata-se de um esforço conjunto, que expressa muito bem e ricamente, a própria estrutura da Igreja: a *communio ecclesiarum*.

Nesse sentido, olhar para o que já foi feito na América Latina não é trair a Igreja, mas é ser-lhe fiel. Meditar sobre o que já foi feito nestas terras não é uma “traição a Roma”, como alguns desavisados têm insistido, mas é ser fiel ao Espírito Santo que conduz tanto a Igreja de Roma como as Igrejas que se encontram no continente latino-americano.

Insisto neste ponto, porque penso que a América Latina, com toda a riqueza do magistério eclesial próprio – estou citando principalmente Medellín, mas neste ano, 2019, a Conferência de Puebla completa 40 anos e ainda temos as conferências de Santo Domingo e Aparecida –, a força da Teologia da Libertação e, sobretudo, a vida de todas as comunidades eclesiais, é um continente que tem muito a oferecer à Igreja universal, mesmo que ainda tenha muito por crescer.

A história de nossas Igrejas mostra a fidelidade ao Deus da vida que se compromete com o ser humano e sua libertação integral, especialmente sua libertação de toda forma de opressão e escravidão. G. Gutiérrez, o pai da Teologia da Libertação, afirma enfaticamente que a libertação deve acontecer em três níveis: econômico, social, mas especialmente a libertação do pecado.

O clamor por libertação não cessou em nossas Igrejas: ainda se clama por liberdade! Liberdade para a mulher, liberdade para os LGBTQIA+, liberdade para os negros, liberdade para os índios, liberdade para os leigos e leigas! Liberdade do colonialismo que não cede, liberdade do clericalismo eclesial, liberdade do patriarcado e do eurocentrismo! Nós seremos capazes de elaborar uma nova racionalidade somente quando a libertação se torne uma realidade em nosso dia-a-dia. Penso que nosso continente, tão diverso e complexo ao mesmo tempo, aponta a um caminho muito promissor para toda a Igreja.

Ainda que parece estarmos vivendo em “*tempos sombrios*”, como a atualidade tem sido descrita por diversos pensadores, não podemos nos esquecer que a esperança latino-americana não é uma esperança barata, parafraseando D. Bonhoeffer: nossa esperança é contra toda esperança (Rm 4,18). Não é hora de abandonar nossa grande riqueza: se aqui estamos é porque encontramos sentido nessa esperança que parece não ter limites, não por nossas forças, mas por pura bondade e graça de Deus.

Aqui retomo o que já apresentei e afirmei sobre a graça: a América Latina é um continente da graça. J. Sobrino em um de seus vários artigos afirma que na América Latina há uma “*graça estrutural*”, uma graça que dá forma, dá estrutura às comunidades eclesiais. Essa graça é a nossa força! Essa graça, que não é outra se não a de Cristo, nos torna capazes de superar a racionalidade analítico-instrumental da modernidade, que já trouxe tanta destruição e morte para nossos povos. Essa graça, que é a relação bondosa (*relatio*) de Deus para conosco, nos permitirá integrar a diversidade e a complexidade de nossos povos em nossa vida eclesial.

Quero finalizar com duas breves reflexões sobre o lugar da Liturgia dentro da vida de nossa Igreja latino-americana. Primeiramente, a Liturgia é lugar primeiro onde vivenciamos a graça de Deus contemplando sua presença bondosa (mistério) no meio de seu povo. Deixo como questionamento: nossa celebração é lugar da graça? Em segundo lugar, penso que a Liturgia de nossas comunidades é lugar onde a *relatio* com o outro, em sua diversidade e complexidade, se dá de modo pré claro.

Liturgia também é *relatio*, a celebração é o lugar onde o ser humano se relaciona com Deus aquele que é diverso a nós por excelência e complexo em si mesmo – um único Deus e em três Pessoas. Vale destacar que uma realidade complexa não significa uma realidade complicada. Mas, por outro lado, a Liturgia também é *relatio* da comunidade consigo mesma: a assembleia litúrgica

se constitui pela comunhão daqueles que são diversos e trazem suas várias narrativas para diante do altar; na diversidade, todos ouvem a Palavra e apresentam suas vidas como oferenda agradável ao Senhor.

A Liturgia da Igreja não deve ser fria e distante, deve ser espaço de relação de filhos e filhas de um mesmo Pai, de irmãos e irmãs de um mesmo Senhor. Isso só será possível se voltarmos ao pressuposto desta apresentação: dar a vida pela realidade concreta de nossos irmãos e irmãs, dar a vida por uma realidade que não é estática, mas dinâmica, colorida, bela, dar a vida que não é outra coisa, para nós batizados e batizadas, que seguir Jesus de Nazaré que *“se fez pobre para nos enriquecer com sua pobreza”* (2Cor 8,9).

Muito obrigado!



3.

## Biografia do Papa Francisco



## Biografia do Papa Francisco

*Washington*

Jorge Mario Bergoglio nasceu no bairro de Flores, em Buenos Aires, Argentina, no dia 17 de dezembro de 1936. Filho de um casal de imigrantes italianos do Piemonte. Seu pai Mario Bergoglio era ferroviário e a mãe, Regina Maria Sivoni, dona de casa e ocupava-se da educação dos cinco filhos.

Aos 20 anos, ele sofreu uma grave infecção respiratória e teve um de seus pulmões extraído. Aos 21 anos, depois de abandonar as aulas de técnico em química, ingressou no seminário diocesano no bairro de Villa Devoto. Em março de 1958, entrou no noviciado da Companhia de Jesus.

Em 1963, Bergoglio estudou humanidades (juniorado) no Chile, retornando à Argentina no ano seguinte obteve a licenciatura em filosofia no colégio São José em San Miguel. Entre 1964 e 1965, no tempo do magistério, foi professor de literatura e psicologia no Colégio Imaculada Conceição de Santa Fé. Em 1966, ensinou as mesmas matérias em um colégio de Buenos Aires. De 1967 a 1970 estudou teologia, licenciando-se também no colégio de São José, tendo sido ordenado sacerdote no dia 13 de dezembro de 1969.

Em 1971 fez a Terceira Provação em Alcalá de Henares, na Espanha, e a 22 de Abril de 1973 emitiu a profissão perpétua nos jesuítas. Regressou à Argentina, onde foi mestre de noviços na Villa Barilari em San Miguel, professor na faculdade de teologia, consultor da província da Companhia de Jesus e também reitor do colégio.

No dia 31 de Julho de 1973 foi eleito provincial dos jesuítas da Argentina, missão que desempenhou durante seis anos. Depois, retomou o trabalho no campo universitário e, de 1980 a 1986, foi novamente reitor do colégio de São José, e inclusive pároco em San Miguel. No mês de Março de 1986 partiu para a Alemanha, onde concluiu o doutorado; em seguida, os superiores enviaram-no para o colégio do Salvador em Buenos Aires e sucessivamente para a igreja da Companhia, na cidade de Córdoba, onde foi diretor espiritual e confessor.

É nesse período que se sente a divisão da província. Existiam dois grupos: pró-Bergoglio e contra Bergoglio. O Padre Geral precisou nomear um provincial de outra província e a solução foi enviar Bergoglio a uma missão mais distante do centro da Província.

Em 1992, foi nomeado bispo auxiliar de Buenos Aires e em 1998, arcebispo primaz da Argentina. No papado de João Paulo II, em 21 de fevereiro de 2001, recebeu o título de cardeal.

Como arcebispo de Buenos Aires — diocese com mais de três milhões de habitantes — pensou num projeto missionário centrado na comunhão e na evangelização, com quatro finalidades principais: comunidades abertas e fraternas; protagonismo de um laicado consciente; evangelização destinada a cada habitante da cidade; assistência aos pobres e aos enfermos. O seu objetivo era reevangelizar Buenos Aires, “tendo em consideração os seus habitantes, o modo como ela é e a sua história”. Convidou sacerdotes e leigos a trabalharem juntos. Em setembro de 2009 lançou

a campanha de solidariedade a nível nacional, em vista do bicentenário da independência do país: duzentas obras de caridade a realizar até 2016. E, em chave continental, alimenta fortes esperanças, no sulco da mensagem da Conferência de Aparecida, de 2007, chegando a defini-la “a *Evangelii nuntiandi* da América Latina”.

Até ao início da sede vacante foi membro das Congregações para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, para o Clero, para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica; do Pontifício Conselho para a Família, e da Pontifícia Comissão para a América Latina.

É o primeiro papa vindo da América Latina. Foi eleito Papa no conclave de 13 de março de 2013.

### **Francisco e uma nova fase de recepção do Vaticano II**

Se queremos divisar, ou quem sabe, estudar qual seria o conteúdo, a visão eclesiológica no modo de viver, mas principalmente subjacente nos principais documentos e intervenções do Papa Francisco, devemos declarar, desde já e de forma sintética, que nos defrontamos com uma nova fase de recepção do ensinamento eclesiológico expressado pelo Vaticano II.

Como afirma Ghislain Lafont: “O quadro geral para se colocar o evento Francisco, que é um desenvolvimento do evento Vaticano II”, é “a passagem a uma inteligência e a uma prática renovadas do Evangelho” (Lafont, 2017, 15).

Já Piero Coda, confirma: “O Papa Francisco é o primeiro papa que não participou do Concílio Vaticano II. O ensinamento conciliar escorre em suas veias, ilumina seus pensamentos, acende seus sonhos, inspira suas decisões. Em outras palavras, não existe mais para ele um conflito de interpretações... na interpretação do último Concílio” (CODA, 2017, 59-60).

Ou ainda Christoph Theobald, para o qual a exortação apostólica *Evangelii gaudium* – o documento programático do Papa Francisco – “mantém, ao mesmo tempo, uma relação viva com o Concílio, por um lado, e a liberdade real em relação ao corpus conciliar, por outro, corpus que ela interpreta reescrevendo-o, se posso me expressar assim” (THEOBALD, 2016, 26).

### **Concílio Vaticano II: “É preciso fazê-lo”**

Na entrevista concedida à revista *La Civiltà Cattolica* em 2013, Francisco fazia uma afirmação contundente sobre o assunto: “O Vaticano II foi uma releitura do Evangelho à luz da cultura contemporânea. Produziu um movimento de renovação que vem simplesmente do próprio Evangelho. Os frutos são enormes”. Mas por ser um homem muito mais de gestos concretos do que palavras dizia a Andrea Riccardi quando este sinalizou: “O senhor não fala muito do Concílio”. Resposta do papa: “O Concílio, é preciso fazê-lo mais do que falar dele” (RICCARDI, A., 2013).

E na *Evangelii gaudium*, ele escreve que “o Concílio Vaticano II apresentou a conversão eclesial como a abertura a uma reforma permanente de si mesma por fidelidade a Jesus Cristo” (EG, 26) e que a doutrina da constituição dogmática conciliar *Lumen gentium* está na base das linhas que ele pretende propor a fim de “encorajar e orientar, em toda a Igreja, uma nova etapa evangelizadora” (EG, 17).

Também na bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, ele declarava que, “no cinquentenário da conclusão do Concílio Ecumênico Vaticano II, a Igreja sente a necessidade

de manter vivo aquele acontecimento”, início de um novo percurso da sua história (*Misericordiae vultus*, 4).

Em seu discurso em 29 de dezembro de 2017 aos membros da Associação Teológica Italiana, Francisco afirmava: “A Igreja deve sempre se referir àquele evento, com o qual teve início ‘uma nova etapa da evangelização’ e com o qual ela assumiu a responsabilidade de anunciar o Evangelho de um modo novo, mais adequado a um mundo e a uma cultura profundamente mudados. É evidente que aquele esforço exige da Igreja toda, e dos teólogos em particular, que seja recebido no sinal de uma ‘fidelidade criativa’ (...) peço-lhes que continuem permanecendo fiéis e ancorados, no trabalho teológico de vocês, ao Concílio e à capacidade que ali a Igreja mostrou de se deixar fecundar pela perene novidade do Evangelho de Cristo”.

## Nova fase de recepção do Concílio Vaticano II

Roberto Repole identifica pelo menos dez pontos de uma nova fase de recepção e de relançamento do ensinamento eclesiológico expressado pelo Vaticano II iniciada por Francisco.

1. Uma primeira nova fase de recepção do ensinamento do Concílio Vaticano II é identificada pelo Prof. Repole no dinamismo do mistério da Igreja evidenciado no primeiro capítulo da *Lumen gentium*, em que se afirma que a luz dos povos não é a Igreja, mas Cristo (LG, 1), e a Igreja só pode brilhar com luz refletida.

Na encíclica *Lumen fidei*, o papa escreve textualmente: “A luz de Jesus brilha no rosto dos cristãos como em um espelho e assim se difunde chegando até nós, para que também nós possamos participar desta visão e refletir para outros a sua luz, da mesma forma que a luz do círio, na liturgia de Páscoa, acende muitas outras velas. A fé transmite-se por assim dizer sob a forma de contato, de pessoa a pessoa, como uma chama se acende em outra chama” (LF, 37). A reforma por excelência de que a Igreja precisa “não se esgota no enésimo plano para mudar as estruturas”, mas consiste, em primeiro lugar, em “inserir-se e enraizar-se em Cristo, deixando-se conduzir pelo Espírito. Então, tudo será possível com gênio e criatividade” (Francisco, 2015).

A Igreja é sempre reformanda essencialmente porque, nela, deve resplandecer a forma Christi. Repole escreve: “Somente uma Igreja transparente ao Deus que apareceu em Cristo pode fazer com que ele permaneça vivo e capaz de interpelar a humanidade de hoje e de sempre”, e “somente uma Igreja realmente evangélica pode permitir que o Evangelho continue sua estrada no mundo” (REPOLE, 2017, p. 40).

2. Por ocasião da abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, no dia 11 de outubro de 1962, João XXIII indicara com as seguintes palavras o caminho a se seguir: “Agora, a Esposa de Cristo prefere usar o remédio da misericórdia em vez de tomar as armas do rigor”. E Paulo VI, ao término dos trabalhos do Concílio, afirmara que a religião do Concílio tinha sido “principalmente a caridade” e que o paradigma da espiritualidade conciliar tinha sido “a antiga história do Samaritano” (Paulo VI, 1965).

Com a centralidade que o “Evangelho da misericórdia” tem no ensinamento de Francisco, estamos na presença de uma nova fase de recepção do magistério conciliar: a misericórdia “expressa algo de fundamental do rosto de Deus que se revelou completamente em Cristo” (REPOLE, 2017, p. 28). Na palavra “misericórdia”, pode-se encontrar a síntese do mistério da fé cristã (*Misericordiae vultus*, 1). No nosso tempo, o tema da misericórdia “exige ser reproposto com novo entusiasmo e uma ação pastoral renovada” (*Misericordiae vultus*, 12). “Voltar o olhar a Deus, Pai misericordioso, e aos irmãos que precisam de misericórdia significa apontar a atenção para o



conteúdo essencial do Evangelho de Jesus” (Francisco, Audiência geral da quarta-feira 9 dez. 2015).

Para Roberto Repole, a centralidade da misericórdia no magistério de Francisco é até um “salto à frente” em comparação com o que foi afirmado com o Vaticano II (REPOLE, 2017, p. 31).

3. Quanto ao sonho da “Igreja pobre e para os pobres”, com Francisco, estamos na presença de um verdadeiro relançamento daquilo que o Concílio havia evidenciado no parágrafo 8 da *Lumen gentium*, em que, por um lado, afirma-se que “a Igreja, embora necessite dos meios humanos para o prosseguimento da sua missão, não foi constituída para alcançar a glória terrestre, mas para divulgar a humildade e abnegação, também com o seu exemplo”, por outro, recorda-se que “a Igreja abraça com amor todos os afligidos pela fragilidade humana; mais ainda, reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem do seu fundador pobre e sofredor, procura aliviar as suas necessidades, e tenta servir neles a Cristo” (LG, 8).

Repole anota: “Trata-se de um passo – é preciso reconhecer – que muitas vezes passou em silêncio nos 50 anos que nos distanciam do Vaticano II” (REPOLE, 2017, p. 43). O estilo de vida sóbrio de Francisco e seu sonho de “uma Igreja pobre para os pobres” não podem deixar de trazer à memória o famoso Pacto das Catacumbas, com o qual alguns bispos de todo o mundo, incluindo diversos latino-americanos, no dia 16 de novembro de 1965, quiseram selar o ponto de partida de sua recepção do Concílio Ecumênico Vaticano II. Quem hoje lê aquele documento profético – silenciado de fato por 50 anos – não pode deixar de ter a clara sensação de que Jorge Mario Bergoglio o encarnou como bispo de Buenos Aires e o encarna hoje como bispo de Roma.

4. A categoria do “povo de Deus”, que é absolutamente central nos textos conciliares (ela é citada por nada menos do que 184 vezes), por uma série de motivos, também havia sido calada, de fato. Com Francisco, tem-se um vigoroso relançamento dela, com a conseqüente entrada em uma nova fase de recepção do Vaticano II (REPOLE, 2017, p. 49). “Faz-nos bem recordar que a Igreja não é uma elite de sacerdotes, de consagrados, de bispos, mas que todos formamos o santo povo fiel de Deus. Esquecermo-nos disso comporta vários riscos e deformações na nossa própria experiência, tanto pessoal quanto comunitária, do ministério que a Igreja nos confiou. Somos, como bem frisou o Concílio Vaticano II, o povo de Deus, cuja identidade é ‘a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações o Espírito Santo habita como em um templo’ (*Lumen gentium*, 9)” (Francisco, 2016).

Segue-se daí que “cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar em um esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações. A nova evangelização deve implicar um novo protagonismo de cada um dos batizados” (EV, 120).

Repole escreve: “Pondo-se, portanto, na perspectiva do povo de Deus, por Igreja Francisco entende a totalidade e a comunhão dos batizados, cuja dignidade é dada pelo fato de serem filhos no Filho por força da unção do Espírito, que habita em cada um deles” (REPOLE, 2017, p. 59). Na Igreja, “nenhum grupo – nem de clérigos nem de leigos – pode levantar a reivindicação de ser o todo e de substituir outros” (REPOLE, 2017, p. 61).

5. A perspectiva de uma eclesiologia estruturada sobre a categoria de “povo de Deus” havia induzido os Padres conciliares a recuperar a doutrina do *sensus fideium* (LG, 12). Mas essa recuperação, no período pós-conciliar, também havia sido, de fato, escanteada.

A novidade de Francisco, a esse respeito, não consiste em inventar a doutrina do *sensus fideium*, mas – como escreve Repole – em tratar dela “de modo difuso” (REPOLE, 2017, p. 71). “Em todos os batizados, desde o primeiro ao último, atua a força santificadora do Espírito que

impela a evangelizar. O povo de Deus é santo em virtude desta unção, que o torna infalível *'in credendo'*, ou seja, ao crer, não pode se enganar, ainda que não encontre palavras para explicar a sua fé. O Espírito guia-o na verdade e o conduz à salvação. Como parte do seu mistério de amor pela humanidade, Deus dota a totalidade dos fiéis com um instinto da fé – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus. A presença do Espírito confere aos cristãos uma certa conaturalidade com as realidades divinas e uma sabedoria que lhes permite captá-las intuitivamente, embora não possuam os meios adequados para expressá-las com precisão” (EG, 119).

Quem participa do *sensus fidei*, conhecendo, com seus sofrimentos, o Cristo sofredor, são, em primeiro lugar, os pobres, pelos quais todos devemos nos deixar evangelizar, tendo eles muito a nos ensinar (EG, 198).

6. A Igreja, povo de Deus, na qual a dignidade e a igualdade de todas as pessoas batizadas são consideradas como um dado original e basilar em relação a qualquer distinção de funções e ministérios (LG, 32), não pode ser uma Igreja “sinodal”, que caminha junto para anunciar e testemunhar eficazmente o Evangelho: um caminhar junto não só de bispos, mas de todo o povo de Deus.

Na Igreja sinodal, “aquilo que diz respeito a todos é tratado por todos”, ninguém se eleva acima dos outros, e quem exerce as funções de governo faz isso recordando-se de que o maior é como o menor, e quem governa, como aquele que serve (Lc 22, 16).

A imagem privilegiada é a da pirâmide invertida, cujo vértice se encontra abaixo da base. Em uma Igreja sinodal, não se pode separar rigidamente um *ecclesia docens* e uma *ecclesia discens* (FRANCISCO, 2015b).

No Vaticano II, não se havia falado de sinodalidade difusa, à qual todos somos chamados, cada um no papel que o Senhor lhe confia: “Na visão eclesiológica do povo de Deus e na consequente concepção do *sensus fidei*, havia, porém, as premissas de seu desenvolvimento” (REPOLE, 2017, p. 109). Para Francisco, o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio é o da sinodalidade (FRANCISCO, 2015b). Igreja e Sínodo são sinônimos (João Crisóstomo, *Explicatio* in Ps. 149).

7. A visão de uma Igreja “em saída missionária”, que está particularmente no coração de Francisco, nada mais é do que a reproposição do ensinamento conciliar do caráter estruturalmente missionário da Igreja (*Ad gentes*, 5 e 6). A recepção do Vaticano II, nesse caso, se caracteriza como necessidade, para a Igreja, entendida como totalidade de pessoas batizadas, de “reformular-se”. Se a Igreja é “semper reformanda” essencialmente porque a forma *Christi* deve nela resplandecer, ela o é não menos para que tudo nela (estruturas, linguagens, comportamentos) se torna um canal adequado para a evangelização do mundo atual (EG, 27).

Repole considera que o discurso de Francisco sobre a Igreja em saída missionária não é só o aspecto “mais relevante e provavelmente original da eclesiologia subjacente ao seu magistério” (REPOLE, 2017, p. 81), mas também parece ser “singularmente incisivo e rico precisamente para as Igrejas de antiga cristandade, marcadas hoje pela descristianização e pela secularização” [42], que têm uma necessidade absoluta de um anúncio cristão que se concentre “no essencial, naquilo que é mais belo, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário” (REPOLE, 2017, p. 83-84).

8. No rastro conciliar e na perspectiva de uma Igreja missionária, torna-se necessário o chamado à existência de uma “hierarquia das verdades” (*Unitatis redintegratio*, 11) que vale tanto para os dogmas, quanto para o conjunto dos ensinamentos até mesmo morais da Igreja (EG, 36).

Longe de minar a integridade do Evangelho e da verdade, esse critério, “ao contrário, é o

convite a reencontrar o coração do Evangelho, que consiste no encontro salvífico com Cristo e, portanto, com o Amor de Deus, para que cada verdade possa para ser reencontrada e integrada na perspectiva justa” (REPOLE, 2017, p. 91).

De acordo com Repole, o critério da “hierarquia das verdades” deveria ser devidamente considerado para aprofundar quatro aspectos de urgência particular: “A reestruturação das comunidades cristãs com base na necessidade de anunciar o Evangelho àqueles que não o conhecem ou têm uma percepção errada dele; a constituição de lugares de autêntica fraternidade; a escolha preferencial dos jovens; o envolvimento real e responsável dos cristãos leigos” (Ibid., pp. 91-96).

9. “O Vaticano II foi a expressão de uma Igreja desejosa de entrar finalmente em diálogo com a cultura moderna, com respeito à qual, há séculos, haviam sido criadas distâncias abissais” (Ibid., p. 64).

A missão de uma Igreja em saída implica sempre uma inculturação e uma evangelização das culturas. Mesmo que o Evangelho, no início, se inculturou nas culturas ocidentais, começando pela grega e pela latina, ele transcende a todas e em todas é chamado a se encarnar (EG, 118). O papa afirma que “a graça supõe a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe” (EG, 115).

A inculturação da fé espera ser feita também na cultura pós-moderna. O cristianismo, “mantendo-se fiel à sua identidade e ao tesouro de verdade que recebeu de Jesus Cristo, não cessa de se repensar e reformular em diálogo com as novas situações históricas, deixando desabrochar assim a sua eterna novidade” (*Laudato si'*, 121). “Não se pode conservar a doutrina sem fazê-la progredir, nem se pode ligá-la a uma leitura rígida e imutável sem humilhar a ação do Espírito Santo” (FRANCISCO, 2017).

10. O Vaticano II quis ser um concílio pastoral. O que, para Francisco, também significa substituir o costumeiro e comedido “*eclesiasticuês*” reservado aos especialistas por uma linguagem imediatamente compreensível por pessoas comuns, feitas não só de razão e pensamento, mas também de emoções e afetos (EG, 158 e 41).

“No ensinamento de Francisco, já aparece como um ponto de não retorno aquilo que tanto a teologia recente quanto o magistério conciliar ensinaram: isto é, que a doutrina não é nem pode ser algo de estranho em relação à chamada pastoral. A verdade que a Igreja é chamada a conservar é a do Evangelho de Cristo, que deve ser comunicada às mulheres e aos homens de todos os lugares e de todos os tempos. Por isso, a tarefa do magistério eclesial também deve ser a de favorecer a comunicação do Evangelho. E, por isso, a teologia nunca poderá se reduzir a um asséptico exercício de escritório, desvinculado da vida do povo de Deus e de sua missão de fazer com que as mulheres e os homens de seu tempo se encontrem com a novidade perene e inesgotável do Evangelho de Jesus” (REPOLE, 2017, p. 8).

## Bibliografia

CODA P., “*La Chiesa è il vangelo*” – Alle sorgenti della teologia di papa Francesco. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2017, pp. 59-60.

FRANCISCO, discurso de 10 nov. 2015, por ocasião do V Congresso Nacional da Igreja Italiana.

FRANCISCO, discurso de 17 out. 2015 por ocasião do 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos.

FRANCISCO, carta de 19 mar. 2016 ao cardeal Marc Ouellet, presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina.

FRANCISCO, discurso de 11 out. 2017 aos participantes do encontro promovido pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização.

LAFONT G., *Piccolo saggio sul tempo di papa Francesco*. Bologna: Dehoniane, 2017.

PAULO VI, alocução de 7 dez. 1965 por ocasião da última sessão pública do Concílio Ecumênico Vaticano II.

REPOLE R., *Il sogno di una Chiesa evangelica – L'ecclesiologia di papa Francesco*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2017.

RICCARDI A., *La sorpresa di papa Francesco, Crisi e futuro della Chiesa*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 2013.

THEOBALD Ch., *Fraternità – Il nuovo stile della Chiesa secondo papa Francesco*. Magnano: Qiqajon, 2016, p. 26.

REPOLE R., *Papa Francisco e o Vaticano II: uma nova fase de recepção*. Publicado em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/576506-papa-francisco-e-o-vaticano-ii-uma-nova-fase-de-recepcao>.



4.

## Movimento Litúrgico no Brasil e Vaticano II



## Movimento Litúrgico no Brasil e Vaticano II

Dom Jerônimo Pereira, osb

### Introdução

Na sessão XXV de 4 de dezembro de 1563, os padres do Concílio de Trento<sup>1</sup>, depois de longa discussão entre os que queriam uma absoluta uniformidade litúrgica para toda a Igreja e outros que sustentavam, com certa vivacidade, o direito dos ritos particulares diocesanos, confiaram à Sé Apostólica a atualização tanto do Missal quanto do Breviário<sup>2</sup>. Concluído o Concílio de Trento, o papa Pio V se pôs ao trabalho e pela primeira vez na história, a Santa Sé começou a preparação dos livros úteis à reforma litúrgica, a serem usados obrigatoriamente em todas as igrejas do rito latino. De modo que em 1568 foi publicado o *Breviarium Romanum*; em 1570 o *Missale Romanum*; em 1584 o *Martyrologio Romanum*; entre 1595-1596 o *Pontificale Romanum*; em 1600 *Caerimoniale Episcoporum*; em 1614 *Rituale Romanum* e o *Graduale de Tempore* em 1614, com Edição oficial somente em 1908. Os livros estabeleciam absolutamente tudo o que deveria ser feito e dito pelo bispo, pelo sacerdote e pelos ministros inferiores, com o fim de evitar abusos. Para vigiar a reta execução do quanto estabelecido, em 1587, o papa Sixto V criou a *Congregação dos Ritos*.

Os anos que sucederam o Concílio foram marcados por personagens e fatos desejos de reforma, especialmente no que diz respeito a dois pontos: língua, para facilitar a participação dos fiéis no sacrifício eucarístico, e música<sup>3</sup>.

O catolicismo do século XIX conheceu uma mudança de coordenadas tanto no âmbito eclesial quanto cultural, quando, saindo da atitude contrarreformista de defesa da posição jurídico-organizadora que tinha no meio dos tempos modernos, pode tomar consciência do organismo que constituía e, ao mesmo tempo, da sua interioridade e do seu alto grau de espiritualidade<sup>4</sup>. Nesse contexto se desenvolve, ao lado do Movimento Bíblico e do Movimento Patrístico, o Movimento Litúrgico.

### O surgimento do Movimento Litúrgico na Europa

Embora não seja verdade histórica que a forma comunitária da oração coral monástica, que supõe uma participação multiministerial (*hebdomadário, schola cantorum, salmistas, acólitos, leitores, coro etc.*), tenha sido o ponto inspirador do movimento ou dos movimentos surgidos nos mosteiros em torno da liturgia a partir do século XIX, não é também verdade que tal aspecto não

1 Cf.: M. VENARD, «O concílio lateranense V e o tridentino», in *História dos Concílios*, ed. G. Alberigo, Paulus, São Paulo 2011<sup>4</sup>, 324-368.

2 Cf.: H. JEDIN, «Il concilio di Trento e la riforma dei libri liturgici», in *Id.*, *Chiesa della fede, Chiesa della storia*, Morcelliana, Brescia 1972, 391-425; P. SORCI, «Il messale come strumento della tradizione», in *Il messale romano. Tradizione, traduzione, adattamento. Atti della XXX Settimana di Studio dell'Associazione Professori di Liturgia, Gazzada, 25-30 agosto 2002*, ed. C. Giraudo, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 2003, 48-52.

3 Cf.: E. CATTANEO, *Il culto cristiano in occidente, note storiche*, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 2003<sup>2</sup>, 322-451; F. Rinoldi, *Traditio canendi. Appunti per una storia dei riti cristiani cantati*, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 2000, 364-532.

4 Cf.: B. NEUNHEUSER, «Movimento litúrgico», in *Dicionário de Liturgia*, ed. D. Sartore – A. M. Triacca, Paulus, São Paulo 1992<sup>2</sup>, 792.

tenha influenciado a maré de monges que viram na liturgia o “cume e a fonte” de toda a vida da Igreja<sup>5</sup> e em torno da qual organizaram um verdadeiro “batalhão”, que culminou com a Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II, batizado de Movimento Litúrgico.

Sem entrar na discussão da periodização do Movimento Litúrgico (ML)<sup>6</sup>, para o nosso escopo, aceitamos as fases indicadas por R. Guadini: “O Movimento Litúrgico primeiramente desenvolveu uma *fase restauradora*; depois aquela *acadêmica*; por fim aquela *realística*”<sup>7</sup>.

Metodologicamente, adotamos a visão de B. Botte. Ele sugere, contando sua vida, que nem tudo é Movimento Litúrgico. Para que haja Movimento Litúrgico, deve haver 1. uma intenção precisa de pôr em movimento alguma coisa, 2. que existem organismos que mantêm essa intuição em movimento e 3. que há uma imprensa que a apoia. Portanto, o tipo de proposta deve ser claro, deve ser buscado com o auxílio de publicações. Só então nos encontramos diante de um fenômeno de Movimento Litúrgico.

Outro problema é que ouvimos falar de Movimento Litúrgico como se fosse algum tipo de deus onipresente. O Movimento Litúrgico nasce de homens e nos locais em que está presente apresenta características diferentes. Não podemos pensar que o Movimento Litúrgico seja a mesma coisa em todos os lugares; cada país tem um tipo diferente de proposta. O Movimento Litúrgico é uma espécie de *práxis* que difere muito de um lugar para outro. Portanto, o interesse pela liturgia e pelos “movimentos litúrgicos” deve ser estudado um de cada vez!

#### A fase restauradora

Na primeira fase indicada por Guardini a figura de destaque é o fundador e primeiro abade de São Pedro de Solesmes, *Dom Próspero Guéranger* (1805-1875). Diante da situação quase que anárquica da igreja na França, com o surgimento do movimento neo-galicano e das edições de missais descarnados de elementos da liturgia romana, Guéranger, um padre diocesano, ordenado em 1827, “vê na unidade litúrgica com Roma a premissa indispensável para toda verdadeira vida eclesial”<sup>8</sup>, identificando a Idade Média como o modelo de tal unidade. Funda a abadia de São Pedro de Solesmes, restaurando a vida monástica e o canto gregoriano, tendo como fundamento da sua obra o amor à Sagrada Escritura acompanhado de um senso da sua interpretação tradicional segundo os Padres da Igreja; além de um conceito profundo do valor da tradição e da sua indefectível continuidade e de fidelidade absoluta ao magistério da Igreja. Três obras suas são de fundamental importância: *Considérations sur la liturgie catholique*<sup>9</sup>, *Institutions liturgiques*<sup>10</sup> e

5 Cfr.: SC 10.

6 A história do ML implica um fundo ideológico. No livro *Histoire du mouvement liturgique* de Olivier Rousseau, publicado na França no pós-Segunda Guerra Mundial (Chevetogne, 1959) e no verbete Movimento Litúrgico no dicionário Litúrgico italiano elaborado pelo professor Alceste Catella (2001), nos deparamos com periodizações diferentes. De acordo com Rousseau, o ML teve início com o abade beneditino francês Dom Prosper Guéranger (1805-1875) terminando com *Mediator Dei*. O prof. Catella assegura que se trata de um problema metodológico e afirma que o ML não pode ser considerado concluso com MD. O prof. Bernard Botte (*Le mouvement liturgique*, Paris 1973) indica os elementos básicos para a constituição de “movimento” e o prof. Andrea Grillo, por sua vez entende dividir a história do ML em três fases: a pré-conciliar, o período conciliar e da reforma dos livros litúrgicos, e uma fase ainda em aberto e ainda em ato denominada por ele *seconda svolta antropologica* do Concílio. Cfr.: A. GRILLO, *La nascita della liturgia nel XX secolo. Saggio sul rapporto tra movimento litúrgico e (post-) modernità*, Cittadella, Assisi 2003, e *Id.*, «Il método in Teologia Sacramentaria in rapporto al sorgere della “questione liturgica”», in *Grazia, sacramentalità, sacramenti, Il problema del método* in Teologia Sacramentaria, ed. F. Giacchetta, Cittadella, Assisi 2008, 45-48. Sobre o inteiro argumento conferir: A. M. CALAPAJ, «Il movimento liturgico italiano e Vagaggini», *VM* 65 (2011), 39-55; M. PAIANO, *Liturgia e società nel novecento, percorsi del movimento liturgico di fronte ai processi di secolarizzazione*, Storia e Letteratura, Roma 2000.

7 R. GUARDINI, anotações no diário de 26 de maio de 1953. Citado em A. GRILLO, *Oltre Pio V, La riforma liturgica nel conflitto di interpretazioni*, Queriniana, Brescia, 2007, 31.

8 B. Neunheuser, *Movimento litúrgico*, in *Dicionário de Liturgia*, 791.

9 A pequena obra, publicada no jornal “Memorial catholique” em 1830, foi reeditada em P. GUÉRANGER, *Mélanges de liturgie, d’histoire et de théologie*, vol. I (1830-1837), Solesmes, 1887, p. 15-110.

10 P. GUÉRANGER, *Institutions liturgiques*, Société générale de la librairie catholique, Paris-Bruxelas, 1878.

*Année liturgique*<sup>11</sup>. Com razão chama Guardini essa fase de “restauradora” porque a preocupação primeira do beneditino não é outra senão aquela da restauração da liturgia romana cujo auge se encontra, na sua concepção, na Idade Média.

#### A fase acadêmica

Uma segunda fase, porém, lentamente vai se abrindo com o surgimento do tema das “Origens” e tem como figura de destaque o beneditino solesmense *Dom Ferdinand Cabrol* (1855-1937)<sup>12</sup>. Para Cabrol a liturgia das origens, e não aquela medieval, é a fonte na qual inspirar-se, é a expressão paradigmática da oração válida para todo tempo. Essa é uma fase realmente “acadêmica” que indicará, por meio do estudo da história da liturgia, a necessidade de uma reforma dos ritos.

Nesse contexto se insere a *Abadia de Beuron* na Alemanha, fundado em 1863. Beuron se diferencia de Solesmes porque procura que a vida litúrgica não se restrinja ao coro, mas, sim que penetre a vida no seu conjunto, impregnando-a toda de santidade, ideia expressa na chamada “arte de Beuron” vivamente retratada na majestosa basílica do Mosteiro de São Bento de São Paulo<sup>13</sup>. O Movimento de Beuron se estende por meio das suas fundações: Bélgica (Maredsous), Tchecoslováquia (Emaús-Praga), Áustria (Seckau) e Brasil.

#### A fase realística

O dia 09 de agosto de 1903 viu subir ao trono de São Pedro, monsenhor Giuseppe Sarto, patriarca de Veneza desde 1893, que assumiu o nome de Pio, o décimo na história do papado.

Pio X, no início de seu pontificado toma duas medidas, na perspectiva dos Congressos Eucarísticos nascidos na França e do movimento Ceciliano: no dia 22 de dezembro de 1905 convida toda a cristandade à comunhão frequente, inclusive cotidiana, e no dia 8 de agosto de 1910 libera à participação da mesa eucarística as crianças com discricção de juízo com capacidade de discernir o pão eucarístico<sup>14</sup>. No entanto, é a promulgação do Motu Proprio *Tra le sollecitudini* de 22 de Novembro de 1903, onde o papa fala da participação ativa [dos fieis] aos sacrossantos mistérios e à oração pública e solene da Igreja<sup>15</sup>, a dar corpo a uma série de movimentos na Europa, reunidos sob o nome do ML, que cresceu sob o estandarte da *participação ativa* dos fieis na liturgia e um renovado e renovador interesse pelo mistério da Igreja, cujo trabalho resultou na reforma litúrgica desejada e operada pelo CV II.

A sistematização desse movimento se deu no ambiente monástico belga de *Maredsous* e de *Mont-César* através do monge de marcante personalidade, *Dom Lambert Beaudoin* (1873-1960)<sup>16</sup>, que se apoiou na célebre frase de São Pio X<sup>17</sup> e a transformou em fim último dessa terceira

11 Sobre essa obra cfr.: F. BROVELLI, per uno studio de “L’année liturgique” di P. Guéranger. *Contributo alla storia del movimento liturgico*, CLV, Roma, 1981 (Bibliotheca «Ephemerides Liturgicae». Subsidia, 22).

12 Dom Ferdinand Cabrol era monge professo da abadia de Solesmes, e conseqüentemente ligado a Guéranger, em 1896 foi enviado à abadia de Farnborough, na Inglaterra, e eleito o primeiro abade em 1903. Se cercou de eruditos e transformou a abadia num grande centro de cultura, nos fins do sec. XIX e início do séc. XX. Cf.: A. M. B. CALAPAJ, «Comprendere la liturgia attraverso la storia? A proposito di alcune prospettive di storia della liturgia fra otto e novecento», in *La liturgia nel XX secolo: un bilancio*, organizado por FRANCESCO G. B. TROLESE, Messaggero, Padova, 2006 («Caro Salutis Cardo». Contributi, 22), p. 99-100.

13 B. NEUNHEUSER, *Movimento litúrgico*, p. 791.

14 E. CATTANEO, *Il culto cristiano in occidente, note storiche*, 489.

15 PIUS PP X, «Motu proprio *Tra le sollecitudini*», ASS 36 (1903-1904) 531.

16 Sobre a vida e a obra de Dom Beauduin, cf.: *Un pionnier dom Lambert Beauduin (1873-1960). Liturgie et Unité des chrétiens*, I-II, ed. R. Loonbeek – J. Mortiau, Chevetogne, Belgique 2001.

17 PIUS PP X, «Motu proprio *Tra le sollecitudini*», ASS 36 (1903-1904), 331 (387-395). Cfr.: A. MISTRORIGO, «La partecipazione dei fedeli alla Liturgia nel pensiero e nell’opera dei Sommi Pontefici», in *La partecipazione dei fedeli alla Messa. Dottrina e pastorale. XIII settimana liturgica nazionale*, 10 – 13 luglio 1962, ed. CAL, Roma 1963, 11-27. Pius PP XII, «Liturgia, Ecclesia,



fase do Movimento Litúrgico. No dia 23 de setembro de 1909, no *Congrès national des oeuvres catholique*, em Malines, o Movimento Litúrgico vem à luz, instigando à criação de semanas de liturgia e o aparecimento das grandes revistas litúrgicas<sup>18</sup>, e provocando muito cedo controvérsias, por apresentar a Liturgia como a catequese fundamental da doutrina cristã e o meio eficaz para fazer nascer, crescer e alimentar a vida espiritual<sup>19</sup>.

No mundo alemão nesse período destacou-se também a abadia di *Maria Laach* com especialmente com o seu monge *Odo Casel* (1886-1948), no uso da categoria religiosa cristã de “mistério” para compreender e viver a liturgia, além do jovem ítalo-alemão *Romano Guardini* (1885-1968), empenhado em levar o espírito da liturgia aos jovens universitários, do professor *A. Baumstark* (1872-1948), do mesmo círculo, e do austríaco *Pius Parsch* (1884-1954) que se empenhava mais com a dimensão paroquial-pastoral do Movimento Litúrgico.

As principais inovações capazes de suscitar a atenção do episcopado e também do bispo de Roma eram, sobretudo, “as missas dialogadas” (em latim, obviamente) e as celebrações com altares “voltados para o povo”. Com o fim de eliminar todos os perigos de extremismos, o papa Pio XII, no dia 20 de novembro de 1947, promulgou a encíclica *Mediator Dei*, o primeiro documento pontifício da história dedicado à liturgia<sup>20</sup>.

Pio XII deu início uma série de reformas que antecipou a reforma litúrgica do Vaticano II. Restituindo a liturgia, até então tratada como cerimônia, à categoria de ente teológico, o papa Pascelli em 1947 permitiu os primeiros rituais bilíngues. No dia 28 de outubro de 1949 instituiu uma comissão para a reforma litúrgica geral. Modificou as regras do jejum eucarístico (1953-1957) (Constitutio apostolica *Christus Dominus*, 6 de janeiro de 1953, [AAS 45] 15-24). Com o decreto *Maxima redemptionis nostrae mysteria*, de 16 de novembro de 1955<sup>21</sup>, o papa anunciou o restauro da forma ritual e da dignidade teológica da celebração litúrgica da Semana Santa fazendo referência ao Tríduo Sacro<sup>22</sup>, chamado de *feria V in Cena Domini, feria VI in Passione et Morte Domini, et sabbato*

Christus», in A. BUGNINI, *Documenta pontificia ad instaurationem liturgicam spectantia*, II, Ab anno 1953 ad annum 1958, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 1959, 46; F. DELL'ORO, «Il rinnovamento della liturgia sotto il pontificato di Pio XII e Giovanni XXIII», in *Assisi 1956-1986. Il movimento liturgico tra riforma conciliare e attese del popolo di Dio*, Cittadella, Assisi 1987, 203-206

18 Na Itália *Revista Liturgica* (1914) pelos beneditinos de Praglia e Finalpia; Na França *La Maison-Dieu* (1944) pelo *Centre de Pastoral Liturgique* de Paris, fundado em 1943. No mundo alemão duas outras revistas se ocupam de ciência litúrgica: *Liturgiegeschichtliche Quellen und Forschungen* (1902-1940. 1957-) e *Archiv für Liturgiewissenschaft* (1950-).

19 A proposta de espiritualidade litúrgica apresentada pelo mundo beneditino em Maredsous suscitou uma verdadeira guerra com o mundo jesuíta. Sobre a discussão gerada em torno da obra de M. Festugière e as reações levantadas pelo ambiente jesuíta de então, conferir A. GIROLIMETTO, «Liturgia e vita spirituale: il dibattito sorto negli anni 1913-1914», in *Liturgia: temi e autori. Saggi di studio sul Movimento Liturgico*, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 1990, 211-274. Nos anos 30, na Alemanha, nasceu uma discussão de caráter idêntico, num debate que dizia respeito não só a autenticidade do ML, mas também às propostas de reformas da liturgia que eram propostas pelo mesmo. A proposta de se apresentar uma piedade litúrgica como uma expressão completa e forma de vida espiritual e superior às outras formas de piedade provocou muitas discussões. As contraposições se colocavam entre a piedade objetiva e a piedade subjetiva.

20 PIO XII, «Litterae encyclicae *Mediator Dei et hominum*», AAS 39 (1947) 521-595. Sobre a Encíclica *Mediator Dei* nos limitamos a apresentar uma bibliografia básica: «Bibliographie sur l'encyclique “Mediator”», *QL* 29 (1948) 278-282; L. BEAUDUIN, «L'encyclique “Mediator Dei”», *LMD* 13 (1948) 7-25; Id., «La liturgie: definition, hiérarchie, tradition», *QL* 29 (1948) 123-144; G. M. HANSSSENS, «La liturgia nell'enciclica “Mediator Dei et hominum”», *CivCatt* 99 (1/1948) 579-594; Id., 99 (2/1948) 242-255; B. CAPPELLE, «Autour de l'encyclique “Mediator”», *QL* 31 (1950) 12-17; *Atti della prima Settimana Liturgica Nazionale sull'Enciclica «Mediator Dei»*, *Badia di S. Giov. Evangelista, Parma 12-16 settembre 1949*, ed. CAL, s.l. 1950; M. T. GURGEL, «Aspectos pastorais da “Mediator Dei” quanto à participação dos fiéis na missa», *REB* 11 (1951) 180-200; C. ROSSI, «A cinque anni dalla “Mediator Dei”», *LMD* 39 (1952) 229-236; G. FERRARO, «L'enciclica di Pio XII *Mediator Dei* a 50 anni dalla pubblicazione», *CivCatt* 148 (3/1997) 226-238; A. CATELLA, «Dalla costituzione conciliare “Sacrosanctum Concilium” all'enciclica “Mediator Dei”. Un processo interpretativo», in *La “Mediator Dei”, Il Centro di Azione Liturgica. 50 anni alla luce del Movimento Liturgico*, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 1998, 11-43; M. SODI, «A cinquant'anni dalla “Mediator Dei”. Il culto Cristiano tra teologia e dimensione pedagogico-educativa», in *Il soggetto della celebrazione. A cinquant'anni dalla Mediator Dei. Atti del quinto Convegno liturgico pastorale. Palermo 4-6 marzo 1997*, ed. P. Sorci, Salvatore Sciascia Editore, Caltanissetta-Roma 1998, 15-57; C. BRAGA, «La natura della liturgia nella *Mediator Dei* e nella *Sacrosanctum Concilium*», in *Liturgia opus Trinitatis*, 25-48.

21 AAS 47 (1955) 838-847.

22 “*Etenim sacrosanctae hebdomadae liturgici ritus, non solum singulari dignitate, sed et peculiari sacramentali vi et efficacia pollent ad christianam vitam alendam, nec aequam obtinere possunt compensationem per pia illa devotionum exercitia, quae extraliturgica appellari solent, quaeque sacro triduo horis postmeridianis absolvuntur*”. Pio XII, *Maxima redemptionis* 7, p.

*sancto* (II, 5). O domingo de Páscoa não fazia parte do Tríduo (cfr.: *Missale Romanum, editio typica* 1962, n. 75). Permitindo a celebração de missas vespertinas (1955) e simplificando as rubricas que diziam respeito ao calendário e ao Breviário (1955) (Cfr.: *Monitum S. Officii* de 22 de março de 1955, [AAS 47] 218-224) indicou a intenção de fazer uma profunda reforma litúrgica<sup>23</sup>.

É nessa terceira fase que se insere o que se pode chamar de “Movimento Litúrgico no Brasil”

### A situação Brasil – O contexto

Com muita razão a obra do Franciscano Menor José Arioaldo da Silva, fruto da sua pesquisa doutoral em sagrada liturgia, pelo Pontifício Instituto Litúrgico de Roma, Santo Anselmo, é intitulada “O movimento litúrgico no Brasil” (Vozes, Petrópolis 1983), e não do Brasil. De fato, no Brasil não temos um Movimento Litúrgico com características próprias, mas o transplante e a aplicação das ideias, temas, autores, princípios e meios do Movimento Litúrgico europeu, especificamente monástico beuronense.

Três pequenos testemunhos podem nos dá uma panorâmica da situação da pratica litúrgica no Brasil dos fins do século XIX e inícios do século XX.

“Aqui o barulho é contínuo nos ofícios divinos (missas); crianças gritando, música esquisita na igreja e repique extravagante de sinos, conversas em alta voz dentro da igreja dão a impressão de ser tudo, menos uma casa de oração e recolhimento”. *Padre Valentim Von Riedl*, redentorista, Brasil 1895 (AGOSTINHO WERNET, *Os redentoristas no Brasil*, vol. I. Ed. Santuário, Aparecida 1996, 71)

O aparato externo da liturgia em alguns lugares do interior do Brasil: “10. Livros, sinetas ou campainhas de um som horroroso; 2. Imagens de santos (só cabeças) vestidas de pannos pretos lugubres, ordinários e velhos; 3. Músicas carnavalescas dentro da igreja, executadas às vezes pelas mesmas bandas ou orquestras que tocam em cinemas ou nos clubs; 4. Pinturas internas e externas grosseiras, côres berrantes, espalhafatosas; 5. Paramentos e alfaias mal conservados, imagens sem a menor expressão artística; 6. Templos ou sem luz, ou ser ar, ou acachapados; 7. Ambiente, emfim, nada propício à meditação, à prece, mas profano, frio, vulgar, que não prende, que não faz dobrar os joelhos” (SOARES D’AZEVEDO, «Para um bom movimento litúrgico», *Vozes* 16 (1922) 136-141. – Citado em J. ARIOALDO DA SILVA, *O movimento litúrgico no Brasil, estudo histórico*, Vozes, Petrópolis, 1983, 35-36 – nota 23).

“Ainda está para haver entre nós uma compreensão perfeita, racional, sincera da beleza litúrgica... no tocante ao máo gosto em arte religiosa... somos um povo ortodoxamente protestante. O cantochão da maioria dos nossos padres é uma caricatura preguiçosa da solenidade litúrgica. As nossas Igrejas com a abundancia burguesa de enfeites profanos parecem alegorias carnavalescas... quanto aos nossos altares... V. Reyre no seu artigo A arte e a liturgia (V. Ecclesia) usa uma denominação perversa que cabe exactamente a estas nossas obras primas di máo gosto: “Champs

839; Cfr.: C. BRAGA, *La riforma liturgica di Pio XII. Documenti. I la «Memoria sulla riforma liturgica»*, CLV, Roma 2003, 49-79. Cf.: P.-M. Gy, «Semaine sainte et Triduum pascal», *LMD* 41 (1955) 7-15; Id., «La reforme de la semaine sainte et le principe de la pastorale liturgique», *LMD* 45 (1956) 9-15; M. METZGER, « La formazione della “Grande Settimana”», in *Celebrare l’unità del Triduo pasquale 1. Il Triduo oggi e il Prologo del Giovedì santo*, ed. A. Catella - G. Remondi, ElleDiCi, Leumann 1994, 75-91; H. SCHMIDT, «Esprit et histoire du Jeudi saint», *LMD* 37 (1954) 66-92; C. BRAGA, «Commentarium. Variationes in ordinem hebdomadae sanctae», *EL* 80 (1966) 49-51; P. TENA, «La “recepção” de la semana santa reformada», *Ph* 25 (1985) 5-14.

<sup>23</sup> *Memoria sulla riforma liturgica. Consultazione dell’episcopato intorno alla riforma del Breviario romano (1956/1957). Risultati e deduzioni*, ed. Sacra Congregazione dei Riti, Città del Vaticano 1957). Para o tema é de fundamental importância a obra de C. Braga, *La riforma liturgica di Pio XII. Documenti. I. La «memoria sulla riforma liturgica»*, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 2003.

de foire"... de fato... nossos altares... são empanzinados de flores de pano, de rosas de latão, de enfeites de papel, de castiçais complicados e aos maços, que nem um mostruário de velas..." (José Mariz Moraes, «O má gosto litúrgico no Brasil», *A Ordem* 6 [Nova série] (1932) 426-430. – Citado em J. ARIIVALDO DA SILVA, *O movimento litúrgico*, 36 – nota 24).

## Os pioneiros

Com o "Aviso de 1885" decretou-se o fechamento dos noviciados das casas religiosas do Brasil. Os mosteiros Beneditinos vieram a desfalecer por tal decreto, com um número reduzido de monges. O Abade Geral da Congregação Beneditina do Brasil, Frei Domingos da Transfiguração Machado, prevendo a extinção desta, pediu socorro ao Papa Leão XIII o qual convocou os monges da então florescente Congregação de Beuron para repovoar os mosteiros brasileiros. No dia 17 dias de agosto de 1895, aportou na cidade do Recife, a primeira comitiva de monges, imbuídos do espírito de litúrgico de Beuron. Dom Gerado Van Caloen, responsável pela renovação da vida beneditina no Brasil, funda a abadia de Santo André de Zevenkerken em Bruges, como pertencente à congregação beneditina brasileira, mas formada basicamente por monges belgas da abadia de Maredsous com a intenção de repovoar os mosteiros brasileiros<sup>24</sup>.

O Movimento Litúrgico no Brasil também nasceu da iniciativa de um monge beneditino vindo da Alemanha para o Brasil (em 1930), *Dom Martinho Michler* (1901-1969), em 1933<sup>25</sup>, precisamente durante um "retiro" assessorado pelo beneditino chegado há pouco tempo em terras brasileiras.

Em 1932, Alceu de Amoroso Lima, fundara, no Rio de Janeiro, com o apoio do cardeal Dom Sebastião Leme, o Instituto Católico de Estudos Superiores, promovendo o primeiro curso de teologia para leigos no Brasil e a possibilidade de "integração nas ciências eclesiais e universitárias e outras pessoas de um certo nível cultural" (D. Clemente Isnard).

Dom Martinho Michler em 1933 se tornara professor de liturgia do Instituto. Na sua disciplina tudo era novo: A liturgia era apresentada como além das rubricas, mais do que alegorismos. No Brasil se começou a descobrir uma teologia da liturgia<sup>26</sup>. No retiro citado acima Dom Martinho, que tinha participado do movimento jovem orientado por *Romano Guardini* e convivido com *Odo Casel*, celebrou, pela primeira vez, fora do mosteiro, uma missa dialogada e voltada para o povo, além da experiência da celebração comunitária do Ofício Divino. O que se tornou uma prática constante, semanal. A Ação Universitária Católica criou a revista *A Vida*, espaço divulgativo das "novas ideias".

Ao lado de Dom Martinho Michler uma série de monges como *Dom Beda Keckeisen* na Bahia, que em 1931 publicou o primeiro missal bilíngue do Brasil, iniciado em 1930 com a publicação de fascículos, *Dom Polycarpo Amstalden* em São Paulo, que publicava semanalmente um Folheto Litúrgico com o texto completo da missa de cada domingo; *Dom Hidebrando Martins* no Rio de Janeiro, que em 1935 publica o livro *Missa. O Ordinário da missa com breves explicações*. No ano de 1935, o cardeal Leme funda a Ação Católica. Tal movimento, especialmente no Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba etc., sob a forte influência de Dom Martinho, gerara um verdadeiro movimento monástico feminino em Belo Horizonte, sob a guia da Abadessa *Dona Luzia Ribeiro de Oliveira*. Todos esses movimentos levaram adiante as ideias da *participação ativa*

24 Cf.: DELL'OMO M., *Storia del monachesimo occidentale. Dal medioevo all'età contemporanea*, Jaca Book, Milano 2011, 488, 507-510; JONGMANS J., «Autour de la restauration de la Congrégation bénédictine brésilienne. Le rôle de Dom Gérard van Caloen (1894-1907)», *Revue Bénédictine* 96 (1986) 337-352.

25 Cfr.: C. J. ISNARD, *O movimento litúrgico no Brasil. Reminiscências para a história do movimento litúrgico no Brasil - Apêndice*, in B. BOTTE, *O movimento litúrgico*, Paulinas, São Paulo, 1978.

26 Sobre a história completa do ML no Brasil cfr.: J. ARIIVALDO DA SILVA, *O movimento litúrgico no Brasil, estudo histórico*, Vozes, Petrópolis, 1983.

*dos fieis na liturgia*. Cientes de que nada se pode antepor ao Cristo, o litúrgo por excelência.

As mesmas iniciativas, *mutatis mutantis*, se encontram entre os Franciscanos da província Imaculada Conceição. Em 1938 Frei *Frei Henrique G. Trindade*, publica pela Vozes o livro *Sigamos a Missa. Modo fácil e devoto de acompanhar em comum (também em particular) ao santo sacrifício da Missa segundo o espírito da liturgia* e em 1939 os freis Pedro Sinzig e Basilio Röwer publicam o *CECÍLIA. Manual de Cânticos Sacros para o canto uníssono na Igreja (com 2a. voz ad libitum)*; em 1941 Frei Pedro Sinzig e Frei Henrique G. Trindade fundam a revista *Música Sacra*.

O último grande elo do monaquismo brasileiro com o ML foi *Dom José Clemente Isnard* (1917—2011), verdadeiro pai e promotor da Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II em terras brasileiras.

### O Concílio Vaticano II, a Reforma Litúrgica e o Movimento Litúrgico<sup>27</sup>

Diferentemente do que acontecera com a Igreja da Europa, a Igreja da América Latina não tinha sido suficientemente preparada para acolher de forma orgânica e sistemática a reforma litúrgica<sup>28</sup>. A causa principal foi a ausência de um Movimento Litúrgico forte, metódico e eficaz com a capacidade de fomentar uma mentalidade mínima, no clero e no povo de Deus, para acolher serenamente a SC e a reforma litúrgica dela decorrente<sup>29</sup>.

Os primeiros anos do pós-concílio foram marcados por adaptações litúrgicas mal feitas e uma desconexão entre catequese, educação religiosa e liturgia. Contribuiu em grande parte a ausência de peritos, o caminho até então não percorrido da adequação ou mudança da mentalidade, especialmente no clero secular, e a necessária atualização dos bispos para assumir o seu papel de primeiro litúrgo (Cfr.: Mdl 9.1)<sup>30</sup>.

Além do mais, a *Sacrosanctum Concilium* encontrou uma Igreja pastoralmente estruturada em torno de paróquias urbanas geográficas com todas as características próprias do modelo eclesial e eclesiológico pré-conciliar. [...] Esta - a *Sacrosanctum Concilium* -, bem como todo o CV II, recebe uma releitura e um redimensionamento profundamente significativo para a pastoral litúrgica e reflexão sacramentaria, a partir da II Conferência Geral do Episcopado Latino

27 GRILLO A., *La nascita della liturgia nel XX secolo. Saggio sul rapporto tra movimento liturgico e (post-) modernità*, Cittadella, Assisi 2003; «40 anni prima e 40 anni dopo Sacrosanctum Concilium. Una “considerazione inattuale” sull’attualità del movimento liturgico», *EO* 21 (2004) 269-300; *Il rinnovamento liturgico tra prima e seconda svolta antropologica. Il presupposto rituale nell’epoca del postmoderno*, Edizioni Vivere In, Roma 2004; «La partecipazione attiva, tema strategico della riforma liturgica. Dalla discussione preconciliare e conciliare alla problematica post-conciliare», in *Liturgia e partecipazione. Forme di coinvolgimento rituale*, ed. L. Girardi, Messaggero, Padova 2013, 107-130; «Devotio moderna e devotio liturgica. Il ricupero del “sentire emotivo” come condizione e stile della partecipazione alle azioni rituali», in *Liturgia e emozione. Atti della XLII Settimana di Studio dell’Associazione Professori di Liturgia, Bocca di Magra (SP), 25-29 agosto 2014*, ed. L. Girardi, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 2015, 89-108; CARDITA A., *Reforma litúrgica para quê? Revisitando a Sacrosanctum Concilium*, Loyola, São Paulo 2018.

28 Não que a reforma litúrgica na Europa tenha sido acolhida com satisfação unanime. Para a facenda conferir o que registra a história em A. BUGNINI, *La riforma liturgica (1948-1975)*, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 199, 278-301; A. SORRENTINO, *Riforma della Riforma?* Dottrinari, Pellezzano 2014.

29 Cfr.: V. R. HERNANDEZ PEÑA, «Consejo episcopal latinoamericano (CELAM). Departamento de liturgia (DELCL). Informe de actividades, con ocasión de la celebración de los veinte años de la Sacrosanctum Concilium», in *Atti del convegno dei presidenti e segretari delle commissioni nazionali di liturgia. Venti anni di riforma liturgica. Bilancio e prospettive. Città del Vaticano 23-28 ottobre 1984*, ed., CultDiv, Messaggero, Padova 1986, 478; G. SAVORNIN, «La réforme liturgique en Amérique Latine», *LMD* 162 (1985) 93-110; A história do movimento litúrgico no Brasil foi cuidadosamente registrada: J. ARIOVALDO, *O movimento litúrgico no Brasil (estudo histórico)* e E. ARNS, «A liturgia, preocupação central da teologia e da pastoral», *REB* 24 (1964) 43-65.

30 “Al mirar la realidad latinoamericana, (Medellín) comprova la pluralità di situaciones en la renovación litúrgica; crescentes esfuerzos en algunas partes, debilidad en otras, mostrando una insuficiencia geral. Al clero lo ve todavia falto de mentalización. Igualmente, reconoce la dificultad de un avance equilibrado en el continente dada la variedad de culturas. Tampoco los Obispos poseen le necessaria actualización para assumir su papel de pimer liturgo. [...] Tanto el clero como los fieles de nuestros países son bastante dóciles y las normas emandadas de la Santa Sede [...] Esta

Americano, realizado em Medellín, 1968<sup>31</sup>.

O Conselho Episcopal Latino Americano, CELAM, veio à luz durante o pontificado de Pio XII, com o objetivo de estudar os assuntos que interessam à Igreja da América Latina<sup>32</sup>. Desde a primeira Assembleia Geral do CELAM, realizada em 1956, se percebe uma particular preocupação com a liturgia e a vida sacramental no Continente.

Na segunda Assembleia Geral de 1957 se começou elaborar um plano instrutivo que levasse em conta a formação litúrgica em sintonia com a *Mediator Dei* de Pio XII (20.11.1947).

Em meio à efervecência do Concílio criou-se o Departamento de Liturgia (DELC) no ano de 1964 e no dia 15 de julho do ano sucessivo vinha à luz o Instituto de Liturgia, que “Surgió como una entidad de carácter científico-pastoral cuyas finalidades principales son el estudio y la investigación de la Liturgia, la formación de expertos y la ayuda a las comisiones Litúrgicas que requieran sus servicios”<sup>33</sup>.

Impressionante o número e a diversidade de atividades operadas desse período em diante, como a criação de comissões litúrgicas nacionais, diocesanas; equipes paroquiais de liturgia, semanas de estudos, criação de revistas, semanas de canto pastoral, o surgimento de subsídios para promover a participação do povo às respostas e à parte canora das celebrações<sup>34</sup>. Grande impulso de dinamicidade veio das Conferências Gerais de Medellín, Puebla, Santo Domingo e mais recentemente, Aparecida<sup>35</sup>.

## Conclusão – Do Movimento Litúrgico no Brasil ao Movimento Litúrgico do Brasil

Na fase de atuação da reforma litúrgica, desponta no Brasil um verdadeiro “Movimento Litúrgico autenticamente autóctone a ser estudado com seriedade. Os ícones, entre outros, são o já lembrado *Dom José Clemente Isnard*, osb (1917-2011), padre *Geraldo Leite Barros* (1934-

---

docilidade y, a veces, un cierto deseo de novedad fueron en cierta manera perjudiciales, pues la reforma se introdujo en muchas partes de manera impositiva, externa y superficial, sin una preparación y educación adecuada del clero ni de los fieles. Hubo cambio de unos ritos por otros y, a veces, de un ritualismo por otro, pero no un cambio profundo de mentalidad y de la práctica pastoral. [...] A nivel de vida litúrgica real de clero y fieles, queda un largo camino que hemos de continuar realizando”. V. R. HERNANDEZ PEÑA, «Consejo episcopal latinoamericano», 476-478. Cfr.: DEPARTAMENTO DE LITURGIA DEL CELAM, «Sobre la liturgia en América Latina», *Ph* 195 (1993) 219-230; L. MOUGEOT, «Aperçu sur la situation pastorale en Amérique Latine», *LMD* 125 (1976) 97-101; A. KREUTZ, «Tarefas urgentes do Movimento Litúrgico no Brasil», in *A sagrada liturgia renovada pelo Concílio*, 737-756; G. LUTZ, «O estudo da liturgia na América Latina», *RdL* 81 (1987) 22-25.

31 A. PISO, *Igreja e sacramentos, Renovação da Teologia Sacramentária na América Latina*, PUG, Roma 1995, 16-17. O autor oferece uma bibliografia, embora sintética e talvez caricaturizada, porém substancial, para a compreensão do modelo de Igreja dominante que acolhe a renovação litúrgica, conferir a nota de número 20, à página 17. Se pode conferir também F. TORRES LONDOÑO, «Cincuenta años de estudios sobre la Iglesia en América Latina», *AHlg* 5 (1996) 299-318. Para a Igreja do Brasil, cfr.: CNBB, *Pistas para uma pastoral urbana*, Paulinas, São Paulo 1979<sup>2</sup>.

32 “Después de un Congreso Eucarístico Internacional, durante la I Conferencia general del Episcopado latinoamericano, en Río de Janeiro, del 25 de julio al 4 de agosto del 1955” se apresentou à Santa Sé “un voto unánime para crear el Consejo Episcopal Latinoamericano [...] Este voto unánime fue aprobado por el Papa Pio XII el día 2 de noviembre de 1955”. V. R. HERNANDEZ PEÑA, «Consejo episcopal latino-americano», 473. Para uma história completa e bem articulada, conferir: F. TORRES LONDOÑO, «Cuarenta años del Celam. Río de Janeiro 1955, Fundación del CELAM», *AHlg* 5 (1996) 405-416 e J.-I. SARANYANA – C.-J. ALEJOS GRAU, *Teología en América Latina*, III, *El siglo de las teologías latinoamericanas*, Iberoamericana – Vervuert, Madrid-Frankfurt 2002, 95-108; Cfr. también: M. G. McGRATH, «La creazione della coscienza di un popolo latino-americano. Il Celam ed il concilio Vaticano II», in *L'evento e le decisioni. Studi sulle dinamiche del concilio Vaticano II*, ed. M. T. Fattori-A. Melloni, Il Mulino, Bologna 1997, 135-142. Significativo o discurso do papa João Paulo II por ocasião da celebração do 25º aniversário da fundação do CELAM, na catedral do Rio de Janeiro no dia 2 de julho de 1980, in *AAS* 72 (1980) 858-873.

33 V. R. HERNANDEZ PEÑA, «Consejo episcopal latinoamericano», 474.

34 Cfr.: B. ALVARO, «Institutos de liturgia en América Latina: Formación litúrgica del clero», in *Costituizione liturgica «Sacrosanctum Concilium»*, *studi*, ed. Congregazione per il Culto Divino, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 1986, 466-475.

35 Um resumo pode ser encontrado em R. RUSSO FERNANDEZ, «Sacrosanctum Concilium e riforma liturgica in America Latina», in *Il Concilio Vaticano II e la liturgia: memoria e futuro, Atti della XL Settimana di Studio dell'Associazione professori di liturgia*,

1987), padre *Gregório Lutz* (1931-2019)<sup>36</sup>, *Yone Buyst*, *Reginaldo Veloso*, *Penha Carpanedo*, padre *Marcelino Sivinski*... São frutos maduros desse "Movimento", entre outros, as Semanas de Liturgia, os Seminários Nacionais de Liturgia, a ASLI, o Centro de Liturgia Dom Clemente Isnard, a Rede Celebra, os Cursos de Pós-Graduação espalhados pelo Brasil, o Ofício Divino das Comunidade..., mas disso se ocupará Sua Exc. Rev. Dom Geraldo Lyrio Rocha.

---

*Rocca di Papa*, 27-31 agosto 2012, ed. P. Chiaramello, CLV-Ed. Liturgiche, Roma 2013, 2019-246. Conferir também D. MEDEIROS, «Liturgia e vita: tra teologia, liturgia e pastorale da Medellín (1969) all'Ecclesia in America (1999)», *RL* 90 (2003) 369-380.

36 Cfr.: LUTZ G., *Liturgia: vida e obra de Padre Gregório Lutz, CSSp (1931-2019)*, ed. G. Frade, Loyola, São Paulo 2019.



S.

## A Reforma Litúrgica no Brasil



## A Reforma Litúrgica no Brasil

Dom Geraldo Lyrio Rocha  
Arcebispo Emérito de Mariana

### Introdução

O Concílio Vaticano II operou uma das maiores reformas litúrgicas de todos os tempos. Soprou um vento renovador em toda a Igreja. O Povo de Deus experimentou a atmosfera alegre e vibrante de um novo Pentecostes. O Documento sobre a Sagrada Liturgia, intitulado *Sacrosanctum Concilium*, abriu caminhos novos para a vida litúrgica. Certamente esse é um dos frutos mais preciosos e mais visíveis do Vaticano II.

Mas, a grande reforma do Vaticano II, não caiu do céu de paraquedas. Ela é fruto do Movimento Litúrgico que, com os Movimentos Bíblico, Patrístico e Teológico, nascidos entre as duas grandes guerras, que se expandiram depois da Segunda Guerra Mundial (1945) e prepararam o terreno para o *aggiornamento* da Igreja como queria o Papa São João XXIII.

A Encíclica *Mediator Dei* (1947) é considerada a “carta magna” do Movimento Litúrgico, na qual o Papa Pio XII se pronuncia a favor da participação ativa de todos os fiéis na celebração da missa. Além disso, o progresso dos estudos patrísticos lançou sobre a teologia do mistério eucarístico a luz da doutrina dos Padres mais eminentes da antiguidade cristã, como Santo Irineu, Santo Ambrósio, São Cirilo de Jerusalém e São João Crisóstomo (IGMR 8).

Fr. José Ariovaldo da Silva, OFM muito contribuiu para recuperar a história do Movimento Litúrgico no Brasil e assim ele nos ajuda a descobrir as raízes da reforma realizada pelo Concílio Vaticano II que pretendia “resgatar o essencial na vida cultural da Igreja. Aquilo que está para além de todos os padrões humanos que, no corpo eclesial, acabaram roubando a cena do Espírito que anima este corpo, mas que continuam agarrados no inconsciente coletivo do nosso corpo eclesial. Busca-se resgatar: a) a divina Liturgia celebrada, isto é, experimentada como presença libertadora do mistério pascal na própria ação ritual, sufocada que fora por um frio corpo dotutrial ‘sobre’ Deus e seus mistérios; b) a divina Liturgia celebrada como experiência orante por excelência de cada cristão em particular e de todo o povo reunido, fonte primeira e indispensável do verdadeiro espírito cristão, sufocada que fora pelo acúmulo de manifestações piedosas extraliturísticas e pelo individualismo religioso; c) a divina liturgia celebrada como escuta, acolhimento, contemplação, admiração, louvor e ação de graças pelas maravilhas operadas por Deus, sobretudo pelo mistério pascal, presente na própria ação ritual, sufocada que fora pelo desesperado esforço meramente humano de ‘chegar até Deus’ e salvar a própria alma”<sup>1</sup>.

A renovação litúrgica proposta pelo Concílio encontrou terreno fértil no Brasil, graças sobretudo ao Movimento Litúrgico que aqui havia se implantado e que, por várias iniciativas, especialmente as da Ação Católica, tinha se expandido em muitas partes do nosso País. A esse respeito, é precioso o testemunho de Dom Clemente Isnard: “A partir de 1933, eu tinha vivido no Brasil os primórdios do

1 SILVA, José Ariovaldo da – in *Raízes Históricas e Teológicas da Sacrosanctum Concilium*, Edições CNBB, Brasília, 2013, p. 73



Movimento Litúrgico detonado pelo curso de liturgia dado por Dom Martinho Michler, no Instituto Católico de Estudos Superiores. Tinha vivido como aluno; mas, depois de alguns anos, também como pregador de retiros e semanas. Foi um período maravilhoso, porque a descoberta da liturgia iluminava toda a nossa vida espiritual. No entanto, a alegria era temperada pelo sofrimento de ataques e calúnias provindos de bispos, teólogos e superiores religiosos, que, em artigos de revista e mesmo livros, atacavam o “liturgismo” tentando provar não sei que heresias. (Revista de Liturgia – 26 de julho de 2018).

## 1. A Reforma litúrgica no Brasil

Sem dúvida, na implantação da reforma litúrgica no Brasil, proposta pelo Vaticano II, destaque especial merece Dom Clemente Isnard, monge beneditino, bispo de Nova Friburgo. Por muitos anos, foi o Presidente da Comissão Nacional de Liturgia e Membro do *Consilium ad exsequendam Constitutionem de Sacra Liturgia*, colocado diretamente a serviço do Papa, e encarregado de elaborar os novos textos litúrgicos a fim de proteger e realizar a reforma dos ritos e de toda a liturgia, de acordo com as indicações do Vaticano II. Esse Conselho, presidido pelo Cardeal Giacomo Lercaro, era composto por 42 bispos, e teve como Secretário Mons. Annibale Bugnini, que fora um dos peritos do Concílio Vaticano II e um dos grandes expoentes da reforma Litúrgica e de sua aplicação.

Em 1964, Dom Clemente foi eleito Presidente da Comissão de Liturgia da CNBB, cargo que exerceu por 23 anos. Assim, em sua extraordinária colaboração para a reforma litúrgica da Igreja no Brasil, Dom Clemente uniu sua competência pessoal às reflexões e contributos oriundos do *Consilium ad exsequendam Constitutionem de Sacra Liturgia*.

### 1.1. O processo de implantação da Reforma Litúrgica

A tradução e publicação dos livros litúrgicos (Missal Romano, Pontifical Romano, Rituais, Lecionários e Liturgia das Horas), sem dúvida, tiveram particular relevância na fase inicial de implantação da Reforma Litúrgica promovida pelo Vaticano II. Sob a orientação de Dom Clemente, nesta fase teve especial atuação Fr. Alberto Beckhäuser, OFM. Também não se pode esquecer a preciosa colaboração dada por Maucyr Gibin na fase de implantação da reforma do Vaticano II no Brasil e que teve também importante papel no CELAM, ao lado de Dom Clemente que fora presidente do Departamento de Liturgia do CELAM 1979-1982).

O processo de implementação da Reforma Litúrgica teve continuidade na Igreja no Brasil, pois, os bispos que se sucederam à frente da Comissão de Liturgia mantiveram a mesma linha de atuação assumida pela CNBB, na estrada aberta pelo Vaticano II: Dom Clemente Isnard (1964-1979); Dom Romeu Alberti (1979-1983); Dom Geraldo Majella Agnelo (1983-1987); Dom Clemente Isnard (1987-1991 e 1991-1995); Dom Geraldo Lyrio Rocha (1995-1999 e 1999-2003); Dom Manuel João Francisco (2003-2007); Dom Joviano de Lima Júnior (2007-2011); Dom Armando Buccioli (2011-2015 e 2015-2019); Dom Edmar Peron (2019.....).

De grande relevância também foi a colaboração dos assessores, assessoras e secretárias da CNBB para as questões ligadas à Liturgia, bem como as que dizem respeito mais diretamente ao canto e ao espaço celebrativo:

**Assessores(as) de Liturgia:** Fr. Alberto Beckhäuser (1967-1973); Côn. José Antônio de Morais Busch - Liturgia e traduções (1970-1974); Pe. Gregório Karl Lutz (1979-1995); Pe. Gian Luigi Morgano (1984-1990); Fr. Alberto Beckhäuser (1986-1991); Fr. Faustino Paludo, OFM Cap (1991-1997); Ir. Lucila M. de Mendonça (1992-1996); Ir. Maria das Graças Tavares de Souza (1992); Ir.

Ângela Soldera (1993-1995); Ir. Irene Brunetta (1996); Pe. José Raimundo de Melo, SJ (1997-1991); Ir. Silde Coldebella (1997 – 2000); Pe. Marcelino Sivinski (2000-2005); Pe. Carlos Gustavo Haas (2006-2010); Pe. Hernaldo Pinto Farias, SSS (2010-2013); Fr. Faustino Paludo, OFMCap (2013-2917); Pe. Leonardo José de Sousa Pinheiro 2018 - ....)

**Assessores de Música:** Pe. Odilon Jaeger, SJ (1973); Côn Amaro Cavalcanti - Consultor (1973-1982); Pe. José Weber, SVD (1973-1984); Fr. Josel Postma, OFM (1984-1997); Pe. Osmar Augusto Bezutte, SDB (1997-2003); Fr. Joaquim Fonseca de Souza, OFM (2002-2006); Fr. Luiz Turra, OFMCap (2007); Pe. José Carlos Sala (2008-2014); Sr. Eurivaldo Silva Ferreira (2016); Ir. Fernando Benedito Vieira, SJ (2016 - .....).

**Assessores(as) para o Espaço Litúrgico:** Ir. Laíde Inês Sonda (2001-2005); Sra. Rafaela Asprimo (fevereiro de 2008); Sr. João Martins de Oliveira Filho (2011-2913); Dom Marcelo Audelino Molinero, OSB (2014-2015); Pe. Thiago Aparecido Faccini Paro (2018-.....)

## 1.2. A Comissão Episcopal para os textos litúrgicos (CETEL)

Na fase inicial das traduções dos textos litúrgicos (1964-1970), entre outros, destacam-se: Dom Clemente Isnard, Dom José Alberto de Castro Pinto, Côn. Amaro Cavalcanti de Albuquerque, Pe. José Antônio Moraes Busch, Dom Marcos Babosa, OSB e Maria Luiza Jardim Amarante (secretária). Maria Luiza Jardim /Amarante (secretária)<sup>2</sup>.

No enorme trabalho de tradução, além dos bispos que têm integrado a **CETEL**, não se pode deixar de mencionar os tradutores: No Missal Romano, destacam-se Dom Clemente e Fr. Alberto Beckhäuser. Não podemos nos esquecer de Dom José Belvino do Nascimento, Bispo emérito de Divinópolis-MG, que fez a tradução dos Rituais. Na Liturgia das Horas, não se pode deixar de mencionar Pe. José Weber, a quem se deve também a publicação das melodias para a Liturgia das Horas; Dom Marcos Barbosa, OSB; Dom Matias Fonseca de Medeiros, OSB. Na revisão do Missal Romano, entre outros, muito colaboraram Frei Alberto Beckhäuser, Pe. Gregório Lutz, Côn. Celso Pedro da Silva, Domingos Zamagna, Márcio Leitão, José Raimundo Vidigal, Pe. José Weber e Pe. José Raimundo Pinto de Melo, SJ. Admirável também foi o trabalho da Ir. Lucila M. de Mendonça (1992-1996) que, sozinha digitou todos os textos dos Lecionários.

No momento atual, a CETEL se volta para o Missal Romano, cuja revisão foi feita, ao longo dos últimos anos, em atenção ao que estabelece a Instrução *Liturgiam Authenticam*, de 07 de maio de 2001. Na “operação pente-fino”, atualmente em curso, destaca-se o trabalho meticuloso que tem sido feito por Pe. Leonardo José de Souza Pinheiro.

## 1.3. Publicações da CNBB sobre a Liturgia

Os textos publicados comprovam a importância dada pela CNBB à liturgia no Brasil:

### 1.3.1. Série Documentos

2 Cf. BECKHÄUSER, Alberto, in *Liturgia um Direito do Povo*, Vozes, Petrópolis, 2001, p. 77-78

Nº	Título
02	Pastoral da Eucaristia – subsídios
2A	Pastoral dos Sacramentos da iniciação cristã
06	Pastoral da Penitência
07	Pastoral da música Litúrgica no Brasil
11	Diretório para missas com grupos populares
12	Orientações pastorais sobre o matrimônio
14	Pastoral da Unção dos Enfermos
19	Batismo de crianças
43	Animação da vida litúrgica no Brasil
52	Orientações para a celebração da Palavra de Deus
62	Missão e Ministérios dos Cristãos leigos e Leigas
97	Discípulos e Servidores da Palavra de Deus na Missão da Igreja
107	Iniciação à vida Cristã: Itinerário para formar discípulos missionários
108	Ministério e Celebração da Palavra

### 1.3.2. Série Estudos

Nº	Título
12	Estudo sobre os cantos de Missa
27	Bibliografia sobre religiosidade popular
33	Liturgia de rádio e televisão
42	Liturgia: 20 anos de caminhada pós-conciliar
48	Assembleia Eletrônica Litúrgica
61	Orientações para a catequese de crisma
70	Missa de Televisão
77	Missão e Ministérios dos Leigos e Leigas Cristãos
79	A música litúrgica no Brasil
81	O batismo de crianças – Subsídios Litúrgicos – Pastorais
82	O itinerário da fé na iniciação cristã de adultos
87	Sagrada liturgia 40 anos depois
89	A Eucaristia na vida da igreja: Subsídios para o ano da Eucaristia
96	Deixai-vos reconciliar: Seminário Nacional sobre a reconciliação
97	Iniciação à vida Cristã: um processo de inspiração catecumenal
106	Orientações para projeto e construção de Igrejas e disposição do espaço celebrativo

**Obs.** Não se pode deixar de mencionar o Diretório Nacional para a Catequese (Doc. 84 – 2005), que trata amplamente do lugar e papel da Liturgia na Catequese.

Encontra-se em fase de elaboração o texto da série Estudos – CNBB sobre vestes litúrgicas e hábito eclesialístico.

## 2. Memória da Reforma Litúrgica no Brasil

### 2.1. Os Ministérios

Muito se tem avançado no Brasil na questão dos ministérios, não apenas litúrgicos, confiados aos cristãos leigos e leigas. Em muitos lugares, de acordo com as orientações da CNBB, tem havido o reconhecimento público de ministérios por parte da comunidade eclesial (CNBB, doc. 62, n. 85).

### 2.2. A pastoral litúrgica

A grande tarefa das equipes de Liturgia em muitas paróquias e dioceses tem sido “dinamizar um processo de formação de todos os participantes da Liturgia, visando, de um lado, que a celebração seja sempre mais expressiva e, de outro lado, o enriquecimento espiritual de todo o povo” (CNBB, Doc. 43, n. 186-189). Muitos subsídios têm sido elaborados. Nesse esforço, destaca-se a **Rede Celebra**. Extraordinária tem sido a aceitação do Ofício Divino das Comunidades, fruto do trabalho de muitas pessoas entre as quais se destaca a Ir. Maria da Penha Carpanedo PDDM.

### 2.3. O canto litúrgico

Grandes esforços e importantes iniciativas se têm feito no Brasil no que se refere ao canto litúrgico. Antes mesmo do Concílio Vaticano II, na década de 50, um dos sinais dessa renovação foi o canto dos Salmos nas melodias de Gelineau. Quem os introduziu no Brasil foi Dom João Batista da Mota e Albuquerque, que foi Arcebispo de Vitória – ES, quando era presidente da Comissão de Música Sacra do Rio de Janeiro. Os primeiros a serem introduzidos foram o Salmo 22 (O Senhor é meu Pastor) e o Magnificat (O Senhor fez em mim maravilhas). A seguir, vieram os **Cursos de Canto Pastoral**, especialmente no Rio de Janeiro, que renovaram o repertório com cantos com maior sentido litúrgico, especialmente para a celebração da Santa Missa. Nessa iniciativa, entre tantos outros, tiveram especial desempenho Côn. Amaro Cavalcanti de Albuquerque, Pe. José Alves e Fr. Joel Postma. Também, em outras partes do País, surgiram importantes iniciativas que muito enriqueceram o repertório litúrgico, com características de nossa variedade cultural, Recordamos Dom Carlos Alberto Navarro (autor das letras) com Waldecy Farias (compositor das músicas), Pe. Nei Brasil, Pe. Geraldo Leite, Reginaldo Veloso, Frei Fabretti, Fr. Luiz S. Turra, OFM Cap, Ir. Mirian Koling e Pe. Lúcio Floro Graziosi entre tantos outros. Cada vez mais se foi avançando no esforço de cantar *a* Liturgia e não apenas *na* Liturgia. Assim, textos litúrgicos começaram a ser musicados.

No imediato pós-concílio, foram também compostos os cantos próprios para a Semana Santa, bem como foi publicado o **Folheto Povo de Deus**, com as músicas próprias da missa dominical, conforme o Missal Romano. Grandes compositores foram convidados a participar nesse empreendimento. Foram realizados muitos estudos sobre a música brasileira por grandes especialistas. Os **encontros nacionais dos músicos** e depois os **cursos do CELMU** muito contribuíram para o progresso da música litúrgica em nossa Pátria. Não se pode esquecer o papel desempenhado pelo setor de música da CNBB, especialmente a publicação do Hinário da CNBB, onde muito se destacou Fr. Joel Postma, OFM bem como não se pode deixar de mencionar o enorme trabalho do Pe. José Weber, SVD na tradução e publicação da Liturgia das Horas. No setor de Música da CNBB, lembramos também de Pe. Osmar Augusto Bezutte, SDB, Fr. Joaquim Fonseca de Souza, Pe. José Carlos Sala e Ir. Fernando Benedito Vieira, SJ. Não se pode deixar de mencionar o Coral Palestrina da Arquidiocese de Curitiba que sob a regência da Ir. Custódia Maria Cardoso gravou os CDs, editados pela PAULUS, com os cantos do hinário litúrgico da CNBB.

## 2.4. O Espaço Celebrativo

Graças ao trabalho sério e competente de vários artistas, bem como os encontros nacionais e o desempenho do Setor Espaço Litúrgico, organizado na CNBB pela Ir. Laíde Inês Sonda, PDDM, muito se tem avançado no Brasil: “Como pede sua natureza, a igreja terá de ser adequada às celebrações sacras, bela, resplandecente de nobre formosura e não de mera suntuosidade e verdadeiramente sinal e símbolo das realidades celestes. A disposição geral do edifício deve manifestar de algum modo a imagem do povo reunido e permitir uma ordem inteligente, bem como a possibilidade de se exercerem com decoro os diversos ministérios” (RDI, 3). Percebe-se que, em muitas partes, graças também aos esforços feitos, as novas construções têm procurado obedecer a orientação da Instrução Geral sobre o Missal Romano que estabelece: “A ornamentação da igreja deve visar mais a nobre simplicidade do que a pompa. Na escolha dessa ornamentação, cuide-se da autenticidade dos materiais e procure-se assegurar a educação dos fiéis e a dignidade de todo o local sagrado” (IGMR 292).

Nesse campo, Cláudio Pastro ocupa lugar de grande relevância. Não se pode esquecer a contribuição dada pela arquiteta Regina Céli de Albuquerque Machado. No momento atual, tem se destacado o Pe. Marco Ivan Rupnik, SJ. Papel importante nessa matéria têm desempenhado as Pias Discípulas do Divino Mestre, especialmente através do **Apostolado Litúrgico**. Pessoalmente, tenho apreciado muito o trabalho de Júlio César Gonçalves Quaresma, membro fundador do Ateliê de Arte São Bento, que desponta com grandes possibilidades de trazer importante contribuição nesse campo. Não se pode deixar de mencionar o empenho do **Setor Espaço Celebrativo da CNBB** que, no momento, está publicando, na Coleção Estudos da CNBB, o precioso texto intitulado *Orientações para projeto e construção de Igrejas e disposição do espaço celebrativo*. Neste contexto, merece destaque o empenho do Pe. Thiago Faccini Paro.

## 2.5. A formação litúrgica

Embora tenhamos ainda uma longa estrada a percorrer, não se pode negar que grandes passos têm sido dados no campo da formação litúrgica. Importante papel desempenhou o **Instituto Superior de Pastoral Litúrgica (ISPAL)**, no Rio de Janeiro. Entre as muitas iniciativas que se seguiram, não podemos deixar de recordar os **Encontros Nacionais de liturgistas**, que deram origem à **Associação dos Liturgistas do Brasil (ASLI)**. Especial importância tiveram os cursos de Atualização e Especialização realizados em São Paulo. Destaque especial merece o **Centro de Liturgia Dom Clemente Isnard (CDCI)**, em São Paulo, do qual Pe. Gregório Lutz foi membro fundador. Inspirado no Curso de Liturgia em São Paulo, com o intuito de facilitar a formação litúrgica no Nordeste, surgiu o **Nordestão**.

Diversas iniciativas têm contribuído para a formação litúrgica no Brasil: os **Seminários Nacionais** (o primeiro foi em Santa Catarina, sobre a Penitência); as **Semanas de Liturgia**, já na sua 33ª realização; a publicação da **Revista de Liturgia**, graças ao empenho das **Pias Discípulas**; a criação da **Rede Celebra**; a elaboração de subsídios e tantas outras iniciativas. Não se pode esquecer a importante colaboração de Maria de Lourdes Zavarez, especialmente na elaboração dos subsídios do projeto da CNBB “Rumo ao Novo Milênio”.

Não se pode esquecer a importante colaboração do Pe. Jacques Trudel, SJ, especialmente na questão referente à dança na liturgia. Sua reflexão litúrgico-pastoral foi acompanhada de belas experiências realizadas em comunidades confiadas aos seus cuidados pastorais na Arquidiocese de Olinda e Recife.

Aqui, mais uma vez nos lembramos do Pe. Gregório Lutz. Também não podemos esquecer a contribuição que tem sido dada por Ione Buyst especialmente no aprofundamento do método da pesquisa e do ensino da Liturgia. Também teve seu papel importante a iniciativa chamada **Liturgia em Mutirão**, que visava difundir a formação litúrgica pela internet e pelas publicações, bem como a edição do **Guia Litúrgico**. Merece destaque o esforço feito pelo Pe. Marcelino Sivinski para implantar um **Curso de Liturgia na TV Século XXI**. Infelizmente, algumas dificuldades encontradas no caminho não permitiram que essa iniciativa seguisse adiante. Não se pode esquecer o esforço da CNBB (através da Comissão de Liturgia, em parceria com a Comissão de Comunicação Social) em promover encontros nacionais de produtores e celebrantes de **Missa na TV**, a fim de aprofundar os critérios a serem observados pela emissoras de orientação católica, bem como as demais que realizam tais transmissões. Inelizmente, os resultados ficaram muito aquém do que se esperava. Também não se pode esquecer a contribuição do Pe. Carlos Gustavo Haas que procurou dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo realizados pelo Pe. Marcelino que o antecedeu na assessoria da Dimensão Litúrgica da CNBB.

## 2.6. Celebração Dominical da Palavra

Antes do Concílio, já se implantava, em várias partes do Brasil, a Celebração Dominical da Palavra, chamada em muitos lugares de Culto Dominical, ou com outros nomes. Entretanto, após o Vaticano II, essa prática ganha novo vigor, pois o Concílio recomenda que se realize a Celebração da Palavra de Deus ao longo do ano litúrgico, “sobretudo naqueles lugares onde falta o presbítero” (SC 35.4).

Espera-se que, com a publicação do documento 108 da CNBB, intitulado Ministério e Celebração da Palavra, nossas comunidades possam celebrar, de forma ainda melhor, a Palavra de Deus no Dia do Senhor. Aliás, na elaboração desse documento, especial desempenho tiveram o Pe. Antônio José de Almeida (especialmente na parte referente aos ministérios), a Ir. Veronice Fernandes e o Pe. Danilo Cesar dos Santos Lima (sobretudo na parte que se refere à Celebração da Palavra).

## 2.7. Iniciativas próprias do Brasil

Deve-se também a Dom Clemente o empenho junto à Sé Apostólica para a aprovação da **Oração Eucarística V**, elaborada pelo Pe. Jocy Rodrigues, para o IX Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Manaus (1975), que teve como lema REPARTIR O PÃO. O texto elaborado pelo Pe. Jocy era em decassílabos. Infelizmente na Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, isso não foi levado em conta e as alterações aí introduzidas quebraram a métrica estabelecida. Foi pena! Também, pela atuação decisiva de Dom Clemente, a CNBB conseguiu a inclusão das **Aclamações em todas as Orações Eucarísticas**.

Graças à preciosa ajuda de tantos colaboradores foram levadas adiante várias iniciativas próprias da Igreja no Brasil, tais como a publicação do Ritual de Iniciação Cristã de Adultos (**RICA**), numa nova configuração que facilita o seu uso por parte de quem preside essa celebração. Nesse trabalho, muito colaborou o Pe. Domingos Ormonde. Além da reedição **dos Rituais** (com nova forma gráfica), destacam-se o ritual do **batismo de crianças em etapas** (aprovado por Dom Geraldo Majella Agnelo quando Secretário da Congregação para o Culto Divino); o **Ritual do Matrimônio próprio para o Brasil**; o **Lecionário do Pontifical Romano** (IV volume); o subsídio pastoral **Nossa Páscoa** e a publicação do **Evangelário**, por ocasião do Grande Jubileu do ano 2000.

Uma das preciosidades litúrgicas do Brasil é a **tradução metrificada da salmodia** que nos permite cantar todos os salmos. Esse admirável trabalho se deve sobretudo ao Pe. José Weber.

Sem dúvida, o **Ofício Divino das Comuniades** é uma das pérolas preciosas entre as iniciativas da Igreja no Brasil no campo da reforma litúrgica. Muitas foram as pessoas que colaboraram para fazer chegar ao povo a grande riqueza da Liturgia das Horas, entre as quais se destacam: Ir. Agostinha Vieira de Melo, OSB; Fr. Domingos dos Santos, OP; Pe. Geraldo Leite Barros; Ione Buyst, beneditina; João Batista, Fr. Joel Postma, OFM; Pe. Jocy Rodrigues; Dom Marcelo de Barros Sousa, OSB; Dom Marcelo Guimarães, OSB; Ir. Maria da Penha Carpanedo. PDDM; Ir. Michel Bergamann, Taizé; Pe. Reginaldo Veloso e Pe. Geraldo Leite Bastos.

### 3. Descontinuidades da Reforma Litúrgica

Com todo realismo, constatamos que lamentavelmente a Reforma Litúrgica impulsionada pelo Concílio Vaticano II tem sofrido descontinuidade e até mesmo retrocessos. Entre eles destacamos:

#### 3.1. As “missas show”

Disse Dom Armando Buccioli, em uma Assembleia da CNBB: “Assistimos a celebrações litúrgicas que nem sempre estão de acordo em tudo com a autêntica liturgia e, às vezes, nem com o verdadeiro espírito evangélico. Pior quando são difundidas pelas TVs, incluindo as de orientação católica. Observam-se, por exemplo, presidentes de celebração que chamam a atenção da Assembleia mais sobre si mesmos do que sobre o mistério pascal do Senhor. Palmas e choro, emoções e expressões subjetivas entram e dominam muitas celebrações. São modelos comunicativos que mais se parecem com comícios ou shows do que com a liturgia de nossa Igreja. Ainda mais: estilo presidencial que não manifesta amor para com o povo. Vemos isso quando aquele que preside se coloca acima dos irmãos e irmãs ou quando busca elogios, aplausos ou gratificações”<sup>3</sup>.

#### 3.2. Criatividade “selvagem”

As redes sociais se encarregam de difundir imagens extravagantes (que Dom Armando chamou de **criatividade “selvagem”**) em celebrações litúrgicas. Sem dúvida, isso comprova que, mais de 50 anos após a aprovação da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, muitos ainda não compreenderam o que é liturgia e qual é a sua linguagem própria.

#### 3.3. Tradicionalismo, rubricismo e clericalismo

De outra parte, a tendência tradicionalista, alimentada por um estéril rubricismo e embalada pelo neoclericalismo ressurgem não somente no Brasil, mas também em muitos países. Há muitos que “sentem saudades do que não conheceram”, como disseram os Bispos italianos em uma carta publicada há algum tempo.

Em alguns contextos, a celebração litúrgica se desvirtua na superficialidade, no modismo, no “mundanismo”, na exterioridade, nas aparências, na opulência, no triunfalismo e na ostentação

3 BUCCIOLI, Armando – *Graça e Arte de Presidir*, 52ª Assembleia Geral da CNBB, Aparecida, 2014

das vestes, dos vasos sagrados e dos espaços celebrativos. Muitos ignoram o que diz a Instrução Geral sobre o Missal Romano: “A ornamentação da igreja deve visar mais a nobre simplicidade do que a pompa” (IGMR 292). “Convém que a beleza e nobreza de cada vestimenta decorram não tanto da multiplicidade de ornatos, mas do tecido usado e da forma” (IGMR 344).

## 4. Desafios

Ao lado de tantos pontos ganhos, permanecem ainda grandes desafios que nos têm acompanhado ao longo desse período de implementação da reforma litúrgica do Vaticano II:

### 4.1. Inculturação

“Ainda não se dá atenção ao processo de uma inculturação da liturgia. Isto faz com que as celebrações sejam, para muitos, algo ritualista e privado que não os faz conscientes da presença transformadora de Cristo e de seu Espírito, nem se traduz em compromisso solidário para a transformação do mundo” (SD 43). Em relação aos indígenas, a Conferência de Santo Domingo propõe: “Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja” (SD 248). Em relação aos afro-americanos, a mesma Conferência propõe: “A Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores, como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã. Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas” (SD 249). “Temos de promover uma liturgia que, em total fidelidade ao espírito que o Concílio Vaticano II quis recuperar em toda sua pureza, busque, dentro das normas dadas pela Igreja, a adoção das formas, sinais e ações próprios das culturas da América Latina e Caribe. Nesta tarefa, dever-se-á dar uma especial atenção à valorização da piedade popular, que encontra sua expressão especialmente na devoção à Santíssima Virgem, nas peregrinações aos santuários e nas festas religiosas, iluminadas pela Palavra de Deus” (SD 53).

### 4.2. Liturgia e piedade popular

Diz o Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*: “Quando o Evangelho se inculturou num povo, no seu processo de transmissão cultural também transmite a fé de maneira sempre nova; daí a importância da evangelização entendida como inculturação” (EG 122). Ensina-nos São Paulo VI na Exortação Apostólica *Marialis Cultus*: “Importa ordenar as práticas de piedade tendo em conta os tempos litúrgicos, de maneira que se harmonizem com a sagrada Liturgia, de certo modo derivem dela, e a ela, que por sua natureza lhes é muito superior, conduzam o povo cristão” (SC 13). Aqui neste ponto, quereríamos fazer alusão a duas atitudes que poderiam, eventualmente, tornar vã, na prática pastoral, a sobredita norma do Concílio Vaticano II: em primeiro lugar, a atitude de alguns que, aprioristicamente, desprezam os exercícios de piedade, se bem que recomendados pelo Magistério quando feitos na forma devida; e por isso, transcuram-nos e criam um vazio que não providenciam a preencher de nenhuma maneira. Ora, estes que assim procedem esquecem que o Concílio diz que se harmonizem os exercícios de piedade com a Liturgia e não que se suprimam simplesmente. Em segundo lugar, lembramos a atitude daqueles que, à margem de um sã critério litúrgico e pastoral, misturam ao mesmo tempo exercícios piedosos e atos litúrgicos, em



celebrações híbridas. Acontece, algumas vezes, que na própria celebração do Sacrifício Eucarístico são inseridos elementos que fazem parte de novenas ou de outras práticas piedosas, com o perigo de o Memorial do Senhor não constituir o momento culminante do encontro da comunidade cristã, mas ser como que a ocasião para algumas práticas devocionais. Aqueles que assim procedem quereríamos recordar que a norma conciliar prescreve que se harmonizem os piedosos exercícios com a Liturgia e não que se confundam com ela. Uma ação pastoral esclarecida, pois, deve, por um lado, saber distinguir e acentuar a natureza própria dos atos litúrgicos; e por outro lado, saber valorizar os piedosos exercícios, para os adaptar às necessidades de cada uma das comunidades eclesiais e torná-los preciosos auxiliares da mesma Liturgia” (MaC 31).

### 4.3. A arte de celebrar

Se de um lado há os exageros da “criatividade selvagem”, de outro lado, permanece a prática dos que presidem a celebração sem ter assimilado satisfatoriamente o espírito da reforma do Concílio Vaticano II. Diz Fr. José Ariovaldo da Silva: “O espírito da reforma não penetrou ainda no sangue, na mente, no coração, no corpo dos agentes das celebrações. Resultado: porque os atores das celebrações litúrgicas (mormente na Missa), sobretudo os principais, não estão qualificados como pessoas de fato orantes em seu agir ritual, continuam a repetir padrões antigos e não conseguem contribuir para a formação e animação de discípulos e missionários de Jesus Cristo a partir da liturgia. Pelo contrário, enfadam os participantes das assembleias que aos poucos, buscam outros ambientes mais ‘convincentes’ que não a liturgia: nas seitas e em manifestações piedosas, mesmo dentro da Igreja Católica, testemunhando inclusive que aí, de fato ‘encontraram Jesus, tiveram uma experiência de Deus’. No meu entender, em grande parte, o êxodo dos católicos é motivado pelo não convencimento dos principais atores em seu agir nas celebrações litúrgicas”<sup>4</sup>.

No Sínodo sobre a Eucaristia, “foi várias vezes recomendada a necessidade de superar toda e qualquer separação entre a arte da celebração (*ars celebrandi*, isto é, a arte de celebrar retamente) e a participação plena, ativa e frutuosa de todos os fiéis: com efeito, o primeiro modo de favorecer a participação do povo de Deus no rito sagrado é a condigna celebração do mesmo; a arte da celebração é a melhor condição para a participação ativa” (SaCa 38).

### 4.4. O canto e a música

A medalha tem duas faces: Ao lado do enorme esforço em relação ao canto e à música, lamentavelmente, surgiu uma avalanche de publicações de cantos para serem cantados nas celebrações litúrgicas. Infelizmente, muitos cantos apresentam qualidade medíocre tanto nas letras como nas músicas. Em vez dos textos bíblicos e litúrgicos, surgiu um vasto repertório com cantos cheios de imprecisões teológicas e doutrinárias, além de graves erros gramaticais. Muitos deles com forte teor devocional e intimista. Textos litúrgicos foram substituídos por paráfrases que ignoraram o rico patrimônio da Igreja acumulado ao longo de séculos.

Além disso, muitas vezes, o critério para a escolha dos cantos tem sido por mera associação de ideias. Basta que num canto se encontre a palavra “glória” ele substitui o hino do *Glória* na Missa. O mesmo acontece com o canto do *Santo*, *Credo*, *Cordeiro de Deus* e outros. E assim, lá se vai embora o rico patrimônio da Igreja e se esvazia o sentido do mistério celebrado na Sagrada Liturgia.

4 SILVA, José Ariovaldo da – op .cit. p. 78

#### 4.5. O Ano Litúrgico

Ainda permanece a grande dificuldade de harmonizar os dias e meses temáticos com o Ano Litúrgico. O Capítulo V da *Sacrosanctum Concilium* é dedicado ao Ano litúrgico: “A santa mãe Igreja considera seu dever celebrar, em determinados dias do ano, a memória sagrada da obra de salvação do seu divino Esposo. Em cada semana, no dia a que chamou domingo, celebra a Ressurreição do Senhor, como a celebra também uma vez ao ano na Páscoa, a maior das solenidades, unida à memória da sua Paixão. Distribui todo o mistério de Cristo pelo correr do ano, da Encarnação e Nascimento à Ascensão, ao Pentecostes, à expectativa da feliz esperança e da vinda do Senhor. Com esta recordação dos mistérios da Redenção, a Igreja oferece aos fiéis as riquezas das obras e merecimentos do seu Senhor, a ponto de torná-los como que presentes a todo o tempo, para que os fiéis, em contato com eles, se encham de graça (SC 102).

“Por tradição apostólica, que nasceu do próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, no dia que bem se denomina dia do Senhor ou domingo que não deve ser sacrificado por outras celebrações que não sejam de máxima importância, porque o domingo é o fundamento e o centro de todo o ano litúrgico” (cf. SC 106). Com muita frequência, lamentavelmente, esvazia-se o sentido do domingo com outras celebrações que a ele se sobrepoem.

#### 4.6. A homilia

Valem também para nossa realidade, as palavras do Papa Francisco: “muitas vezes, tanto os fiéis como os próprios ministros ordenados sofrem: uns a ouvir e os outros a pregar. É triste que seja assim. A homilia pode ser, realmente, uma experiência intensa e feliz do Espírito, um consolador encontro com a Palavra, uma fonte constante de renovação e crescimento” (EG 135).

Iluminadoras também são as palavras de Bento XVI que, na Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis* nos diz: “Pensando na importância da palavra de Deus, surge a necessidade de melhorar a qualidade da homilia; de fato, esta «constitui ‘parte integrante da ação litúrgica’, cuja função é favorecer uma compreensão e eficácia mais ampla da palavra de Deus na vida dos fiéis. Por isso, os ministros ordenados devem ‘preparar cuidadosamente a homilia, baseando-se num adequado conhecimento da Sagrada Escritura’. Evitem-se homilias genéricas ou abstratas; de modo particular, peço aos ministros para fazerem com que a homilia coloque a palavra de Deus proclamada em estreita relação com a celebração sacramental e com a vida da comunidade, de tal modo que a palavra de Deus seja realmente apoio e vida da Igreja” (SCa 46).

#### 4.7. A formação litúrgica

Embora com grandes avanços, não podemos negar o desafio que permanece com relação à formação litúrgica dos ministros ordenados, consagrados(as) e leigos(as). Muitos seminários, institutos e faculdades de teologia não têm dado o devido espaço para a formação litúrgica, inclusive por falta de professores devidamente capacitados. “É absolutamente necessário que se providencie em primeiro lugar a formação litúrgica do clero” (SC 14).

Além disso, em muitas casas de formação para o ministério ou para a vida consagrada, a celebração e a vivência da liturgia deixam muito a desejar. O Concílio Vaticano II estabelece: “Nos seminários e casas religiosas, adquiram os clérigos uma formação litúrgica da vida espiritual, mediante uma conveniente iniciação que lhes permita penetrar no sentido dos ritos sagrados e participar perfeitamente neles, mediante a celebração dos sagrados mistérios, como também mediante ou-

tros exercícios de piedade penetrados do espírito da sagrada Liturgia. Aprendam também a observar as leis litúrgicas, de modo que nos seminários e institutos religiosos a vida seja totalmente impregnada de espírito litúrgico” (SC 17).

“É fundamental que os seminaristas se familiarizem com o espírito litúrgico e se preparem bem para presidir as celebrações; para isso importa que os diversos aspectos da formação no seminário encontrem expressão privilegiada nas celebrações litúrgicas, além de observar atentamente a carga horária mínima e o conteúdo programático estabelecido. Assim, a vivência da Liturgia acompanha todas as etapas da vida do formando. (CNBB, Doc. 43, 190-192 e 194-195).

#### 4.8. A recuperação dos símbolos e sinais

Nem sempre se dá o devido valor à linguagem simbólica e aos sinais litúrgicos. Com frequência, os sinais dão lugar às alegorias. “Os sinais, importantes em toda a ação litúrgica, devem ser empregados de forma viva e digna, suposta uma adequada catequese. As adaptações previstas na *Sacrosanctum Concilium* e em outras normas posteriores são indispensáveis para se conseguir um rito adequado às nossas necessidades, especialmente às do povo simples, tendo em conta suas legítimas expressões culturais” (DP 926). “A força dos símbolos e sinais, sobretudo quando retirados da vida e da cultura do povo, completam a grande variedade de elementos da nossa Liturgia” (CNBB, Doc. 43. n. 84).

“É meta da criatividade a introdução de novos símbolos, mais compreensíveis ao povo de hoje, porque criados pela piedade popular ou experimentados nas CEBs e outros grupos de oração. Para isso inaugure-se um processo de pesquisa, reflexão e análise, com ajuda de um grupo de trabalho integrado por teólogos, liturgistas, pastoralistas e outros” (CNBB, Doc. 43, n. 174). Entretanto pouco se tem caminhado nessa direção. As experiências, embora tímidas, que apontavam nessa direção, de modo geral, não tiveram continuidade.

É lamentável que a linguagem simbólica ainda esteja longe de ser assimilada em muitas situações: Basta recordar a comunhão eucarística. Já em 1947, dizia Pio XII, na encíclica *Mediator Dei*: “Para melhor e mais claramente manifestar-se a participação dos fiéis no sacrifício divino por meio da comunhão eucarística, o nosso imortal predecessor Bento XIV (1740-1758) louva a devoção daqueles que, não só desejam nutrir-se do alimento celeste durante a assistência ao sacrifício, mas preferem alimentar-se **com hóstias consagradas no mesmo sacrifício**” (MD 106). “Como já dissemos, são para louvar aqueles que recebem as hóstias consagradas no mesmo sacrifício” (cf. MD 112).

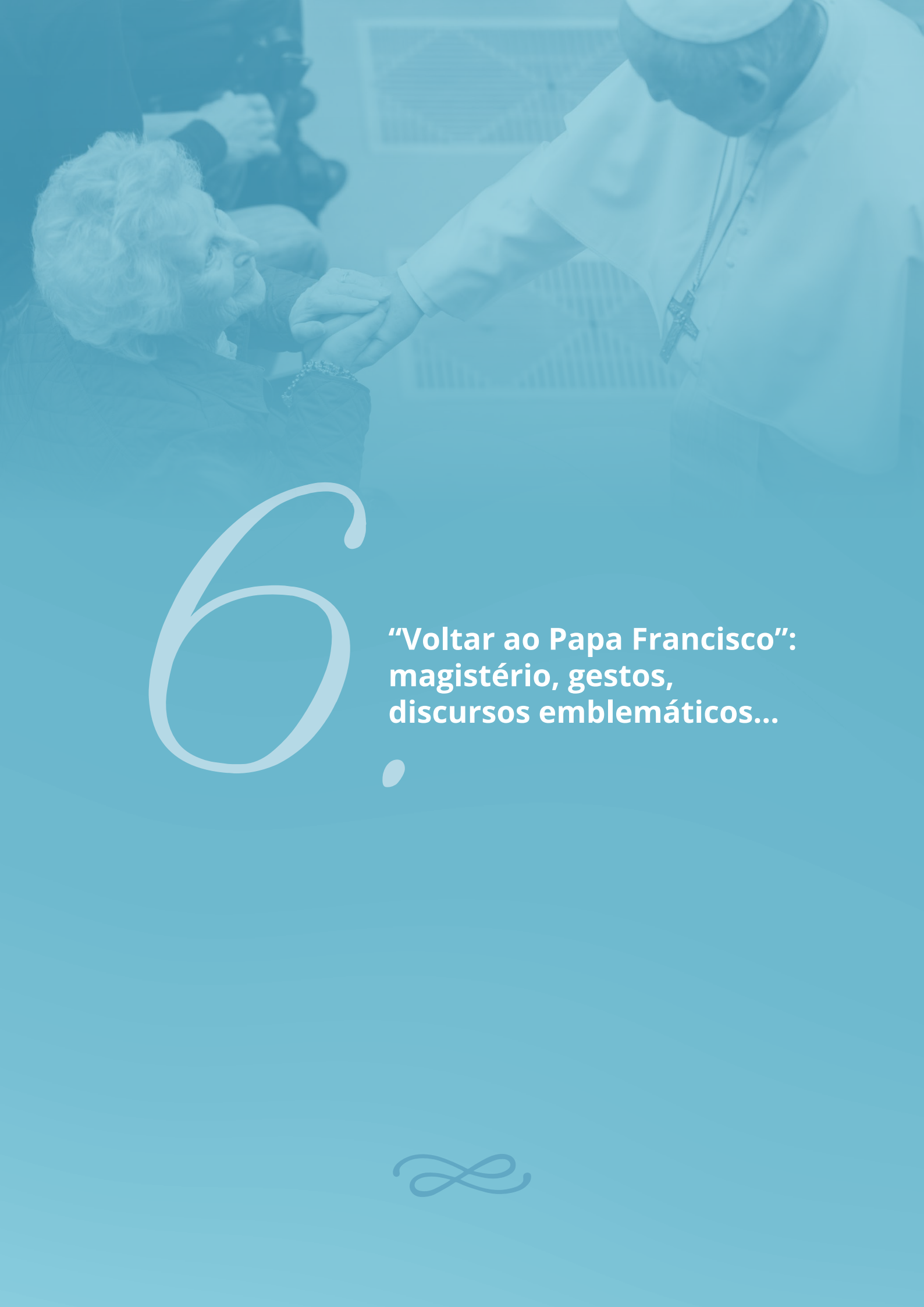
A IGMR acrescenta: “É muito recomendável que os fiéis, como também o próprio sacerdote deve fazer, recebam o Corpo do Senhor em hóstias consagradas na mesma Missa e participem do cálice nos casos previstos, para que, também **através dos sinais**, a Comunhão se manifeste mais claramente como participação no sacrifício celebrado atualmente” (IGMR 85).

Entretanto, até hoje, em muitos lugares, essa compreensão ainda não foi assimilada. Os motivos práticos falam mais alto do que as razões litúrgico-sacramentais. O mesmo se diga da Comunhão sob as duas espécies: “A Comunhão realiza mais plenamente o seu **aspecto de sinal**, quando sob as duas espécies. Sob esta forma se manifesta mais perfeitamente o **sinal do banquete eucarístico** e se exprime de modo mais claro a vontade divina de realizar a nova e eterna Aliança no Sangue do Senhor, assim como a relação entre o banquete eucarístico e o banquete escatológico no reino do Pai” (IGMR 281). Além dos casos previstos nos livros litúrgicos, o Bispo diocesano pode baixar normas a respeito da Comunhão sob as duas espécies para a sua diocese, a serem observadas inclusive nas igrejas dos religiosos e nos pequenos grupos (cf. IGMR 283). Por que mantemos fechada a porta aberta pelo magistério da Igreja?

## Conclusão

No Brasil, o empenho para aplicar o Concílio no contexto de nossa realidade tem sido muito grande, não obstante as dificuldades que encontramos no caminho. Muita coisa bonita vem acontecendo em nossas comunidades eclesiais, em toda a parte. A Igreja no Brasil pode se alegrar com os frutos colhidos ao longo desses mais de 50 anos de intensa renovação litúrgica. Frutos e perspectivas se misturam com dificuldades e desafios na longa caminhada da renovação litúrgica no Brasil. Nossa reflexão, iluminada pelo Magistério da Igreja, nos permitirá avançar na estrada aberta pelo Vaticano II, com mais clareza, segurança e determinação: “Muito resta a ser feito para assimilar em nossas celebrações a renovação litúrgica desencadeada pelo Concílio Vaticano II, como para ajudar os fiéis a fazer da celebração eucarística a expressão de seu compromisso pessoal e comunitário com o Senhor. Ainda não se alcançou a plena consciência do que significa a centralidade da liturgia como fonte e cume da vida eclesial. Persiste a pouca participação da comunidade cristã, e surge quem queira se apropriar da liturgia sem considerar seu verdadeiro sentido eclesial” (cf. SD 43). Lamentavelmente, em muitas situações continua válida a constatação feita em Puebla: “Sem dúvida, comprovamos que não se deu ainda à pastoral litúrgica a prioridade que lhe corresponde dentro da pastoral de conjunto” (DP 901).

Vitória, 12 de outubro de 2019



6

**“Voltar ao Papa Francisco”:  
magistério, gestos,  
discursos emblemáticos...**



## “Voltar ao Papa Francisco”: magistério, gestos, discursos emblemáticos...

Pe Danilo César

Nos últimos domingos tivemos a ocasião de confrontar a nossas vidas com alguns textos eucológicos, e com a proclamação de alguns textos intrigantes das Escrituras (Ano C – Lucas), que gostaria de retomar, para dar início à nossa conversa:

- 26º DomTC: “Jesus Cristo, sendo rico, se fez pobre, por amor; para que sua pobreza nos, assim, enriquecesse” (aclamação ao evangelho) – domingo do pobre Lázaro e do rico desfigurado, do abismo e da ponte que podemos ser....
- 27º DomTC: “Possamos... saciar-nos do pão celeste e inebriar-nos do vinho sagrado, para que sejamos transformados naquele que agora recebemos” (oração pós comunhão) – domingo da fé pequena que transplanta a amoreira no mar e do “servo inútil”, reavivar a chama do dom de Deus... o espírito de fortaleza, de amor e de sobriedade (2ª leitura)...
- 28º DomTC: “sempre nos preceda e acompanhe a vossa graça para que estejamos sempre atentos ao bem que devemos fazer” (oração do dia) – Os leprosos que se deixaram conduzir pela Palavra de Deus e aquele que retorna para dar graças, entrando na lógica da gratuidade divina...

Esse recuo às celebrações passadas me leva a pensar no Papa Francisco e, para além do Papa, reformulando nosso título ao modo de uma questão: “Contemplando o Papa Francisco e seu ministério, para onde devemos nos voltar?” Penso em algumas respostas possíveis, sem as quais a liturgia do Concílio perderia o seu eixo:

- *Voltar ao evangelho e a Jesus Cristo. Voltar ao Concílio!*

### A questão litúrgica: o rito como concretização da fé

No decorrer da SL, nossos trabalhos nos defrontaram com elementos que foram, pouco a pouco delineando aquilo que hoje chamamos de “questão litúrgica”, em torno da figura do pontificado do Papa Francisco. Para a definição da “questão litúrgica”, recorro ao pensamento de A. Grillo,<sup>1</sup> que parte da sua relação com Cristo para explicitar o sentido teológico da liturgia, que é fundamentalmente rito, ação, gesto e, portanto, envolve e assume um veio antropológico. Para além das considerações interdisciplinares, reconhecer a relação da liturgia com a antropologia requer “descobrir no próprio fundamento da revelação e da fé – um inegável elemento antropológico”, mais que servir-se da antropologia como uma ciência à parte da liturgia. O dado antropológico está dentro mesmo do fenômeno litúrgico. Significa dizer: a liturgia comporta uma dimensão humana

1 Cf. GRILLO, Andrea. *La nascita della liturgia nel XX secolo*. Assis: Cittadella Editrice, 2003, p. 13-33.

que lhe é intrínseca e que corresponde ao dinamismo do próprio mistério da encarnação do Verbo (Jo 1,14), que o Pala afirma na *Evangelii Gaudium*, 233:

A realidade é superior à ideia. Este critério está ligado à encarnação da Palavra e ao seu cumprimento: “Reconheceis que o espírito é de Deus por isto: todo espírito que confessa Jesus Cristo que veio em carne mortal é de Deus” (1Jo 4,2). O critério da realidade, de uma Palavra já encarnada e sempre procurando encarnar-se, é essencial à evangelização... Não por em prática, não levar à realidade a palavra é construir sobre a areia, permanecer na pura ideia e degenerar em intimismos e gnosticismos que não dão fruto, que esterilizam o seu dinamismo.<sup>2</sup>

Identificamos esse “humano” da liturgia como sendo a sua expressão ritual, como o seu elemento mais fundamental e mais característico. Isso significa também renunciar a um modo de fazer teologia litúrgica que, por muito tempo privilegiou ou o aspecto canônico (legal, normativo, rubricista), ou o aspecto metafísico (teórico, abstrato e essencialista, conceitual), ou ambos, numa associação que blindou a liturgia de qualquer acesso ao povo de Deus. Por fim, significa afirmar o ato litúrgico como a questão fundamental da liturgia, lugar axial de expressão da fé. Nesse modo de pensar, o rito ganha cidadania teológica, pois ele realiza a fé. Assim, vemos e compreendemos o Papa Francisco, quando adverte que “não podemos esquecer antes de tudo que a liturgia é vida que forma, não ideia a aprender”.<sup>3</sup> Deste modo, o Papa parece querer explicitar, no sentido realidade concreta, o artigo 7 da SC:

Com efeito, o que define a liturgia é a concretização, nos santos sinais, do sacerdócio de Jesus Cristo, ou seja, a oferta da sua vida até estender os braços na cruz, sacerdócio tornado presente de maneira constante através dos ritos e das orações, maximamente no seu Corpo e Sangue, mas também na pessoa do sacerdote, na proclamação da Palavra de Deus, na assembleia congregada em oração em seu nome (cf. SC, 7).<sup>4</sup>

O ato litúrgico, portanto, está no cerne da experiência da fé cristã, enquanto experiência encarnada de Deus. A Liturgia é um lugar privilegiado da Revelação, porque dá acesso aos fiéis, a partir de sua condição histórica (corpo, sentidos), ao mistério de Cristo, ao Cristo mesmo! Trata-se de relação com um Alguém que nos evangeliza, um encontro que nos transforma, uma experiência que nos modifica:

A liturgia é vida e não uma ideia a ser compreendida. De fato, leva a viver uma experiência iniciática, ou seja, transformadora do modo de pensar e de se comportar, e não a enriquecer a própria bagagem de ideias acerca de Deus. O culto litúrgico “não é antes de tudo uma doutrina a compreender ou um rito a realizar; naturalmente é também isso mas de outra maneira, é essencialmente

2 FRANCISCO, PP. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 184.

3 FRANCISCO, PP. Discurso aos participantes na assembleia plenária da Congregação para o Culto Divino e a disciplina dos Sacramentos, (14 de fevereiro de 2019), em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/february/documents/papa-francesco\\_20190214\\_cong-culto-divino.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/february/documents/papa-francesco_20190214_cong-culto-divino.html), extraído em 17 de outubro de 2019, às 10h45.

4 FRANCISCO, PP. Discurso aos participantes na 68ª semana litúrgica nacional, na Sala Paulo VI, (24 de agosto de 2017), em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/august/documents/papa-francesco\\_20170824\\_settimana-liturgica-nazionale.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/august/documents/papa-francesco_20170824_settimana-liturgica-nazionale.html), extraído em 17 de outubro de 2019, às 10h31.

diverso: é uma nascente de vida e de luz para o nosso caminho de fé". As reflexões espirituais são algo diferente da liturgia, a qual "é precisamente entrar no mistério de Deus; deixar-se levar ao mistério e estar no mistério". Há uma grande diferença entre dizer que Deus existe e sentir que Deus nos ama, tal como somos, agora e aqui. Na oração litúrgica experimentamos a comunhão representada não por um pensamento abstrato, mas por uma ação que tem Deus e nós como agentes, Cristo e a Igreja. Os ritos e as orações (cf. SC, 48), por aquilo que são e não pelas explicações que deles damos, tornam-se por isso uma escola de vida cristã, aberta a quantos têm ouvidos, olhos e coração abertos para aprender a vocação e a missão dos discípulos de Jesus.<sup>5</sup>

### **Não "é só rito"! É o imprescindível rito!**

Olhando para o Papa Francisco e seu pontificado, seus ensinamentos para a Igreja, vendo nele um homem que aponta para Jesus e para o seu evangelho, como um servo que faz o que precisa ser feito, que se deixa transformar pelo mistério que celebra, que atravessa os abismos em busca dos pobres, que nos recorda: "não se pode esquecer o Concílio Vaticano II, do mesmo modo será recordada a reforma litúrgica que dele brotou", ouvindo essa expressão "a questão litúrgica" aqui tão repetida, e pudéssemos, e pudéssemos traduzir numa palavra, teríamos RITO. O rito é, juntamente com o mito enquanto narrativa, em qualquer religião, o vínculo imprescindível com a sua experiência fundamental e fundante. Assim, em termos teológicos e pensando na Revelação, o Rito é a única coisa que se equipara à Escritura. No relato dos discípulos de Emaús em seu encontro com o Ressuscitado, não se abre os olhos, sem rito e sem Escritura (cf. Lc 24,27.30-31).

O rito não apenas se equipara às Escrituras na função reveladora. O Rito se associa a elas, de modo encarnatório, dando-lhes corpo, cor, cheiro, consistência, sabor, temperatura e sonoridade. Sobre isso nos fala o Papa Francisco:

Sagrada Escritura e Sacramentos são inseparáveis entre si. Quando os Sacramentos são introduzidos e iluminados pela Palavra, manifestam-se mais claramente como a meta dum caminho onde o próprio Cristo abre a mente e o coração ao reconhecimento da sua ação salvífica. Neste contexto, é preciso não esquecer um ensinamento que vem do livro do Apocalipse; lá se ensina que o Senhor está à porta e bate. Se uma pessoa ouvir a sua voz e Lhe abrir a porta, Ele entra para cear junto com ela (cf. 3,20). Cristo Jesus bate à nossa porta através da Sagrada Escritura; se ouvirmos e abrirmos a porta da mente e do coração, então Ele entra na nossa vida e permanece conosco.<sup>6</sup>

Como Cristo entra para permanecer conosco? De muitos modos, pois a Palavra de Deus não está algemada (cf. 2Tm 2,9). A Liturgia é um modo eclesial de desfrutar dessa presença e atuação salvífica de Cristo em nossas vidas. Analogicamente, servindo-nos do ensinamento de Francisco, a Palavra bate à nossa porta para curar os enfermos com a unção, para unir os nubentes com as promessas, para constituir ministros com a prece de ordenação, para inserir na vida de Cristo pela água, dar o Espírito pela unção crismal e o perdão pela prece de reconciliação. A Palavra bate

<sup>5</sup> *Idem.*

<sup>6</sup> FRANCISCO, PP. *Carta apostólica, sob forma de motu próprio, Aperuit Illis, pela qual se institui o domingo da Palavra de Deus*, em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/motu\\_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190930\\_aperuit-illis.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190930_aperuit-illis.html), extraído em 17 de outubro de 2019, às 11h47.



à nossa porta para constituir nossas assembleias dominicais, para entoar o sacrifício de louvor no Ofício, para abençoar as casas, as crianças, os estabelecimentos de trabalho, os animais, as refeições e as pessoas... A Palavra bate à nossa porta e nos alcança pelo rito que celebramos!

Mas o Rito não apenas está associado à Palavra. O Rito é Palavra, Verbo que se encarna em gesto litúrgico, capaz de nos transportar ao mistério que celebramos. É o sentido memorial de nossos atos celebrativo que nos torna contemporâneos ao evento da salvação que hoje nos toca. Em sua homilia na vigília Pascal (2016) o Papa ensina que, na Liturgia e, por ela, a Palavra nos envolve:

A Liturgia desta noite dá-nos um bom conselho. Ensina-nos a recordar as obras de Deus. Com efeito, as leituras narraram-nos a sua fidelidade, a história de seu amor por nós. A Palavra viva de Deus é capaz de nos envolver nesta história de amor, alimentando a esperança e reavivando a alegria. Isto mesmo nos lembra também o Evangelho que escutamos. Os anjos, para dar esperança às mulheres, dizem: "Lembra-vos de como [Jesus] vos falou". Fazer memória das palavras de Jesus, fazer memória de tudo aquilo que Ele fez na nossa vida. Não esqueçamos a sua Palavra e as suas obras, senão perderemos a esperança e nos tornaremos cristãos sem esperança; por isso façamos memória do Senhor, da sua bondade e das suas palavras de vida que nos tocaram; recordemo-las e façamo-las nossas, para sermos sentinelas da manhã que sabem vislumbrar os sinais do Ressuscitado.

A Constituição Litúrgica da Igreja nos recorda que a Palavra inspira as orações e os sinais da Liturgia. Eles se tornam, tal como o livro, um outro texto da Palavra. Explico-me: assim como a Palavra se faz texto, no livro do Lecionário, a Palavra se faz texto no "livro" dos ritos e dos sinais da Igreja. O cantar na liturgia é texto da Palavra, o partilhar o pão na liturgia narra algo da entrega do Senhor, o emergir da água anuncia a ressurreição, a homilia permite sentir o gosto do Evangelho no pão e no vinho compartilhados, o erguer as mãos no Pai nosso nos associa à obediência do Filho crucificado, as flores do ambão nos transportam para o Jardim de Jesus e Madalena, o primeiro homem e a humanidade redimida...

### **A questão litúrgica e a urgência da formação.**

O Papa sabe, sem formular assim, que existe uma "questão litúrgica" perpassada por essa nossa humanidade. Sabe também dos desafios que comportam iniciar à liturgia da Igreja, pois como seres inseridos em um mundo tão pragmático e racionalista, o rito sofre com uma terrível suspeita da nossa parte. Por isso, ele chama a atenção para dois aspectos que precisamos nos recordar, em vista do aprofundamento da recepção da reforma litúrgica:

A liturgia é vida para todo o povo da Igreja. Com efeito, por sua natureza, a liturgia é "popular" e não clerical, sendo — como ensina a etimologia — uma ação para o povo, mas também do povo. Como recordam tantas orações litúrgicas, é a ação que o próprio Deus cumpre a favor do seu povo, mas também a ação do povo que ouve Deus que fala e reage louvando-o, invocando-o, acolhendo a fonte inexaurível de vida e de misericórdia que flui dos santos sinais. A Igreja em oração congrega todos aqueles que têm o coração à escuta do Evangelho, sem rejeitar ninguém: são convocados pequenos e grandes, ricos e pobres, crianças e

idosos, sadios e doentes, justos e pecadores. À imagem da “multidão imensa” que celebra a liturgia no santuário do céu (cf. Ap 7, 9), a assembleia litúrgica supera, em Cristo, qualquer limite de idade, raça, língua e nação. O alcance “popular” da liturgia recorda-nos que ela é inclusiva e não exclusiva, promotora de comunhão com todos sem, todavia, homologar, pois chama cada um, com a sua vocação e originalidade, a contribuir para edificar o corpo de Cristo: “A Eucaristia não é um sacramento ‘para mim’, é o sacramento de muitos que formam um só corpo, o santo povo fiel de Deus”.<sup>7</sup>

E um segundo aspecto:

Neste sentido, é precioso o título da vossa Assembleia: A formação litúrgica do Povo de Deus. De facto, a tarefa que nos espera é essencialmente difundir no Povo de Deus o esplendor do mistério vivo do Senhor, que se manifesta na liturgia. Falar de formação litúrgica do Povo de Deus significa antes de mais tomar consciência do papel insubstituível que a liturgia reveste na Igreja e para a Igreja. E também ajudar concretamente o Povo de Deus a interiorizar melhor a oração da Igreja, a amá-la como experiência de encontro com o Senhor e com os irmãos e, à luz disto, redescobrir os conteúdos e observar os seus ritos.

Com efeito, sendo a liturgia uma experiência propensa à conversão da vida através da assimilação do modo de pensar e de se comportar do Senhor, a formação litúrgica não se pode limitar simplesmente a oferecer conhecimentos — isto é errado — embora necessários, acerca dos livros litúrgicos, e nem sequer a tutelar o devido cumprimento das disciplinas rituais. Para que a liturgia possa cumprir a sua função formadora e transformadora, é necessário que os Pastores e os leigos sejam estimulados a compreender o seu significado e a sua linguagem simbólica, inclusive a arte, o canto e a música ao serviço do mistério celebrado, e também o silêncio. O próprio Catecismo da Igreja Católica adota a via mistagógica para ilustrar a liturgia, valorizando as suas orações e sinais. A mistagogia: eis um caminho idóneo para entrar no mistério da liturgia, no encontro vivo com o Senhor crucificado e ressuscitado. Mistagogia significa descobrir a vida nova que no Povo de Deus recebemos mediante os Sacramentos, e redescobrir continuamente a beleza da sua renovação.

---

7 *Ibidem.*



## Rodas de Conversa



## Documentos, Diretórios e Subsídios da CNBB Para a Liturgia

Pe. Francisco Inácio Vieira Junior

A celebração dos Mistérios do Senhor em sua Igreja se faz por “ritos e preces” (SC 48). Por trás desta expressão quase compendiada da *Sacrosanctum Concilium* estão muitos agentes: a assembleia, as equipes de serviço, os ministérios, os espaços, mas, também os rituais, documentos etc.

Em vista da celebração, são também considerados tanto os livros litúrgicos em sentido estrito, ou seja, aqueles utilizados na ação litúrgica, quanto os livros que, mesmo não servindo diretamente à ação celebrada, contêm seus fundamentos e diretrizes. Todas estas expressões servem a um único escopo: o de celebrar bem e melhor.

A Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil, em comunhão e sintonia com a Reforma Litúrgica do Vaticano II, com mais ou menos uma década da promulgação da Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, iniciou a divulgação de uma série de documentos, diretórios, orientações e subsídios vários visando ajudar a Igreja no Brasil a aproximar-se da tão desejada participação dos fieis na ação sagrada (SC 48).

Não nos compete, neste pequeno estudo, analisar os documentos. Nesta conversa, queremos pelo menos classificar as importantes iniciativas começadas pela Conferência dos nossos bispos ainda na década de 1970 claramente perceptíveis já na riqueza interpretativa de alguns títulos e datas.

### *Documentos pastorais em vista dos sacramentos*

Pastoral da Eucaristia, subsídios, 1974; Diretório para missas com grupos populares, 1974; Pastoral da penitência, 1978; Pastoral da unção dos enfermos, 1979; Pastoral dos sacramentos da iniciação cristã, 1985; Deixai-vos reconciliar, 2008.

### *Subsídios para a celebração*

Orientações pastorais sobre o matrimônio, 1977; Orientações para a celebração da palavra de Deus, 1994; Estudo sobre os cantos da missa, 1976; Liturgia em mutirão; Hinários litúrgicos; Ministério e celebração da Palavra, 2019.

### *Formação litúrgica*

Animação da vida litúrgica no Brasil, 1989; Pastoral da música litúrgica no Brasil, 1976; Liturgia de rádio e televisão, 1982; Assembleia eletrônica litúrgica, 1987; Missa de televisão, 1994; A música litúrgica no Brasil, Um subsídio para quantos se ocupam da música litúrgica na Igreja de Deus que está no Brasil, 1999; A sagrada liturgia 40 anos depois, 2003; Guia litúrgico-pastoral.

**Os textos e documentos fazem apelo a uma mentalidade celebrativa com o respiro conciliar, na força que esta expressão comporta. Faz-se necessário, contudo, criar estruturas celebrativas em vista da participação, dispondo de horizontes mistagógicos que garantam a *actuosa participatio* (SC 14) tão incentivada na *Sacrosanctum Concilium* e que ajuda a superar**

**a tentação da discrepância entre culto interno e externo. Realidade que somente a boa formação pode conferir. Por isso os documentos trazem** “elementos que enriqueçam a vida litúrgica e colaborem na formação dos agentes de pastoral”.

É esta a preocupação de fundo em todas as iniciativas que começaram nos anos de 1970 e continuam até hoje: a participação. A Liturgia, porque possui também uma eficácia formativa, pois orienta-se dinamicamente para a celebração, quer conferir aos fiéis uma experiência de salvação. Com isso evitamos o reducionismo de uma mera inteligência dos mistérios e realizamos o objetivo final de toda participação na ação litúrgica: fazer viver o que se celebra.

A formação é exigência necessária à obtenção de um espírito novo e de uma prática celebrativa que alimente a vida dos fiéis e que assuma primordial importância sob o grave risco do comprometimento total da consciência celebrativa. “A formação dos agentes de pastoral é apontada como algo essencial, para que esse o aspecto profético e transformador realmente se realize numa dinâmica celebrativa. A formação deve começar pelos que são mais responsáveis na vida litúrgica das comunidades. (Introdução – Doc. 43).

1) Em nossas comunidades, tomamos conhecimentos dos documentos e orientações da CNBB sobre a Liturgia?

2) As formações dadas aos grupos e comunidades fazem uso do material de referência da CNBB?

P. Francisco Inácio, sdb

## A Oração Eucarística V

*Dom Heraldo Pinto Farias*

A chamada Oração Eucarística V (OE V), número da sequência das orações do Missal Romano para o Brasil, é uma das poucas OEs permitidas pela Igreja para o uso após o evento fundante. Sua primeira versão, no primeiro semestre de 1973, denominada *Oração Eucarística para gente simples*, é resultado do trabalho de Pe. Jocy Rodrigues, maranhense, e da Comissão de Liturgia da CNBB. Ela é o fruto mais maduro da reforma litúrgica no Brasil!

E como ela surgiu? Em 1971, na Assembleia Geral em Belo Horizonte, os bispos da CNBB, preocupados com o grande número de pessoas que chegavam ao Norte e Nordeste do país para trabalharem na construção da, até hoje inacabada, Transamazônica, decidiram realizar um Congresso Eucarístico Nacional (CEN) para os dias 16 a 20 de julho de 1975. Ele seria precedido por dois grandes eventos: um Ano Eucarístico Nacional (1974) e a CF de 1975. A CF teve como tema: “Fraternidade é repartir”, e como lema: “Repartir o pão” (Is 58,7), reforçando o tema do CEN: “O amor exige presença para repartir o pão”, e formando uma única teologia e orientação de ação eucarístico-evangélica da Igreja no Brasil.

Neste período a Igreja vivia um dos momentos mais produtivos da reforma litúrgica e no Brasil a CNBB, através do então Secretariado Nacional de Liturgia (SNL), estava em pleno trabalho e criatividade. Os livros litúrgicos, à medida que eram publicados em latim, começavam a ser objeto de pesquisa e tradução. Para o Missal, por exemplo, já tinham sido aprovadas as partes em português para o acompanhamento e participação do povo em decreto de 20 de junho de 1964, confirmando a primeira aprovação pela CNBB na Assembleia Geral de 2 de dezembro de 1963. A constante preocupação com a participação ativa e frutuosa da assembleia celebrante levava o SNL a adiantar os trabalhos de tradução e publicação dos livros litúrgicos. Assim, foram sendo aprovadas as traduções e o uso do Ordinário da Missa; em 1965 foi constituída a Comissão Mista Luso-brasileira; o Cânon Romano, em 1967; no Plano Pastoral de Conjunto da CNBB, para os anos de 1966-1970, já tendo sido aprovado o SNL na Assembleia Geral de 1962, consta o primeiro Projeto de Pastoral Litúrgica para o Brasil; em 1969 foram publicados o Rito de Ordenações, as novas Orações Eucarísticas, o novo Ordinário da Missa; em 1970 o Rito do Matrimônio e o de Batismo de Crianças, além de começarem a preparar os Ritos de Exéquias e de Profissão Religiosa. Também foram publicados, de forma provisória: o Lecionário Dominical do ano B em 1969, o Lecionário Dominical do ano C em 1970, o Lecionário Dominical do ano A em 1971, o Lecionário Ferial em 1972 e, dois anos mais tarde, em 1974, o Lecionário Santoral.

Em meio a todo esse trabalho, de 1964 a 1969, excetuando-se o ano de 1968, aconteciam os Encontros Nacionais de Liturgia, com o objetivo de reunir lideranças e pessoas competentes nas áreas em torno à liturgia, estudar o rito a ser publicado e contribuir em sua tradução para o Brasil. Muitos frutos surgiram desses encontros, como, por exemplo, a sessão de Canto Litúrgico já no primeiro Encontro Nacional de 1964 e, em 1967 o primeiro Encontro Nacional de Arte Sacra, no Rio

de Janeiro. Em 1966 aconteceu também o primeiro curso do Instituto Superior de Pastoral Litúrgica – ISPAL, que teve vida curta, mas contribuiu para a formação de muitos religiosos, religiosas e presbíteros de várias partes do Brasil.

Um capítulo de todo particular foi a elaboração e aprovação da OE V. Em 1968 foram aprovadas pelo Papa Paulo VI três novas orações eucarísticas (atuais II, III e IV do Missal, segunda edição típica) e foi revisto o texto do Cânon Romano. Por causa desses fatos, começaram a surgir “novas orações eucarísticas” compostas e usadas sem a devida autorização eclesial em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Para conter essa prática e dar respostas positivas às solicitações de composição de orações eucarísticas para circunstâncias especiais que chegavam à Congregação para o Culto Divino, o Papa Paulo VI possibilitou a que as conferências episcopais pudessem solicitar a autorização para a composição e o uso de orações eucarísticas. Em 1972, após sugestão de Dom Clemente Isnard como membro da Congregação para o Culto Divino, por Carta Circular de 1973, o Papa dá a permissão às conferências episcopais de elaborarem novas orações, porém somente em eventuais circunstâncias particulares, como por ocasião de um Congresso Eucarístico Nacional. Já tendo sido aprovada a realização do CEN para 1975, a CNBB prontamente solicitou a aprovação de uma OE para o país. Foram compostas três orações: uma por Pe. Maucyr Gibin, sss, outra por Dom Clemente Isnard, osb e outra pelo Pe. Jocy Rodrigues. Postas em análise e decisão, foi escolhida pelo SNL esta terceira.

Com mais de um ano de trabalhos e diálogos com a Congregação para o Culto Divino, a Oração Eucarística do IX Congresso Eucarístico Nacional de Manaus foi aprovada pela Santa Sé em decreto de 11 de novembro de 1964.

O texto da OE V bebe de duas fontes eclesiais: litúrgicas e magisteriais. As fontes litúrgicas são precisamente, o Cânon Romano (OE I), a OE III, elementos da OE II, sobretudo por ser um texto mais breve, e o Prefácio da Santíssima Eucaristia 1, elaborado para o Missal de Paulo VI. Suas fontes magisteriais, por sua vez, encontram-se, principalmente nas Constituições emanadas do Concílio Vaticano II: *Sacrosanctum Concilium* e *Lumen Gentium*. Delas assumem os conceitos de Eucaristia enquanto *alimento para o fortalecimento da vida cristã*, e de Igreja, enquanto presença salvadora no mundo.

A sua estrutura, além de ter paralelo com as Anáforas orientais, dá continuidade à tradição da Igreja que, para a elaboração das OEs II, III e IV, assumiu os elementos constitutivos de uma OE tanto no Oriente quanto no Ocidente. Percebe-se claramente, ao serem colocadas em paralelo, que elas possuem: prefácio, *sanctus*, *post-sanctus*, epíclese sobre os dons, narrativa da Instituição e aclamação memorial, anamnese e oferta, epíclese sobre a assembleia, intercessões e doxologia.

A OE V, porém, tem suas características próprias, e que são baseadas na mais segura tradição da Igreja. Suas aclamações têm origem nos *benditos* populares do Nordeste brasileiro, para reforçar o conteúdo oracional proclamado por quem preside e, principalmente, para favorecer a participação (até decorada) de toda a assembleia no rito que a Igreja compreende ser o centro e o cume de toda a Celebração Eucarística. Tais aclamações, por fazerem parte constitutiva da OE V, não são um opcional. A assembleia, com esta OE tem o direito da participação na oração maior da Igreja. A estrutura métrica e poética das partes (estrofes com quatro versos) já foi feita para o canto ou, pelo menos, para o recitativo, apesar das modificações feitas no texto incluindo mais versos, o que chegou ao que temos hoje. Em todo o seu *discurso oracional* a OE V conduz a igreja celebrante a proclamar na e pela Eucaristia a páscoa de Cristo que se faz alimento (veja a insistência dos vocábulos *pão* e *vinho*). É a mesa dos peregrinos, que *caminha nas estradas do mundo rumo ao céu*, onde todos viveremos a paz completa junto de Deus.

**Questões para a roda de conversa:**

1. Em sua comunidade a OE V é utilizada?
2. O que chamou a sua atenção na história e teologia da OE V e que possa levar você a valorizá-la mais enquanto fruto maduro da reforma litúrgica no Brasil?



## Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil Tradução dos Textos e Adaptação dos Ritos

Pe. Carlos Gustavo Haas

Para início de conversa: alguém do grupo é tradutor, já fez tradução, conhece outra língua

Até o Concílio Vaticano II, a língua oficial da Liturgia era o latim. O processo de tradução e adaptação foi lento e de não fácil aceitação e assimilação pelos católicos. A primeira e mais complexa questão era: **optar por uma mera tradução? Fazer uma tradução adaptada à índole do povo? Criar novos textos?**

O processo de tradução e adaptação foi confiado às Conferências Episcopais. No Brasil o processo iniciou-se em 1965 com a tradução do Ordinário da Missa e dos Rituais, mesmo antes da sua versão restaurada. A tradução do Missal Romano teve início em 1969. O trabalho foi confiado à Comissão Nacional de Liturgia da CNBB, depois Secretariado Nacional de Liturgia. Presidia este Secretariado Dom Clemente Isnard. A Congregação dos Ritos, de Roma, publicou diversas Instruções para orientar os trabalhos de tradução: 1964: *Inter Oecumenici*; 1967: *Tres Abhinc Annos*; 1970: *Liturgicae instaurationes*.

Os critérios que o Secretariado Nacional de Liturgia adotou no seu trabalho de tradução e adaptação dos textos à índole popular foram: fidelidade ao sentido bíblico; fidelidade ao sentido teológico-litúrgico, procurando expressar a verdade de maneira transparente e simples; fidelidade às condições pastorais e fidelidade às exigências literárias.

Um trabalho desta magnitude não pode ser feito às pressas. A experimentação, as críticas e as revisões exigem um longo tempo para oferecer uma possibilidade mais concreta de apreciação e formulação definitivas. E a própria língua vernácula também se transforma.

Além da alta exigência dos princípios acima elencados, somam-se outras dificuldades: encontrar peritos com tempo disponível, especialmente leigos; unidade e sintonia entre os tradutores, um mesmo estilo deve perpassar todos os textos litúrgicos; inúmeras críticas emotivas (superficiais, genéricas) e outras efetivas (esclarecedoras, construtivas, mas sem apresentar solução).

A metodologia empregada neste período (até 1970): parte-se de uma tradução-base feita por um perito; grupo de trabalho de até 5 peritos (escritor, biblista, teólogo, pastoralista, músico etc); envio da tradução aos Bispos da Comissão (a recém criada CEEATL<sup>2</sup>) e para outros liturgistas, biblistas e pastoralistas; nova revisão a partir das sugestões/críticas recebidas; aprovação na Assembleia da CNBB; envio para a Santa Sé para a confirmação.

1 O presente texto é um resumo do artigo de Frei Alberto Beckäuser: **Os livros litúrgicos em vernáculo no Brasil: memória de complicado processo**. In Liturgia, um direito do povo. Petrópolis, Vozes, 2001, pág. 64-95. Livro organizado por Pe. Marcelino e Frei Ariovaldo em homenagem aos 70 anos de vida do Pe. Gregório Lutz.

2 Comissão Episcopal de Exame e Aprovação das Traduções de Textos Litúrgicos.

Depoimento de D. Clemente: “O trabalho foi ingente. De início, foram feitas as traduções mais urgentes para permitir o uso imediato da língua vulgar na liturgia. Depois, à medida que iam sendo publicados em Roma os novos textos litúrgicos, surgia a necessidade de traduções, desta vez definitivas. SÓ QUEM PARTICIPOU DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE LITURGIA PODE AVALIAR O QUE TUDO ISTO CUSTOU DE SACRIFÍCIOS, DE NOITES MAL DORMIDAS, DE VIAGENS E CANSAÇO”.

Neste período de 1964 a 1970 trabalhou-se com muito idealismo, entusiasmo e competência. A maior tarefa foi a tradução do Missal Romano. Um dos responsáveis para que a obra se realizasse foi o Pe. Busch, de Campinas. Este coordenou a Comissão de Tradução até o final de 1973. Reuniam-se mensalmente, trabalhando durante 3 dias, na sede da CNBB no Rio de Janeiro. Em 1974, Pe. Maucyr Gibbin assume a coordenação, já na nova estrutura da CNBB que criou as Comissões Episcopais (6 dimensões).

Reorganizaram-se algumas equipes de tradução: Equipe dos Salmos (Pe. José Weber, coordenador); Equipe de Tradução dos Textos Litúrgicos (Dom Marcos Barbosa, Ir. Cecília, Dulcemar, Ir. Maria, Frei Alberto e Frei Almir Ribeiro); Equipe de tradução de textos de cunho popular (Pe. Marcelino Sivinski, coordenador); Equipe Especial (Pe. Almeida, Pe. Arnaldo e Ir. Custódia); Bispos que aprovaram os trabalhos: Dom Joel Ivo, Dom Celso Queiroz, Dom Francisco Vieira, Dom Romeu Alberti, Dom Carlos Navarro e Dom Benedito.

A partir de 1975, a CEEATTL desdobrou-se em quatro mini-comissões, para facilitar as reuniões entre os peritos. Em 1987, a Comissão mudou de nome, CETEL (Comissão Episcopal de Textos Litúrgicos), e de estrutura: seria composta apenas por 4 Bispos.

**OS SALMOS PARA USO LITÚRGICO:** inicialmente tentou-se uma tradução unificada entre Brasil e Portugal. Ela fracassou juntamente com a desejada tradução unificada de todos os textos da liturgia. Dom Marcos Barbosa preparou uma tradução brasileira mas foi abandonada. Optou-se então pela tradução provisória do Ofício Divino da França, Oração do Tempo Presente (1971). Pe. José Weber começa a fazer uma tradução dos salmos e cânticos que favorecessem o seu canto. Foram sete anos de trabalho. “Não existe no mundo outra iniciativa como esta de se traduzirem os salmos para uso litúrgico em forma poética moderna, ou seja, metrificadas, com preocupação de fidelidade ao original”.

**OS LECIONÁRIOS:** a sua tradução teve longa história com muitos percalços. O novo *Ordo Lectionum* foi promulgado em 1969. Enquanto se preparava a tradução, a CNBB autorizou o uso litúrgico conforme as diversas Bíblias então existentes. Neste período começam a ser produzidos os “folhetos litúrgicos” que foram bem aceitos e permitiram que a tradução do Lecionário não fosse tão urgente. Em **1981** a CNBB aprovou a proposta da Comissão de Liturgia de fazer “apenas uma tradução única e definitiva, conforme cronograma apresentado”. Oito exegetas fizeram a tradução básica das perícopes, a partir dos originais. Essas traduções foram submetidas a uma revisão de exegetas e pastoralistas, de comunicadores e linguistas, de representantes dos luteranos e judeus, e também de comunidades eclesiais. Uma revisão final foi feita em grupos mistos das pessoas mencionadas. Antes de ser entregue à gráfica, o texto foi mais uma vez examinado por comunicadores e linguistas”. Este projeto teve a coordenação incansável do Pe. GREGÓRIO LUTZ, então assessor de liturgia da CNBB. Em 1992 os textos bíblicos para uso litúrgico foram confirmados por Roma. E a partir de então é que começa a publicação gradual dos diversos lecionários. Hoje, permanece a questão do uso litúrgico do texto da “Bíblia da CNBB” que também teve um longo percurso de revisão. Certamente, após a conclusão da revisão do Missal Romano, este será um dos próximos desafios da CETEL.

**A LITURGIA DAS HORAS:** o processo de tradução foi também demorado e complicado. Segundo Beckäuser, acabou prejudicando grandemente a oração comunitária da Igreja nos anos pós-conciliares, especialmente do clero formado neste período. Em 1971, mesmo ano em que foi lançado o novo livro da Liturgia das Horas em Roma, aqui no Brasil era lançado o Oração do Tempo Presente. O processo de tradução da Liturgia das Horas durou em torno de 15 anos, isto é, foi publicada em 1984, infelizmente conhecido como “tijolão”, ainda sem as leituras bíblicas e patrísticas,. O árduo trabalho foi coordenado por Frei Alberto. A edição em quatro volumes foi publicada, finalmente, em 1995.

**SEGUNDA EDIÇÃO TÍPICA DO MISSAL ROMANO:** a primeira Edição Típica<sup>3</sup> do Missal Romano foi publicada em 1970. Em 1975 foi publicada uma segunda Edição Típica com algumas variações e acréscimos. A tradução desta 2ª. Edição somente foi publicada no Brasil em 1991, ou seja, dezesseis anos depois (é a edição que atualmente estamos usando). Lemos na apresentação: “esta edição se beneficia do tempo de experiência no uso da primeira edição, e contém vários enriquecimentos. Sua preparação custou muito trabalho à assessoria da Linha 4, que o fez com grande carinho. (...) Era desejo da Linha 4 que essa edição do Missal fosse enriquecida com orações opcionais para os Domingos e algumas festas. Conseguimos, porém, que fossem aprovadas aclamações para todas as Orações Eucarísticas, o que tem imenso alcance pastoral. (...) Seria de grande importância para a vida litúrgica que, ao receber este novo Missal, os ministros ordenados recordassem o conteúdo da Instrução Geral e pusessem em prática aquilo que se encontra no Documento 43 da CNBB, Animação da Vida Litúrgica no Brasil. NÃO BASTA TER LIVROS NOVOS, É PRECISO RENOVAR A VIVÊNCIA!”.

**TERCEIRA EDIÇÃO TÍPICA DO MISSAL ROMANO:** No ano jubilar de 2000, a Santa Sé promulgou a 3ª. Edição Típica do Missal Romano. Primeiramente foi constituída uma equipe de especialistas para fazer a tradução dos novos textos e a revisão dos que já estavam em uso. Pe. Gregório Lutz foi o coordenador desta equipe. A CETEL foi analisando os textos apresentados por esta equipe e a partir de 2008 começou a apresentá-los na Assembleia Geral da CNBB para serem aprovados (precisa de 2/3 dos votos). Começou-se pelas Orações Eucarísticas. Na última Assembleia (2019) optou-se em não trocar os membros da CETEL (a cada quatro anos parte da equipe mudava) para que não comprometesse a finalização do trabalho. Por isso permanece a Comissão, hoje assim constituída: Dom Edmar Peron, Dom Armando Buccioli, Dom Geraldo Lyrio Rocha, Dom Manuel João Francisco, Dom Aloisio Dilli e Dom José Aparecido Gonçalves. É importante lembrar que o trabalho da CETEL desenvolveu-se muito lentamente por causa das duas Instruções publicadas respectivamente em 1994, *Varietatis legitimae*, e 2001, *Liturgiam Authenticam*. Estas Instruções insistiam muito na tradução literal do texto latino o que tornou o trabalho muito complexo. Em 2017, Papa Francisco publicou a 6ª. Instrução, *Magnum Principium*, que deu uma nova direção no trabalho de tradução e revisão. Portanto, apenas na Assembleia Geral da CNBB de 2020 a aprovação total e final do texto do Missal Romano estará concluída. Depois será enviada a Roma para confirmação e, após essa resposta, deverá ser encaminhado o trabalho de publicação do novo Missal, não antes do final de 2020.

**RITUAL DO BATISMO DE CRIANÇAS:** a primeira edição típica do Ritual foi aprovada em 1969. Uma segunda edição típica, com pequenas modificações, foi publicada em 1973. Em 1998 foi publicada a “tradução portuguesa para o Brasil da segunda edição típica, com adaptações à índole do povo brasileiro. Na apresentação do Ritual, escreve Dom Geraldo Lyrio, bispo responsável pela Dimensão Litúrgica da CNBB: “neste Ritual, foram levados em conta os seguintes aspectos: especial atenção aos elementos teológicos nos diversos textos, particularmente nas orações; maior valorização da perspectiva celebrativa; maior participação da comunidade e dos padrinhos;

<sup>3</sup> Consiste na edição do texto latino do Missal Romano que vem da Congregação do Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, a ser traduzido para as diferentes línguas nas Conferências

apresentação de ritos e fórmulas alternativas; adaptação à índole do povo brasileiro”.

**RITUAL DO MATRIMÔNIO:** a primeira edição típica do Ritual foi aprovada em Roma no ano de 1969. Uma segunda edição típica foi publicada em 1990. Foi traduzido para o português em 1993, mas também foi incluído o Rito Adaptado do Matrimônio, elaborado por liturgistas brasileiros e aprovado na Assembleia da CNBB e posteriormente confirmado pela Congregação para o Culto Divino. Segundo as palavras de Dom Clemente, na apresentação, este Rito adaptado é mais rico em seu conteúdo pastoral, pois a celebração do Matrimônio envolve muitas pessoas, chamadas a participar, e também a assembleia, em geral passiva e distraída. (...) O Rito é mais longo, e, talvez por isso, alguns relutarão em usá-lo. Mas é muito flexível, permitindo, conforme as circunstâncias, omitir certos acréscimos. Acredito que, usado com uma conveniente preparação dos noivos, representará uma grande bênção para a família brasileira”.

**NOSSA PÁSCOA:** trata-se de um Subsídio Pastoral, e não um Ritual de Exéquias propriamente dito, publicado na Páscoa de 2003. Foi pensado como subsídio para ajudar sobretudo tantos leigos e leigas que assumem a Pastoral da Esperança em nossas comunidades. Na Apresentação, escreve Dom Geraldo Lyrio: “aqui estão previstas três modalidades para o velório, inspiradas na Celebração da Palavra, no Ofício Divino das Comunidades e na Vigília Pascal, além de celebrações para a encomendação e o sepultamento. Está também prevista uma celebração no caso da cremação. Em tudo há um grande esforço de valorizar os símbolos, numa linguagem orante e adaptada à sensibilidade do povo brasileiro. O grande objetivo que se deseja alcançar é ajudar as comunidades eclesiais a viver de forma intensa e celebrativa o Mistério Pascal de Cristo, realizando-se na vida do cristão que se despede deste mundo e parte para celebrar de forma definitiva o banquete nupcial do Cordeiro.

**TAREFAS PARA O FUTURO:** em todo este longo e penoso processo, apenas dois Rituais foram adaptados à índole do povo brasileiro: Batismo e Matrimônio. O processo não deveria ser apenas a tradução, mas também a adaptação e a inculturação. Segundo Frei Alberto, muito foi feito, muito ainda resta a ser feito. “Tal tarefa deverá ser assumida pelas novas gerações que vêm chegando. As gerações passadas, lideradas por Dom Clemente, fizeram a sua parte, deram o melhor de si mesmas no que foi possível. A tradução e a criação de novos textos e a integração de símbolos e ritos na unidade substancial do Rito Romano é tarefa para o futuro, pois a expressão litúrgica deve passar por renovação permanente. Mãos à obra! Desejo boa sorte àqueles que tiverem a coragem de enfrentar esta tarefa, que teoricamente parece fácil, mas, na prática, extremamente difícil e delicada.”

#### **Sugestão de questões para a roda de conversa:**

- Você conhecia esta longa história do processo de tradução e revisão dos textos litúrgicos? O que mais chamou a atenção?
- Quais os critérios e princípios mais importantes neste processo?
- As adaptações que foram feitas, especialmente no Rito do Batismo e Matrimônio, alcançaram seu objetivo? São valorizadas em nossas comunidades?
- Que desafios e expectativas temos em relação à continuidade deste processo?

## Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil: Formação litúrgica: instituições (ISPAL, CLDCI, ASLI, Rede Celebra) e seus cursos

Pe. Marcelino Sivinski

### Introdução

A formação litúrgica aparece nos documentos como um dos grandes meios de renovação da vida cristã numa Igreja que, impulsionada pelo Vaticano II, se dispõe a inaugurar um novo processo de renovação litúrgica. Os documentos convidam pastores e fiéis a adquirirem esta formação, na certeza de que será a melhor garantia para a vida litúrgica da Igreja.

Para isso, Entidades foram nascendo e se organizando, ao longo do tempo, para atender aos desafios provocados pelas mudanças da SC e documentos posteriores do Magistério, no campo da formação litúrgica, tendo em vista a renovação e incremento da liturgia em nosso país. Não é fácil escolher alguns aspectos dessa história sem omitir o essencial e atender aos objetivos desta Semana de Liturgia. Inicialmente, lembramos:

### A Sacrosantum Concilium (SC) e o desafio formação litúrgica no Brasil

A SC, inspirada no ML, apresenta a necessidade de promover a participação ativa dos fiéis nas ações litúrgicas e a formação litúrgica de todo povo: *É desejo ardente da mãe Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e ativa participação na celebração litúrgica que a própria natureza da Liturgia exige e à qual o povo cristão, tem direito e obrigação, por força do batismo. (...) Mas, não havendo esperança alguma de que isto aconteça, se antes os pastores de almas não se imbuírem primeiramente do espírito e da força da Liturgia e não se tornarem mestres nela, é absolutamente necessário que se dê o primeiro lugar à formação litúrgica do clero (SC 14).*

A SC coloca a formação litúrgica sob a responsabilidade dos pastores, faz uma advertência e assinala por onde deve começar. A participação e formação estarão comprometidas se não se garantir a formação litúrgica do clero.

Exige-se que a disciplina de Liturgia seja tida como principal e mais importante nos seminários, nas casas religiosas e nas faculdades de teologia(SC 16).

O Concílio pede ainda que a Liturgia seja ensinada tanto sob o aspecto teológico e histórico, quanto espiritual, pastoral e jurídico. Recomenda que os professores das outras disciplinas ressaltem, a partir das exigências intrínsecas de cada uma, o mistério de Cristo e a história da salvação, para que se veja claramente a sua conexão com a Liturgia e a unidade da formação sacerdotal(SC 16).

**Como a Igreja no Brasil enfrentou o desafio da formação litúrgica nos anos que se seguiram ao Concílio Vaticano e à SC?**

## I. INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA (ISPAL)

O Instituto, criado pelos Bispos do Brasil, em 1965, iniciou oficialmente um longo e difícil caminho, animado pelo Espírito Santo, com a finalidade última de levar a liturgia ao povo e aproximar o povo do altar, ajudando-o a recuperar a redescoberta conciliar: o povo reunido em assembleia, povo sacerdotal, pela força do Batismo, é o sujeito da ação litúrgica, presidido pelo ministro ordenado, através da participação ativa e consciente.

O Instituto promoveu cursos de formação litúrgica (1966-1968), no Colégio Sion, Laranjeiras, no Rio de Janeiro, reunindo participantes de todo Brasil, que se tornaram os grandes promotores da formação e renovação litúrgica, sob a orientação do inesquecível e saudoso Dom Clemente Isnard e assessoria da Comissão Episcopal de Liturgia.

Os participantes, (leigos/as, religiosos/as, presbíteros) na sua maioria jovens, vinham beber a liturgia nas fontes do Concílio, conhecer a teologia litúrgica, estudar os documentos conciliares, criar consciência da grande mudança na compreensão de liturgia, buscar inspiração e horizontes para firmar a formação litúrgica nas dioceses, comunidades e paróquias. Obviamente, diante do "NOVO" trazido e revelado no Concílio, houve inseguranças, com a pergunta: E, agora, o que e como fazer a liturgia chegar até o povo...

Alguns assuntos de impacto, no ISPAL, com relação à liturgia: antropologia e liturgia, história da salvação e liturgia, mistério pascal celebrado na liturgia, o mistério da eucaristia celebrado pela assembleia ao redor da mesa, num clima de ação de graças e pão partilhado, redescoberta da liturgia da Palavra com homilia e preces dos fiéis, o sacramento da reconciliação, o sacramento do matrimônio, o canto e a música na liturgia, inculturação e adaptação....

As aulas aconteciam, à tarde, normalmente expositivas; pela manhã e à noite, grupos de estudo, leituras, visitas às comunidades, ... havia muito diálogo com os professores e muitas dúvidas e perguntas tornavam as aulas com seus temas mais ligados à vida do povo das paróquias e dioceses. Ao final do curso, os participantes foram convidados a apresentar e expor um trabalho, produção pessoal, dentro do método ver-julgar e agir. Foi uma riquíssima experiência.

Nos três meses, de intenso e exigente estudo, se faziam experiências de celebrações em pequenos grupos, ao redor da mesa, com pão ázimo e comunhão sob suas espécies, homilia partilhada, presidência das celebrações, experiências de inculturação... No tempo, tudo isso era novidade para os participantes...

As celebrações semanais dos participantes, na capela do Colégio, eram preparadas por equipes, com ensaio de cantos, participadas e depois avaliadas, em plenário, não deixando, às vezes, de trazer desconforto para muitos. Os professores, residentes no Rio, eram convidados a participar das celebrações e avaliações.

A experiência de formação litúrgica do ISPAL se espalhou pelo país, para atender sempre às realidades do povo, por exemplo, o ESPAL, em Porto Alegre, (1967-1969).

## II. CENTRO DE LITURGIA DOM CLEMENTE ISNARD (CLDCI)

Utilizo pesquisas e escritos de Elza Helena e equipe para apresentar o CLDCI.

Ele iniciou muito simples, pequeno, no contexto das reflexões das aulas com seis alunos e professores vindos do Brasil e exterior. Os quatro fundadores do Centro, moravam no prédio da Faculdade, rezavam diariamente o Ofício Divino das Comunidades e lecionavam no curso regular de teologia do Seminário. Pe. Gregório vindo de Brasília, assessor da CNBB, para criar e orientar

o curso de pós; Ione Buyst, vindo da animação das comunidades da Diocese de Ribeirão Preto; Armando Hen, vindo da animação da pastoral da Juventude no RS e SC; Marcelino Sivinski, depois de seis anos de convivência com as comunidades de base do Nordeste e da coordenação pastoral do Regional NE 1, Ceará, quando houve uma seca, das maiores do século.

O Centro de Liturgia Dom Clemente Isnard, hoje, com longa e continuada história, está a serviço da formação litúrgica de todo o Povo de Deus, em nível nacional, regional e local. Privilegia cursos e Semanas de Liturgia. Tem parceria com o Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), proporciona três cursos de Pós-Graduação lato sensu (Especialização) em Liturgia, Música Litúrgica e Espaço Litúrgico, Arquitetura e Arte Sacra.

### Um pouco da história

“O Centro de Liturgia é uma associação de natureza educativa, vinculada à Igreja Católica, constituída por um grupo de liturgistas que se dedica ao estudo, à formação, à pesquisa e à produção científica na área da liturgia. Com sede em São Paulo, nasceu também nesta cidade. No dia 18 de novembro de 1986, Dom Paulo Evaristo Arns, em conjunto com os bispos de São Paulo, aprovou a criação do Centro de Liturgia, a partir da apresentação de Pe. Gregório e Pe. Marcelino, de um texto com o título: “Histórico, motivações e ideias para um instituto de liturgia em São Paulo”. Bem mais tarde, em 1994, ainda com o apoio de Dom Paulo, foi oficialmente regulamentada a criação do Centro de Liturgia, integrado à Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção”.

“Os liturgistas, nos anos 70, que promoviam a formação litúrgica deram-se conta de que não deviam se limitar às boas condições presentes em São Paulo para um incremento da liturgia. Constatou-se que no Brasil afora quase não havia liturgistas formados ou bem preparados para ensinar nas Faculdades de Teologia e nos Seminários. Também os leigos precisavam de formação litúrgica de qualidade. Um passo para atingir esta meta eram os encontros anuais dos liturgistas promovidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Diante da falta de formação litúrgica científica de professores, foi criado na Faculdade da Assunção um Curso de Especialização em Liturgia. Dom Paulo Evaristo Arns, por meio de um decreto com data de 20 de dezembro de 1983, reconheceu tal curso como Seção de Liturgia, com o direito de promover também a formação acadêmica para Mestre e Doutor em Teologia dogmática, com Especialização em Liturgia”.

Os membros do Centro de Liturgia foram os responsáveis pela programação dos cursos e por todas as outras atividades do Centro: a nova Especialização em Liturgia, que se realizava durante quatro meses no primeiro semestre de cada ano; o Curso de Atualização em Liturgia, durante o mês de janeiro; a Semanas de Liturgia a cada ano em outubro; a publicação do Boletim do Centro de Liturgia; os Cadernos de Liturgia; assessorias dos mais diversos tipos, e colaboração com a Comissão Nacional de Liturgia da CNBB.

Merece destaque a metodologia de estudo da liturgia, que o Centro desenvolveu e vem promovendo em suas atividades formativas. Ela foi elaborada no próprio Centro. Leva em consideração o contexto eclesial e segue o método ver-julgar-agir. Parte da constatação e análise de práticas celebrativas bem concretas (primeiro passo); confronta e reflete teologicamente sobre esta realidade à luz da Sagrada Escritura e da Tradição (segundo passo); para assim chegar a conclusões e propostas concretas para o aperfeiçoamento destas práticas, a serviço da vida e missão da Igreja (terceiro passo). Muitas vezes, o objetivo final dos trabalhos acadêmicos são sugestões para a inculturação da liturgia no Brasil e na América Latina.

## A formação litúrgica no Centro de Liturgia

“Nos servimos da reflexão apresentada por Ione Buyst sobre sua experiência de formação litúrgica no Centro de Liturgia, um trabalho pioneiro em termos de metodologia da formação litúrgica, relatada no seu livro *Formação litúrgica. Memória pessoal: Centro de Liturgia, São Paulo, 1985-2006* (edição própria).

Após colocar algumas referências fundamentais (1. A renovação litúrgica proposta pelo Vaticano II: 1.1. Participação ativa de todo o povo de Deus, povo sacerdotal; 1.2. Liturgia como memorial, como celebração do mistério pascal de Cristo na história humana; 1.3. Sacramentalidade da liturgia da Palavra; 1.4. Sinais sensíveis que realizam aquilo que significam; 1.5. Liturgia, primeira e necessária fonte de espiritualidade; 1.6. Necessidade de adaptação; 1.7. Liturgia como expressão de uma Igreja a serviço do Reino na sociedade; 1.8. Liturgia em perspectiva ecumênica; 1.9. Necessidade de formação litúrgica do povo e dos ministros. 2. A Igreja na América Latina: Medellín, Puebla, Santo Domingo. 3. CNBB e outros organismos no Brasil)“.

Ione descreve os caminhos trilhados no que diz respeito à metodologia e pedagogia da formação litúrgica no Centro:

1. Produção do conhecimento em mutirão;
2. Método “ver-julgar-agir” na ciência litúrgica;
3. A técnica da observação participante;
4. Laboratório litúrgico e vivências;
5. Vertente mistagógica no estudo da liturgia: do rito à teologia;
6. A leitura orante como método litúrgico;
7. O processo de preparar, realizar e avaliar as celebrações litúrgicas.

## III – ASSOCIAÇÃO DOS LITURGISTAS DO BRASIL - ASLI

### Um serviço em vista da formação litúrgica do Povo de Deus

O documento conciliar SC insiste muito na necessidade de promover a formação litúrgica de todo o povo de Deus para que se chegue a uma participação plena, consciente e ativa na celebração litúrgica (Cf. SC 14-20). Ressalta ainda que se dê prioridade para a formação dos professores de liturgia, do clero, dos candidatos à vida consagrada e do ministério ordenado e de todos os fiéis leigos.

Inicialmente, a CNBB reunia, anualmente, os professores, mestres em liturgia e animadores da pastoral litúrgica nas dioceses, para dias de estudo de temas relevantes na área do ensino de liturgia, desde o ano de 1975. Estava em jogo a formação litúrgica nos seminários e do povo de Deus. Naquele tempo, multiplicavam-se os cursos de formação litúrgica nas dioceses e regionais.

Com o tempo, se percebeu que seria bom e necessário os liturgistas terem uma organização autônoma, para fazerem o seu caminho e atender melhor aos seus desafios, sem perder os vínculos e o apoio da dimensão litúrgica da CNBB.

A ASLI, criada em Vitória, no ES, em 16 de fevereiro de 1989, veio ao encontro dessa aspiração. Hoje, há mais de trinta anos, professores de liturgia e agentes da pastoral litúrgica de todo o Brasil reúnem-se, durante uma semana para estudar, avaliar e procurar caminhos para a formação



litúrgica do povo, dos seminaristas e dos presbíteros, sempre à luz dos ensinamentos do Concílio Vaticano II no contexto da história do povo latino americano e das opções pastorais da Igreja do Brasil.

Nos encontros anuais, significativos temas foram estudados, como: Liturgista, pessoa e missão (BH, 2002); A SC por uma participação ativa, consciente e plena (SP, 2003); A formação do homilista: por uma participação ativa, consciente e plena (PA, 2004); Liturgia e ritualidade no âmbito da busca do sagrado na sociedade atual (Niterói, RJ, 2006); Iniciação cristã – Itinerários (Cuiabá, 2007); Religiosidade Popular e liturgia na tradição católica brasileira: desafios e perspectivas (Campos do Jordão, SP, 2008); (...).

O grupo da ASLI está organizado numa entidade chamada ASLI (Associação dos Liturgistas do Brasil) que tem como uma de suas finalidades articular atividades de liturgistas visando a integração de forças em benefício da formação e assessoria litúrgicas nas diversas regiões do país, bem como intercambiar experiências de formação litúrgica em nível acadêmico e pastoral a serviço da Igreja a serviço do Reino.

As assembleias da ASLI obedecem a uma metodologia, privilegiando as experiências na formação litúrgica, com explicitação e complementação de assessores, a reflexão sobre os planos de ensino, na procura de uma metodologia adequada, servindo-se da transdisciplinariedade sempre a serviço da pastoral litúrgica.

#### **A ASLI, em sua missão de servir à formação litúrgica no Brasil, é desafiada a:**

- Retomar e aprofundar o estudo da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, dando continuidade ao processo de Formação Litúrgica do povo de Deus com a partilha em artigos e assessoria em cursos e assembleias que estão sendo promovidos nas dioceses do Brasil.
- Não esquecer que a prática na pastoral litúrgica e o ensino da liturgia exigem uma atualização contínua nos conteúdos e uma mudança permanente nos métodos, para se conseguir acompanhar a evolução e transformações rápidas e profundas do mundo. A conjuntura na qual estamos inseridos exige conversão e mudança de atitude para dialogar com o diferente.
- Ter presente que o professor não é só aquele se especializa numa determinada área do saber, mas permanece aberto para outras áreas da teologia e da conjuntura eclesial em geral. A provocação da interdisciplinariedade deve ser um desafio permanente.
- Lembrar que o segredo do ensino da liturgia é garantir com que a prática litúrgica e a vida cotidiana se integrem e se alimentem na teoria, destacando a presença do Senhor, através do rito. Na ação ritual o mistério celebrado é sentido e acolhido. Isso requer que haja a participação ativa e sempre mais consciente da assembleia, povo sacerdotal.
- Recordar que na didática, evidencia-se a importância da auto-avaliação para melhorar e aprender. A avaliação está na ordem do aprendizado que consiste na consecução dos objetivos propostos, onde os alunos são sujeitos ativos sob a coordenação e animação do professor.

## IV. CELEBRA - REDE DE ANIMAÇÃO LITÚRGICA

*Texto inspirado nos escritos de Penha Carpanedo e M. Lourdes Zavarez*

**1. Breve histórico.** Em 1988 no encontro de ex-alunos, celebrando 10 anos do Curso de Atualização em SP, o assessor Marcelo Barros, faz a provocação para se criar uma rede de solidariedade litúrgica, uma instância de formação litúrgica com uma metodologia adequada e acessível às comunidades. Em fevereiro de 1995, no primeiro encontro de formação sobre o Ofício Divino das Comunidades, por ocasião de sua 7ª edição, foi feita a convocação a pessoas de vários Estados do Brasil e um encontro foi marcado para dezembro de 1995 na cidade de Goiás.

**2. Encontro de Fundação:** no advento de 1995, no Centro de Treinamento da diocese de Goiás, na Cidade de Goiás(GO), reuniram 16 pessoas com o apoio de D. Tomás Balduino, bispo da Diocese. O objetivo do encontro: partilhar intuições, clarear os objetivos, pensar estratégias de organização e estabelecer princípios para orientar o caminho. Houve consenso por uma rede de apoio e formação, para combater o isolamento e oferecer espaço de estudo a partir da prática celebrativa, com uma metodologia popular, participativa. Um serviço de formação litúrgica com base na riqueza das tradições comuns e levando em conta a tradição dos pobres, a autonomia do leigo/a, a luta e o louvor, o cotidiano e a festa, o estudo e a espiritualidade.

**3. Perfil. Em vez de “centro”, REDE,** sugerindo um modo de se organizar e a própria pedagogia da Rede. O nome CELEBRA sugerido por Carlos Mesters, foi acolhido, não, porém como sigla, mas por força da significação que a própria palavra tem, acrescido do complemento: Rede de animação litúrgica. Em vez de estatuto, uma Carta de Princípios, para inspirar e orientar a vida dos núcleos locais, sua visão de Igreja, sua espiritualidade e ação pastoral. A rede se constituiu desde o princípio como um serviço à Igreja, não um movimento.

**4. Organização.** Para melhor corresponder à identidade de Rede, optou-se por um serviço de articulação nacional, apoio e assessoria. Pe. Domingos Ormonde e M.Lourdes Zavarez foram indicados para a articulação nacional, Penha Carpanedo e Marcelino Sivinski para o apoio e Ione Buyst e Marcelo Barros para assessoria. Nas várias assembleias realizadas foram mudando membros da equipe de articulação, sendo que Maria de Lourdes Zavarez permaneceu no serviço durante 20 anos, juntamente com Maria do Carmo de Oliveira.

**5. Prioridade inicial!** Motivado por D. Tomás Balduino, bispo de Goiás (in memoriam), presente no encontro de fundação, foi assumido como prioridade as celebrações do Domingo, Dia do Senhor. O assunto foi objeto de estudo do segundo encontro nacional da Rede, em abril de 1997, depois de ser aprofundado nas bases por mais de um ano. Um primeiro subsídio foi elaborado para estudo nos núcleos e mais tarde publicado: é o número 5 da coleção Rede Celebra, editado pelas Paulinas.

**6. A formação da REDE.** A cada ano, membros da rede dos diversos núcleos, se reúnem para avaliar a caminhada e para estudar:

a) Encontros nacionais

1997- 2º. Encontro. Cidade de Goiás/GO, abril de 1997. Tema: “Domingo, Dia do Senhor”

1998 - 3º. Encontro. Duque de Caxias/RJ. Tema: “Dia do Senhor: Partilha e análise de experiências de formação e celebração.”

1999 - 4º. Encontro e Assembleia Nacional. Goiânia/GO, 12 a 15 de novembro de 1999. Tema: Presidência das celebrações no Dia do Senhor.

2001 - 5º Encontro e Assembleia nacional. Goiânia, Casa da Juventude, 28/04- 01/05/2001. Tema:

“Acesso das mulheres aos ministérios ordenados: argumentos contra e a favor”.

### **b) Escola de Formadores Litúrgicos**

2002 - 1ª. Etapa [Goiânia, 14 a 21/07/2002] Teologia Litúrgica Fundamental – (descoberta de como dar formação litúrgica: experiência do laboratório litúrgico de manhã e à tarde aprofundamento teológico, litúrgico e pastoral)

2003 - 2ª. Etapa [Goiânia 18 a 25 de julho] Ofício Divino das Comunidades: ritualidade, teologia, espiritualidade. Estudo e vivência.

2004 - 3ª Etapa [Hidrolândia/GO, 10 a 16 de julho de 2004]– Laboratório Litúrgico

2005 - Assembleia Comemorativa dos 10 anos da REDE Celebra [Hidrolândia, 01 a 04 de dezembro de 2005] Memória, Identidade e Compromisso.

2006 - 4ª Etapa - Goiânia, 22 a 28 de julho de 2006] A Celebração do Dia do Senhor nas Comunidades.

2007- 5ª. Etapa - Hidrolândia- 21 a 28 de julho de 2007] O Ano Litúrgico.

2008 - 6ª. Etapa - Hidrolândia, 19 a 26 de julho de 2008] Pastoral Litúrgica e o Serviço da Rede

### **c) Aprofundamento da escola de formadores:**

2010 - CIMI, 21 a 25/07/2010. Ritual de Iniciação Cristã de Adultos I -tempos, ritos, mistagogia.

2011- CIMI, 18 a 22 de julho de 2011. Ritual de Iniciação Cristã de Adultos II - Mistagogia no processo de iniciação cristã .

2012-Fortaleza/CE – 16 a 22 de julho de 2012 – “Sacrosanctum Concilium, 50 anos depois!” em diálogo com as Constituições Conciliares: LG, DV, GS e UR. Fez parte do encontro um dia de missão, nas comunidades e paróquias da arquidiocese de Fortaleza.

2014 - Rio de Janeiro: 21 a 27 de julho de 2014. “Liturgia nas casas, iluminada pelas comunidades originárias na perspectiva das CEBs”. Fez parte do encontro um dia de missão : visita às casas com bênção e partilha de alimentos, na comunidade da Rocinha.

2015 - Brasília: de 22 a 26/07/15. Assembleia comemorativa dos 20 anos da Rede: “Releitura da Carta de Princípios no atual contexto socio-cultural-eclesial, aprofundando e re-significando os traços da identidade da REDE, como serviço à formação litúrgica.”

2016 - Jundiá, SP 19 a 24 de julho de 2016. “A Liturgia Eucarística na perspectiva da *Laudato Si*”.-

2017 - Fortaleza, 18 a 23 de julho de 2017. “Pedagogia da Formação Litúrgica da Rede Celebra. Quatro enfoques: o cotidiano dos núcleos; a mistagogia do canto no Ofício Divino; as vivências como recurso pedagógico na formação e a leitura orante como método litúrgico.

2018 – Encontros regionais e locais com estudo sobre Medellin, 50 anos, em preparação ao nacional.

2019- São Leopoldo, RS , 17 a 21 de julho de 2019 “A Liturgia, 50 anos após Medellin”

**d) Semana de liturgia.** A Rede colabora como parceira com o Centro Litúrgico, na organização e realização da semana de Liturgia, já em sua 31ª edição, realizada no mês de outubro em São Paulo

## V – FORMAÇÃO PARA LITURGIA CRISTÃ: VÁRIAS ASPECTOS INTERLIGADOS

*Feliz aproximação elaborada por Ione Buyst*

**Dimensão antropológica** – Liturgia é um conjunto de ações simbólico-rituais (eucaristia e outros sacramentos e sacramentais, liturgia catecumenal, ofício divino, ano litúrgico, exéquias...), realizadas pelas assembleias cristãs, em determinados tempos e lugares, pelas quais expressam sua fé, sua maneira de ver e situar-se no mundo, na realidade social, histórica.

**Dimensão teologal** – Liturgia como realidade sacramental, encontro transformador do Deus vivo – Pai, Filho, Espírito Santo – com o povo da Aliança, reunido em assembleia, em sinergia com o Espírito Santo, para fazer memória de Jesus Cristo (sua vida, morte, ressurreição e nova vinda), celebrando no ‘aqui e agora’ da história, o mistério pascal (atuante na Igreja, no mundo, na história, no cosmos...), tornando-se participante de sua vida e de seu mistério de comunhão e ser enviado em missão no mundo, em todos os momentos e circunstâncias de nossa vida pessoal, comunitária e social (‘Liturgia/vida’).

**Dimensão espiritual** - Liturgia como primeira e necessária fonte de vida espiritual - Vida no Espírito Santo que é derramado sobre nós na participação ativa e consciente das ações litúrgicas e ‘informa’ toda a nossa vida e missão. (Espiritualidade litúrgica, mistagogia).

História da liturgia – Estudo da origem (relação com a liturgia judaica) e do desenvolvimento dos ritos e rituais, sua compreensão teológica e espiritual, o desenvolvimento da pastoral litúrgica... ao longo da história, em contato com as várias culturas e acontecimentos.

**Liturgia como disciplina teológica** (incluindo os sacramentos e sacramentais):

Teologia litúrgica no conjunto das disciplinas teológicas: é preciso recuperar a unidade perdida entre sagrada escritura, patrística, liturgia, espiritualidade, teologia sistemática, pastoral.

**Teologia litúrgica na América Latina** - Traços característicos: a) opção pelos pobres em busca de sua libertação social, política, cultural... no momento histórico atual; b) inculturação; c) celebração das páscoas deste povo na páscoa de Cristo como experiência espiritual, mística; d) liturgia como fonte e expressão da missão transformadora nas relações sociais e políticas, etc...

**Pastoral litúrgica** – Conjunto de esforços a serem realizados para possibilitar a melhor participação ativa, consciente, espiritual do povo de Deus nas ações litúrgicas como fonte de vida espiritual: a) *organização* da vida litúrgica das comunidades, paróquias, dioceses; b) *formação* do clero, ministros leigos e leigas, equipes de liturgia, agentes de pastoral, professores de liturgia, catequistas, catecúmenos e catequizandos e do povo em geral; c) a preparação, realização e avaliação das *celebrações* litúrgicas.

## VI. ASPECTOS A SEREM LEVADOS EM CONTA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO LITÚRGICA

( Síntese de uma pesquisa ampla de Ione Buyst)

**1. A formação litúrgica deve partir da realidade.** Medellín chamou a atenção para a centralidade da Páscoa de Cristo atuando na História. Reconheceu que a Páscoa de Cristo se verifica na vida concreta do povo do nosso continente, nas suas lutas e vitórias Medellín, 9,2).

**2. A formação litúrgica inicia à celebração do Mistério da nossa Salvação** – iniciar e desenvolver um processo de formação de maneira consciente, sistemática e ordenada a determinados objetivos e metas.

**3. Além da formação teórica, intelectual, ela acontece também durante a celebração.** A SC 33 nos ajuda a entender como isso acontece: *Embora a sagrada Liturgia seja, principalmente, culto à majestade divina, encerra grande ensinamento ao povo fiel (...). Não só quando se leem aquelas coisas 'que foram escritas para o nosso ensinamento'(Rm 15, 4), mas também enquanto a Igreja reza, ou canta, ou age, é que se alimenta a fé dos participantes e suas mentes são despertadas para Deus, a fim de lhe prestarem um culto racional e receberem com mais abundância sua graça (SC 33).*

**4. A formação litúrgica tem como meta a participação ativa, consciente e frutuosa dos fiéis nas ações litúrgicas.** É sem dúvida a participação ativa, consciente e plena do povo na Liturgia, que se constitui numa das principais finalidades da reforma do Vaticano II (cf. SC 14).

**5. Para isso requer uma formação litúrgica dos fiéis.** Onde a primeira prioridade deve ser a espiritualidade, a conversão, a intimidade com o Senhor, a adesão ao Ressuscitado. Tal formação deve partir da experiência de fé das pessoas e da compreensão de Deus em sua vida. A liturgia vai celebrar e aprofundar essa relação com o Senhor. Mas sem essa espiritualidade os ritos e os gestos ficam desprovidos de conteúdo e mística.

**6. A formação litúrgica forma para a ritualidade.** E formar para a ritualidade, é formar para a percepção, utilização e importância da dimensão simbólica da Liturgia. Exige também consciência do corpo. E isto implica na unidade entre mente: saber o que está sendo ritualizado; o sentimento: atitude interna, saboreando afetivamente o momento ritual do gesto; e o gesto em si: o movimento corporal condizente com o que se ritualiza.

**7. A formação litúrgica é integral** – é muito mais que um mero conhecimento teórico da Liturgia, é algo mais amplo e profundo. O desenvolvimento e amadurecimento de todas as dimensões da pessoa são feitos por meio da experiência, principalmente da fé, da oração, do ensino e do trabalho. É um processo que se desenvolve em um contexto histórico, social, político, religioso e cultural.

**8. A formação litúrgica prepara para os ministérios** – com o Vaticano II se desenvolveu a teologia dos ministérios, recuperando assim a participação dos leigos na vida, na missão e nas decisões da Igreja. A Constituição *Sacrosanctum Concilium* destaca a necessidade de uma educação cuidadosa dos(as) ministros(as) no espírito litúrgico. Diz que os ministros(as) não devem só conhecer a Liturgia, mas também se preparar para usar os meios específicos do seu ministério(cf. SC 29).

**9. A formação litúrgica é permanente** – deve acompanhar toda a vida do cristão. “Nenhuma idade humana tem condições de esgotar as riquezas insondáveis do mistério de Cristo”. A SC quando trata da formação litúrgica do povo, aponta para o fato de ela ser permanente, pede que seja dada segundo a idade, condição, gênero de vida e grau de cultura religiosa. É dada em um processo lento e dinâmico, perpassando todos os momentos da vida da comunidade e de seus membros;

**10. A formação litúrgica prepara agentes para a inculturação da Liturgia** – a SC deu novos rumos à Liturgia e abriu caminhos novos, pedindo e exigindo correspondência da Liturgia às necessidades pastorais e culturais das Igrejas locais.

**11. Os documentos orientam que a formação litúrgica seja dada em seus diversos níveis:** básico, médio, superior, especialização.

**A pergunta para o grupo:**

Da nossa experiência de formação litúrgica, da leitura do texto, no contexto da proposta litúrgica do papa Francisco – o que recolhemos de básico e fundamental para a formação litúrgica do povo de Deus, nos dias de hoje, numa igreja em saída e solidária com a caminhada das comunidades?

## Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil: Formação litúrgica: instituições (ISPAL, CLDCI, ASLI, Rede Celebra) e seus cursos

Pe. Marcelino Sivinski  
(*Uma síntese da síntese*)

A formação litúrgica está a serviço da renovação da vida cristã numa Igreja que, impulsionada pelo Vaticano II, propõe a participação ativa, consciente e frutuosa na celebração litúrgica. Os pastores e fiéis são convidados a adquirirem formação, na certeza de que será a melhor garantia para a vida litúrgica da Igreja.

Entidades foram se organizando para responder aos desafios da formação litúrgica, provocados pelas mudanças da SC. **Ou seja, como a Igreja enfrentou o desafio da formação litúrgica?**

### I. INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA (ISPAL)

Criado pelos Bispos do Brasil, iniciou oficialmente, em 1966, um caminho, animado pelo Espírito Santo, com a finalidade de levar a liturgia ao povo e aproximar o povo do altar: povo reunido em assembleia, povo sacerdotal, pela força do Batismo, o sujeito da ação litúrgica, presidido pelo ministro ordenado, através da participação ativa e consciente.

O Instituto promoveu cursos de formação litúrgica, no Colégio Sion, Laranjeiras, no Rio de Janeiro, reunindo participantes de todo Brasil, que se tornaram os grandes promotores da formação e renovação litúrgicas. Todos vinham beber a liturgia nas fontes do Concílio, conhecer a teologia litúrgica, estudar os documentos conciliares, criar consciência da grande mudança na compreensão de liturgia, buscar inspiração e horizontes para firmar a formação litúrgica nas dioceses, comunidades e paróquias.

Nas aulas havia muito diálogo com os professores e muitas dúvidas e perguntas tornavam as aulas mais ligadas à vida do povo. Ao final do curso, os participantes foram convidados a apresentar e expor um trabalho, produção pessoal, dentro do método ver-julgar e agir. Foi uma riquíssima experiência.

Nos três meses, de intenso e exigente estudo, se faziam experiências de celebrações em pequenos grupos. Tudo isso era novidade para os participantes...

A experiência de formação litúrgica do ISPAL se espalhou pelo país, para atender sempre às realidades do povo, por exemplo, o ESPAL, em Porto Alegre, (1968-1970).

## II. CENTRO DE LITURGIA DOM CLEMENTE ISNARD (CLDCI)

Iniciou muito simples, no contexto das aulas do Curso de mestrado em liturgia na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Os quatro fundadores do Centro (Gregório Lutz, Ione Buyst, João Armando Henn, e mais tarde, outros liturgistas se juntaram a eles) moravam no prédio da Faculdade, rezavam, diariamente, o Ofício Divino das Comunidades e muito conversavam sobre a formação litúrgica no Brasil, principalmente, na preparação de quadro de professores. No Brasil, não havia liturgistas formados ou bem preparados para ensinar nas Faculdades de Teologia e nos Seminários.

O Centro de Liturgia Dom Clemente Isnard, hoje, com longa e continuada história, está a serviço da formação litúrgica de todo o Povo de Deus, privilegia cursos e Semanas de Liturgia. Tem parceria com o Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), proporciona três cursos de Pós-Graduação lato sensu (Especialização) em Liturgia, Música Litúrgica e Espaço Litúrgico, Arquitetura e Arte Sacra.

“O Centro de Liturgia é uma associação de natureza educativa, vinculada à Igreja Católica, constituída por um grupo de liturgistas que se dedica ao estudo, à formação, à pesquisa e à produção científica na área da liturgia”. Nasceu no dia 18 de novembro de 1986. Dom Paulo Evaristo Arns, em conjunto com os bispos de São Paulo, aprovou a criação do Centro de Liturgia, a partir de um texto com o título: “Histórico, motivações e ideias para um instituto de liturgia em São Paulo”. Em 1994 foi oficialmente regulamentada a criação do Centro de Liturgia, integrado à Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção”.

Os membros do Centro de Liturgia foram os responsáveis pela programação dos cursos e por todas as outras atividades do Centro: a nova Especialização em Liturgia, que se realizava durante quatro meses no primeiro semestre de cada ano; o Curso de Atualização em Liturgia, durante o mês de janeiro; a Semanas de Liturgia a cada ano em outubro; a publicação do Boletim do Centro de Liturgia; os Cadernos de Liturgia; assessorias dos mais diversos tipos, e colaboração com a Comissão Nacional de Liturgia da CNBB.

Merece destaque a metodologia de estudo da liturgia, que o Centro desenvolveu e vem promovendo em suas atividades formativas. Ela foi elaborada no próprio Centro. Leva em consideração o contexto eclesial e segue o método ver-julgar-agir. Parte da constatação e análise de práticas celebrativas bem concretas (primeiro passo); confronta e reflete teologicamente sobre esta realidade à luz da Sagrada Escritura e da Tradição (segundo passo); para assim chegar a conclusões e propostas concretas para o aperfeiçoamento destas práticas, a serviço da vida e missão da Igreja (terceiro passo).

Temos a reflexão apresentada por Ione Buyst sobre sua experiência de formação litúrgica no Centro de Liturgia, um trabalho pioneiro em termos de metodologia da formação litúrgica, relatada no seu livro *Formação litúrgica. Memória pessoal: Centro de Liturgia, São Paulo, 1985-2006* (edição própria).

Ione descreve os caminhos trilhados no que diz respeito à metodologia e pedagogia da formação litúrgica no Centro:

1. Produção do conhecimento em mutirão;
2. Método “ver-julgar-agir” na ciência litúrgica;
3. A técnica da observação participante;
4. Laboratório litúrgico e vivências;



5. Vertente mistagógica no estudo da liturgia: do rito à teologia;
6. A leitura orante como método litúrgico;
7. O processo de preparar, realizar e avaliar as celebrações litúrgicas.

### III – ASSOCIAÇÃO DOS LITURGISTAS DO BRASIL – ASLI

Inicialmente, a CNBB reunia, anualmente, os professores e animadores da pastoral litúrgica nas dioceses, para dias de estudo de temas relevantes na área do ensino de liturgia. Estava em jogo a formação litúrgica nos seminários e do povo de Deus.

Com o tempo, se percebeu que seria bom e necessário os liturgistas terem uma organização autônoma, para fazerem o seu caminho e atenderem melhor aos seus desafios do ensino, sem perder os vínculos com a dimensão litúrgica da CNBB.

A ASLI, criada em Vitória, no ES, em 16 de fevereiro de 1989, veio ao encontro dessa aspiração. Hoje, há mais de trinta anos, professores de liturgia e agentes da pastoral litúrgica de todo o Brasil reúnem-se, durante uma semana para estudar, avaliar e procurar caminhos para a formação litúrgica do povo, dos seminaristas e dos presbíteros, sempre à luz dos ensinamentos do Concílio Vaticano II no contexto da história do povo latino americano e das opções pastorais da Igreja do Brasil.

A ASLI (Associação dos Liturgistas do Brasil) tem como uma de suas finalidades articular atividades de liturgistas visando a integração de forças em benefício da formação e assessoria litúrgicas nas diversas regiões do país, bem como intercambiar experiências de formação litúrgica em nível acadêmico e pastoral a serviço da Igreja a serviço do Reino.

### IV. CELEBRA - REDE DE ANIMAÇÃO LITÚRGICA

**1. Fundação:** Em fevereiro de 1995, no primeiro encontro de formação sobre o Ofício Divino das Comunidades, foi feita a convocação a pessoas de vários Estados do Brasil e um encontro foi marcado para dezembro de 1995 na cidade de Goiás. No Centro de Treinamento da diocese, reuniram 16 pessoas com o apoio de D. Tomás Balduino, bispo da Diocese. O objetivo do encontro: partilhar intuições, clarear os objetivos, pensar estratégias de organização e estabelecer princípios para orientar o caminho. Houve consenso por uma rede de apoio e formação, para combater o isolamento e oferecer espaço de estudo a partir da prática celebrativa, com uma metodologia popular, participativa. Um serviço de formação litúrgica com base na riqueza das tradições comuns e levando em conta a tradição dos pobres, a autonomia do leigo/a, a luta e o louvor, o cotidiano e a festa, o estudo e a espiritualidade.

**2. Perfil. Em vez de “centro”, REDE,** sugerindo um modo de se organizar e a própria pedagogia da Rede. O nome CELEBRA, sugerido por Carlos Mesters, foi acolhido, não, porém como sigla, mas por força da significação que a própria palavra tem, acrescido do complemento: Rede de animação litúrgica. Em vez de estatuto, uma Carta de Princípios, para inspirar e orientar a vida dos núcleos locais, sua visão de Igreja, sua espiritualidade e ação pastoral. A rede se constituiu desde o princípio como um serviço à Igreja, não um movimento.

**4. Organização.** Para melhor corresponder à identidade de Rede, optou-se por um serviço de articulação nacional, apoio e assessoria. Pe. Domingos Ormonde e M. Lourdes Zavarez foram indicados para a articulação nacional, Penha Carpanedo e Marcelino Sivinski para o apoio e Ione Buyst

e Marcelo Barros para assessoria.

**5. Prioridade inicial!** Motivado por D. Tomás Balduino, bispo de Goiás (in memoriam), presente no encontro de fundação, foi assumido como prioridade as celebrações do Domingo, Dia do Senhor.

**6. A formação da REDE.** A cada ano, membros da rede dos diversos núcleos, se reúnem para avaliar a caminhada e para estudar.

**7. Semana de liturgia.** A Rede colabora como parceira com o Centro Litúrgico, na organização e realização da semana de Liturgia, já em sua 31ª edição, realizada no mês de outubro em São Paulo.

### **A pergunta para o grupo:**

Da nossa experiência de formação litúrgica, da leitura do texto, no contexto da proposta litúrgica do papa Francisco – o que recolhemos de básico e fundamental para a formação litúrgica do povo de Deus, nos dias de hoje, numa igreja em saída e solidária com a caminhada das comunidades?

Marcelino Sivinski

## Ofício Divino das Comunidades 30 Anos de Caminhada

*Penha Carpanedo, pddm*

Em dezembro deste ano completam-se trinta anos desde a primeira edição do Ofício Divino das Comunidades (ODC), ocorrida em 1988. Naquele momento, 20 anos depois da recepção do Concílio na América Latina, que se deu pela Conferência de Medellín, vivíamos um clima de exuberância eclesial. As comunidades buscavam uma referência de oração, além da missa, que correspondesse à nova teologia emergente, à luz da bíblia e da experiência originária da Igreja, no contexto sociopolítico do nosso continente.

Antes do Concílio, o povo, em sua grande maioria entregue à própria sorte, sem ter qualquer oportunidade de uma experiência mais profunda de evangelização e de celebração da fé, buscou nas devoções o alimento da vida cristã. E assim se sustentou, por séculos, sua fé com as manifestações da piedade popular.

Com o Concílio descobria-se que a vida espiritual não pode ter outra fonte que a liturgia. Abrindo os tesouros da Palavra de Deus e colocando no centro da vida eclesial o mistério do crucificado-ressuscitado, a reforma litúrgica oferecia um amplo material como fonte de espiritualidade. Com essa finalidade, restaurou-se toda a liturgia da Igreja: a eucaristia e os sacramentos, o ofício divino e o ano litúrgico, a música e a arte.

Dessa forma, a reforma devolveu ao Ofício Divino a sua condição de “oração pública e comum do povo de Deus” [IGLH, n. 1], indicando-o como fonte de piedade [SC 90]. Para isso, houve um verdadeiro esforço em reformar e traduzir o breviário que resultou no livro Liturgia das Horas [1971]. O Ofício das Comunidades, nesse mesmo sentido, ouvindo o apelo dos grupos de base, assumiu a empreitada de ser uma versão popular da Liturgia das Horas, mais acessível ao povo das nossas comunidades.

### **Das origens à Liturgia das Horas**

O costume de consagrar a Deus as primeiras horas e o findar de cada dia é uma herança do judaísmo. O sacrifício espiritual da vida coexistia com os sacrifícios de animais e, quando essa relação ficava ameaçada, a voz dos profetas se levantava. Nos últimos tempos da primeira aliança, consolida-se a tradição profética do culto espiritual, tanto nas horas do sacrifício matutino como vespertino. Não mais o sacrifício de animais, mas uma liturgia de louvor e de ação de graças, expressando, mediante os salmos, a oferenda da própria vida, vivida no direito e na justiça, em fidelidade a Deus e à sua aliança.

Na última ceia Jesus realizou a liturgia de louvor no contexto do oferecimento da sua própria vida. Estando para ser entregue, reúne os amigos para repartir a ceia pascal em ação de graças [sacrifício de louvor].

As primeiras comunidades cristãs se reuniam, sobretudo, aos domingos, para fazer a ceia em memória de Jesus. E todos os dias, em determinadas horas, se reuniam para fazer memória da sua páscoa, associando as horas de Jesus às horas de cada dia. No século IV, essa prática já era parte estruturante da liturgia da Igreja, conforme testemunho da Peregrina Etéria:<sup>1</sup>

Abrem-se, a cada dia, antes dos galos cantarem, todas as portas da *Anástasis* aos monges e às virgens (...) e não apenas a estes, mas também ao povo, homens e mulheres, que entretanto, desejem fazer a primeira vigília. Desse momento até o dia claro, dizem-se hinos, responde-se aos salmos e antífonas e, a cada hino, reza-se uma oração. Dois ou três presbíteros alternam, todos os dias, com os monges e, a cada hino ou antífona, dizem orações. E, começando a clarear o dia, têm início os hinos matinais. (...)

À décima hora (quatro da tarde), há o que aqui chamam *licinicon*, que nós chamamos *lucernare*: reúne-se, como antes, toda a multidão na *Anástasis*, acendem-se todas as tochas e círios e a claridade é imensa. (...) Recitam-se os salmos lucernares e antífonas, por longo tempo. Chama-se então o bispo que desce à basílica e se assenta em lugar elevado; sentam-se, também, os sacerdotes em seus lugares e se dizem hinos e antífonas. (...) Um dos diáconos evoca os nomes de todos. (...) numerosas crianças, de pé, respondem: *Kyrie Eleyson* (...) e incontáveis são as suas vozes (cf. Cap. 24,1.4.5).

O que é realmente notável é que se escolhem sempre, para cantar, salmos e antífonas apropriados (...) de tal forma adequados e tão bem escolhidos que dizem respeito, sempre, à cerimônia a que se destinam (25,5).

Essa prática se expandiu e se consolidou com o nome Ofícios das Catedrais, mais tarde, Ofício Divino. A partir do século VIII, diversos fatores contribuíram para o progressivo desaparecimento dessa tradição de oração da Igreja. Com isso, o povo ficou privado de uma oração bíblica e litúrgica, eclesial e popular. O ofício continuava como oração da Igreja, no ambiente dos mosteiros e como obrigação do clero, que recitava individualmente e, em geral, sem vínculo com as horas. Mas o povo, sem conhecimento do latim, não podia ter acesso.

Com isso, acentua-se, progressivamente, a diferenciação entre Liturgia e piedade popular, até se criar um dualismo celebrativo: paralelamente à liturgia, oficiada em latim, desenvolve-se uma piedade popular comunitária, que se expressa em língua vernácula<sup>2</sup>. Em relação ao ofício, o rosário, com 150 ave-Marias intercaladas com os mistérios, corresponde aos 150 salmos, expressando o mistério de Cristo nas horas da oração; o *Angelus* obedece às horas do ofício; o Ofício de Nossa Senhora se compõe dos hinos das diversas horas do Ofício da Mãe do Senhor, no breviário.

O Concílio, dedicando o capítulo IV da Constituição Litúrgica ao Ofício Divino, com clara determinação de devolvê-lo ao povo de Deus, o reafirma como parte estruturante da liturgia da Igreja. Neste sentido, é significativo o que afirma no artigo 83:

Jesus Cristo une a si toda a humanidade e a associa ao seu cântico de louvor. E continua exercendo este sacerdócio, na Igreja, que louva o Senhor sem cessar e intercede pela salvação do mundo, não só com a celebração da Eucaristia, mas de vários outros modos, especialmente pelo Ofício Divino.

A reforma do breviário foi feita a partir dos princípios teológicos e pastorais da *Sacrasanctum*

1 PEREGRINAÇÃO DE ETÉRIA. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. (Coleção Fontes da Catequese, 6), n. 24, p. 83.

2 CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Diretório sobre Piedade Popular e Liturgia*: princípios e orientações. São Paulo: Paulinas, 2003 n. 29. O n. 30: várias causas do divórcio entre liturgia e piedade popular.

*Concilium*, sobretudo do capítulo IV. Com a finalidade de devolvê-la ao povo, essa reformulação eliminou complicações e acréscimos que tinham sido introduzidos ao longo dos séculos e mudou a linguagem rubricista e clerical, tornando-a eclesial e pascal, gratuita e espiritual.

No entanto, depois de séculos longe dos fiéis, o ofício divino se tornou bastante complexo, e por mais que o trabalho de reforma tenha sido exaustivo, no sentido de buscar a “nobre simplicidade” pedida pelos padres conciliares [SC 21], o fato é que a Liturgia das horas se manteve, em sua forma, pouco adequada aos fiéis. Assim, o Ofício Divino das Comunidades nasce do desejo de ofertar ao povo, de maneira acessível, a herança de oração da Igreja.

### **A experiência do padre Geraldo Leite**

A grande inspiração para se compor essa versão do Ofício veio do Padre Geraldo Leite Bastos<sup>3</sup>, do clero de Olinda e Recife, então pároco da Comunidade de Ponte dos Carvalhos na periferia do Recife. Em 1972, padre Geraldo iniciou uma prática diária de oração na qual se sentia pessoalmente envolvido, como ele mesmo descreve:

Naqueles tempos difíceis da Igreja, muitas vezes, eu ficava até de madrugada rezando um Ofício mal rezado, lendo aquela salmodia toda... Isso me levou a imaginar um breviário simplificado, popular, de modo que eu, que tinha tanta dificuldade de rezar sozinho, encontrasse um jeito de rezar essa oração com o povo.

Aí começamos a fazer uma pequena experiência de manhã e à noite, de uma oração que a gente deu logo o nome de ofício, pegando a tradição bem popular no Brasil do Ofício de Nossa Senhora e explicando que se tratava de um trabalho. O povo tem ofício de carpinteiro, de pedreiro, etc., e nós cristãos temos também o ofício de orante. De fato, a gente precisava encontrar um momento para exercer esse trabalho, essa obra de Deus e gastava tempo, pelo menos uma hora de manhã e uma hora à noite. Era um ofício a que todos se obrigavam espontaneamente. E o nome pegou, tanto em Ponte dos Carvalhos como em Escada. Mas esse ofício tomou uma forma um pouco mais organizada na quaresma<sup>4</sup>.

Pe. Geraldo era compositor, acreditava profundamente na força da música ritual<sup>5</sup> e não podia imaginar um ofício para o povo que fosse só recitado. Começou, então, a fazer versões populares dos salmos e a organizar um ofício, articulando a tradição da Igreja e o jeito da sua comunidade.

Comecei a fazer alguns salmos penitenciais e a distribuí-los em uma semana. Um salmo para cada dia. Naquele momento os irmãos de Taizé me pediram que eu fizesse algumas músicas para responso. Eu fazia, cantava com o grupo e depois passava para eles. Assim, foi tendo para cada dia da semana um salmo e um responso. Não havia um livro, o salmo era feito num papel qualquer e era cantado quatro, cinco vezes, até o pessoal conseguir cantar simplesmente decorado. Quem tinha boa memória sabia que se cantava tal salmo na segunda-feira, e assim por diante. Aos poucos a coisa foi tomando corpo, articulando os

3 Geraldo Leite Bastos nasceu em Moreno (PE) a 12 de dezembro de 1934. Presbítero da arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco, desde 1961, foi pároco fundador da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho, em Ponte dos Carvalhos (1962-1980) e quarto pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Escada (1980-87). Faleceu em 19 de abril de 1987, domingo da Ressurreição do Senhor. cf. FONSECA, Joaquim. *O Canto novo na Nação do divino*. São Paulo: Paulinas, 2000, pp. 118-173.

4 BASTOS, Geraldo Leite. *Entrevista. Revista de Liturgia*, n. 86, p. 56.

5 A música ritual é a música apropriada para realçar os diversos ritos a serviço da participação da assembleia. Cf. FONSECA, Joaquim. op. cit, pp. 47-49. No Ofício divino, ela corresponde ao sentido de cada momento da celebração, de cada hora, tempo ou festa.

elementos da tradição com os elementos que iam surgindo da vida, de um modo simples, numa linha de memória, quase de tradição oral. No início um grupo gostou da história e passou a frequentar assiduamente a oração da manhã e da noite, todos os dias. Depois os jovens. Principalmente à noite, a capela ficava cheia de jovens. Havia um ambiente para rezar, a capelinha do Santíssimo. Não era no corpo da Igreja, local mais dispersivo. Era um espaço que correspondia a esse tipo de oração, feita por um grupo menor<sup>6</sup>.

Foi com base nessa experiência do Pe. Geraldo Leite que o Ofício Divino das Comunidades foi elaborado, incorporando composições de outros autores.

### Fidelidade à tradição

O Ofício das Comunidades reproduz, em sua estrutura, os mesmos elementos da Liturgia das Horas, organizados segundo o simbolismo do sol, que se esconde e renasce cada dia, evocando o mistério da morte e ressurreição do Senhor. Privilegiou os ofícios cotidianos da manhã e da tarde e propôs, no lugar das primeiras vésperas dos domingos e solenidades, o ofício de vigília. Quanto à sequência de cada ofício, esta versão valorizou o invitatório como abertura do ofício da manhã, inseriu, antes do hino, a recordação da vida, simplificou a salmodia, indicou, como leitura bíblica, o evangelho do dia e acrescentou o momento da chegada como um tempo de preparação imediata antes de começar o ofício. Dessa forma, é a seguinte a sequência das partes no Ofício das Comunidades:

<b>OFÍCIO DE VIGÍLIA</b> dos domingos e solenidades	<b>OFÍCIO DA MANHÃ</b>	<b>OFÍCIO DA TARDE</b>
Chegada	Chegada	Chegada
Abertura - lucernário	Abertura [invitatório]	Abertura
Recordação da vida	Recordação da vida	Revisão do dia
Hino	Hino	Hino
Salmo e Cântico do NT	Salmo	Salmo e Cântico do NT
Leitura do domingo ou festa	Leitura bíblica	Leitura bíblica – NT
Meditação	Meditação	Meditação
Cântico de Maria ou Simeão	Cântico de Zacarias	Cântico de Maria
Preces, Pai-nosso, oração	Preces, Pai-nosso, oração	Preces, Pai-nosso, oração
Bênção	Bênção	Bênção

O grande ganho do Ofício foi ter de volta os salmos como escola de oração, como diziam os antigos. De fato, há, em todo salmo, uma memória escondida que faz referência à ação de Deus no êxodo e à aliança que ele fez com o seu povo. Esses poemas orantes, que acompanham o povo de Deus desde os tempos da bíblia e que foram rezados por Jesus e pelas primeiras comunidades cristãs, têm, ainda hoje, a virtude de ajudar as pessoas a agradecer na prosperidade e a receber consolação e ânimo na adversidade (cf. IGLH n. 100).

Assim, o Ofício das Comunidades traz 110 salmos em versões que seguiram o critério da

<sup>6</sup> BASTOS, Geraldo Leite. Entrevista. Op. cit.

fidelidade ao texto bíblico e, ao mesmo tempo, ganharam uma linguagem poética e musical mais próxima da compreensão das comunidades, já que foram compostos em ritmos brasileiros. Além disso, foram incluídos, cânticos do AT e do NT e os cânticos evangélicos de Zacarias, de Maria, e de Simeão.

Como na Liturgia das Horas, esses textos poéticos estão distribuídos segundo o critério cristológico, de forma a ligar os mistérios da Páscoa às horas do dia. Os demais elementos do ofício [antífonas, preces e orações], sobretudo os hinos, se referem, igualmente, às horas do entardecer e do amanhecer. Assim, o Ofício, como oração de Cristo e da Igreja, volta a nossa atenção ao mistério da hora, associando as horas de Jesus às horas do nosso tempo, seguindo o movimento do sol na alternância do dia e da noite, articulando-se também, com os ritmos semanal e anual. É a Oração da Igreja, que unida ao Cristo em sua oração de louvor, ação de graças e intercessão ao Pai, faz memória da sua páscoa.

### a) Expressão da Igreja latino-americana

A inculturação da liturgia não pode ser tarefa isolada, mas deve inserir-se no fenômeno mais amplo de renovação da Igreja, da sua teologia e missão no mundo. Uma das preocupações da equipe que elaborou o Ofício Divino das Comunidades foi justamente a de adequar a linguagem dos textos e o estilo de sua celebração à teologia e ao novo jeito de celebrar nas comunidades eclesiais do nosso Continente<sup>7</sup>.

O documento de Medellín dá as coordenadas quando identifica o “passo” de Deus que salva, com a “passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas” (cf. introdução). Além disso, lembra a importância de “manter-se numa situação dinâmica e de acompanhar tudo o que houver de positivo no processo de evolução da humanidade” para chegar “a uma experiência vital da união entre a fé, a liturgia e a vida cotidiana” (cf. cap. 9). Trata-se, assim, da compreensão de uma liturgia que leva em conta as ações de Deus, não somente na história passada, mas nos fatos significativos, portadores de vida, que acontecem no presente.

A “vida” transparece em todo ofício, na linguagem dos hinos<sup>8</sup>, das orações, das preces, das introduções aos salmos, mas é na recordação da vida que ela fica mais explícita: “os acontecimentos de cada dia, as pessoas, suas angústias e esperanças, suas tristezas e alegrias, as conquistas e revezes da caminhada, as lembranças marcantes da história, da comunidade, das igrejas e dos povos, os próprios fenômenos da natureza são reconhecidos como sinais de Deus a serem lembrados (cf. ODC, p.11).

O Ofício Divino das Comunidades faz isso sem confundir oração com discurso político, ou, segundo uma expressão de Libânio “sem quebrar a coluna vertebral da gratuidade”<sup>9</sup>. A profecia se manifesta no ato mesmo da celebração, no espírito de liberdade e de gratuidade, na beleza contemplativa. São celebrações que primam pela valorização dos símbolos, por uma participação envolvente através do canto dos salmos e dos hinos, num clima profundamente orante que garante o que é próprio da liturgia cristã: diálogo com Deus, na memória do Senhor Jesus, em comunhão com o seu Espírito no compromisso com o Reino.

7 O Ofício Divino das Comunidades é um exemplo de como a inculturação deve partir necessariamente da base, das inserções concretas já realizadas no meio da realidade do povo para, a partir daí, serem analisadas e seriamente estudadas. Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Adaptar a Liturgia*, n. 20, p.20.

8 Os hinos, foram recolhidos do repertório brasileiro, muitos dos quais próximos à caminhada das comunidades eclesiais de base.

9 LIBÂNIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. São Paulo: Loyola, 3ª ed. 2001, 107-8.

## b) O diálogo do Ofício com a piedade popular

Ao afirmar que a liturgia é a “primeira e mais necessária fonte de espiritualidade cristã” (cf. SC 14), a Sacrosanctum Concilium não dispensa a piedade popular que sustentou o povo durante séculos. Em seu artigo 13, ela recomenda que os atos de piedade do povo cristão, especialmente os atos de piedade das Igrejas particulares, levando em conta os tempos litúrgicos, se harmonizem com a liturgia, nela se inspirem e a ela conduzam.

Em consonância com essa orientação, Puebla fala de “promover adaptações adequadas particularmente aos grupos étnicos e ao povo simples (grupos populares)” (DP n. 940). Também o documento do CELAM, que relata as conclusões do encontro latino-americano realizado em Lima, em 1982, ao tratar da “Adaptação na Liturgia”, lembra, por sua vez, que “o desafio fundamental da renovação litúrgica na América Latina seria o de conseguir eliminar o abismo entre liturgia e expressão religiosa do povo cristão”<sup>10</sup>. E diz ainda:

A Igreja da América Latina deveria ir reincorporando elementos da religiosidade e piedade popular dentro da sua liturgia e realizar uma mútua fecundação entre liturgia e expressão religiosa popular, Com isso seriam integrados os anseios de oração e vida cristã que podem comprovar em nossos países e se daria à liturgia um maior dinamismo.<sup>11</sup>

Em linha com estas orientações, o Ofício Divino das Comunidades é um exemplo bem sucedido da “mútua fecundação” entre liturgia e piedade popular. Ao integrar a piedade popular, não buscou tanto os elementos externos, mas procurou corresponder à “piedade” do povo, ao seu “anseio de oração e de vida cristã”. De fato, o catolicismo popular é portador de muitos valores, coincidindo com o que sugere Paulo VI na exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, sobre a evangelização no mundo contemporâneo:

Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem hoje em dia, mais ou menos por toda parte, o objeto de uma redescoberta. (...) A religiosidade popular (...) traduz em si uma certa sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes para terem rasgos de generosidade e predispõe-nas para o sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante, etc. Ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam alhures no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida cotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção, etc. Em virtude destes aspectos, nós chamamos-lhe de bom grado “piedade popular”, no sentido de religião do povo, em vez de religiosidade”. (...) Antes de mais importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar-se disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio” (EN 48)

A ritualidade e a singeleza do Ofício Divino das Comunidades, sem muitas palavras explicativas, centrado no mistério pascal de Jesus, vai ao encontro dessa piedade do povo, com o seu “fervor espiritual”, com a sua devoção e sua capacidade contemplativa, com sua atitude de confiança. Essa dimensão verifica-se nas melodias dos salmos, cânticos e hinos, nos refrãos meditativos, nas orações, no silêncio... De fato, o que encanta a muitas pessoas que descobrem a oração do ofício é a maneira simples e despojada de celebrar, com a participação de todos, sem o monopólio de quem preside, centrada em Jesus, o “mistério da piedade” (1 Tm 3,16).

<sup>10</sup> *Adaptar a Liturgia*, n. 68, p. 32.

<sup>11</sup> *Adaptar a Liturgia*, n. 62, p. 30.



Na apresentação à primeira edição do ofício, dom Clemente Isnard, então presidente da dimensão litúrgica da CNBB, exclamava: “Bendito o dia que está chegando, em que não haverá mais distinção entre celebração litúrgica e exercícios piedosos, como longinquamente aponta o n. 13 da Constituição *Sacrosanctum Concilium*” (ODC, p. 7).

## Desafios e perspectivas

O Ofício Divino das Comunidades é uma sólida referência para a celebração diária, enraizada na tradição que vem dos nossos pais e mães na fé, com um jeito bem brasileiro e fiel à eclesiologia que se desenvolveu a partir do Concílio Vaticano II. Dessa maneira, as comunidades que vivem a fé em meio a tantas lutas e desafios têm, nele, expressão e fonte para alimentar a fé e testemunhar em todo tempo e lugar a salvação de Deus.

O grande desafio que permanece é superar séculos de separação entre liturgia e devoção/ espiritualidade e entre liturgia e catequese. Não basta oferecer o livro e não convém simplesmente impor a prática, é preciso criar as condições em termos de vida eclesial: assumir o ofício divino como parte da liturgia da Igreja, acompanhando a prática e oferecendo formação bíblica e litúrgica.

Antes do Concílio, o povo tinha suas novenas, as quais representavam o seu jeito de celebrar, sobretudo à noite. Depois do Concílio, a tendência foi reduzir tudo à missa, com o perigo de banalizar e cair na mera formalidade. O Ofício das Comunidades veio como alternativa à celebração eucarística diária, a fim de guardá-la mais para o domingo e, dessa forma, oferecer ao povo um correspondente das orações populares do povo, que estivesse, ao mesmo tempo, à altura do novo contexto eclesial.

Em vez disso, muita gente continuou insistindo em formas tradicionais, e atualmente assistimos o ressurgimento de um devocionismo exacerbado, no mínimo estranho, que nem corresponde à piedade popular.

As perspectivas abrem-se a partir do caminho lento, mas progressivo, feito nestes 30 anos. Com este Ofício, cada comunidade pode organizar sua oração tendo como eixo o mistério pascal de Jesus e re-aprendendo, assim, com uma referência bíblica e litúrgica.

Houve, desde a primeira edição, o cuidado de fazer chegar às comunidades não apenas o livro, mas também os recursos pedagógicos que ajudassem a subsidiar a prática ritual, sua teologia e espiritualidade. Como o ofício é quase todo cantado, procurou-se também, desde o início, garantir acesso às melodias, através de gravação e partituras das músicas.<sup>12</sup> Ao lado disso, textos foram escritos e encontros de formação foram organizados em vários níveis, visando a transmissão do significado teológico, espiritual e pastoral dessa iniciativa, além da sua apropriação por parte das comunidades.

O Ofício das comunidades ganhou o coração do povo. Para ir mais longe, desdobrou-se em ofício da juventude, Ofício da Novena do Natal, Ofício dos mártires, Ofício de adolescentes e crianças, celebrando por ocasião da morte... Oxalá a comemoração de 30 anos represente um novo impulso, que passe a ocupar cada vez mais os espaços de oração da comunidade e que seja celebrado com qualidade e profundidade e possa tornar-se tão popular como o era nos primórdios da Igreja.

Texto publicado na RL n. 268, julho agosto 2018, p. 4.

<sup>12</sup> As partituras estão publicadas, pela editora Paulus, em dois volumes.

**PARA CONVERSAR:**

1. Que elementos do ODC mais evidenciam-no como um fruto maduro da Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II?
2. Que passos precisam ser dados a fim de que o ODC possa ser mais conhecido e mais assumido pelas comunidades?

## Música Litúrgica (Hinário Litúrgico da CNBB entre Outras Iniciativas)<sup>1</sup>

Marcio Antonio de Almeida

### TEMPO 1 - Olhando a realidade litúrgico-musical<sup>2</sup>

(Propor um tempo para confrontar a realidade e suas implicações. Dar tempo ao grupo para refletir, responder, discutir... Recolher relatos...)

1. Identifique os serviços litúrgicos existentes nas comunidades: *cantores, salmistas, animadores do canto, grupo de cantores, regentes, coral, compositores, instrumentistas (cordas, teclado, sopros, percussão), responsável pela sonorização.*
2. A localização do grupo de cantores no espaço celebrativo facilita a comunicação com a assembleia? De que maneira?
3. Como a equipe de canto e música tem promovido a participação da assembleia?
4. Como tem sido a preparação das celebrações da comunidade? Como se dá integração da equipe de liturgia e a equipe de canto e música?
5. Como são escolhidos os cantos que compõem o repertório das celebrações da comunidade? Quais materiais litúrgico-musicais (folheto, livro de canto, folhas avulsas etc.), são utilizados com maior frequência na sua comunidade?
6. Como a Equipe de Pastoral Litúrgica tem trabalhado os temas da liturgia, sobretudo, o canto e a música?
7. Qual o aspecto mais preocupante com relação ao tema canto e música na liturgia?

### TEMPO 2 – Música litúrgica no Brasil: olhares<sup>3</sup>

Com a aprovação do primeiro documento conciliar sobre a liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, tratou-se de levar adiante todas as experiências significativas no campo litúrgico no Brasil, sentidas ao longo do “nosso” movimento litúrgico. Sob o peso das circunstâncias, as iniciativas no campo formativo foram se consolidando e, deste modo, produziram-se as primeiras experiências no período pós-conciliar. A mais significativa delas, [...] foram os Encontros Nacionais de Música Sacra que, por sua vez, orientaram e têm orientado as produções no campo litúrgico-musical da CNBB.

1 Material elaborado por Márcio Antônio de Almeida, doutor em Música, membro do Centro de Liturgia Dom Clemente Isnard e Rede Celebra, membro da presidência de *Universa Laus* (Associação Internacional para o Estudo da Música Litúrgica) e membro da Equipe de Reflexão de Música Litúrgica da CNBB.

2 Este diagnóstico foi desenvolvido pelo autor e aplicado em diferentes regiões do Brasil.

3 Extrato da dissertação de mestrado em Música intitulada: *Mistagogia da música ritual litúrgica: estudo teórico-todológico* (ALMEIDA, 2009). Com ajustes. A bibliografia compõe de publicações da CNBB e da Revista de Liturgia. Ver dissertação ([lattes.cnpq.br](http://lattes.cnpq.br)).

O documento *A pastoral da música litúrgica no Brasil* (1976) apresenta e assume, no capítulo 1, os pontos positivos e negativos os quais, de certo modo, estão inter-relacionados. Os pontos positivos destacam as atividades da Comissão de Liturgia da CNBB, por exemplo, os Encontros Nacionais, as assessorias aos Regionais e Dioceses, os encontros de música e canto pastoral e a criação de equipes regionais de música litúrgica, e os cantos da Campanha da Fraternidade. Entre as iniciativas regionais, destacam-se como positivas a realização de cursos de canto pastoral, incentivo aos compositores locais e a divulgação impressa ou em áudio. Já os pontos negativos destacam a escassez de pessoas habilitadas em liturgia e música devido à falta de escolas especializadas, a carência de formação litúrgico-musical dos futuros presbíteros, a baixa motivação de músicos leigos em contribuir com a música litúrgica, a falta de bons textos para os cantos, uso de melodias e textos divulgados pelos meios de comunicação, o uso inadequado dos instrumentos, a extinção dos corais e as celebrações ocasionais<sup>4</sup>. Ao traçar suas linhas de ação pastoral, o documento propôs e incentivou a criação de comissões e equipes diocesanas e regionais de música litúrgica que, entre outras atribuições, se empenhassem em “organizar cursos, encontros e reuniões para a formação de agentes de pastoral, e outras pessoas capacitadas, orientando-as e formando-as no sentido litúrgico-musical e na aplicação concreta às celebrações” (3.2.c).

Fundamentado no documento n. 7, publicou-se pela série Estudos da CNBB, o *Estudo sobre os cantos da missa* (1976). Convém destacar o esforço do Pe. José Weber – então assessor para a música litúrgica na Comissão Nacional de Liturgia – em elaborar o texto e acatar as sugestões dos participantes do III Encontro de Coordenadores Diocesanos de Música Sacra, realizado em 1975. Nesta obra, cada canto segue o mesmo padrão de análise, a saber: ação litúrgica, função litúrgica, função ministerial, participantes, características gerais, forma literária, forma musical, participação dos instrumentos, quando se canta, exemplos e realizações.

Outro documento da CNBB, *Animação da vida litúrgica no Brasil* (1989), trouxe várias reflexões à temática litúrgico-musical, muito embora, tratasse da liturgia como um todo. De certo modo, atualizava o panorama da liturgia no Brasil tendo como pano de fundo as contribuições de duas conferências episcopais latino-americanas, Medellín (1968) e Puebla (1979), com o objetivo de “unir a dimensão celebrativa à dimensão profética e transformadora” (n. 2). O documento compõe-se de duas partes. Na primeira, reflete a caminhada litúrgica pós-conciliar no Brasil, a natureza da liturgia, sua linguagem e suas múltiplas expressões. Na segunda parte são apresentadas orientações pastorais sobre a celebração eucarística que, em termos práticos, dizem respeito também ao canto e à música.

Em 1998, CNBB publicou *A música litúrgica no Brasil*. Na primeira parte, o texto ocupou-se a olhar a realidade e perceber e/ou ratificar os êxitos do processo de renovação litúrgico-musical. Reconheceu que daquilo a que se propunha o documento *Pastoral da música litúrgica no Brasil* muito havia sido superado qualitativamente tanto no aspecto formativo e prático como em publicações temáticas. Por outro lado, o diagnóstico da realidade global e eclesial na passagem do século, fazia notar uma suspeita dispersão neste campo e que se fizeram perceber no que se denominaram falhas, lacunas e problemas desafiadores. Os “pontos negativos” enumerados pelo documento, de certo modo, são amplificados e sua superação parece ainda distante. Somado a isso, a afluência crescente de práticas neopentecostais, trazidas por movimentos eclesiais, tem desafiado a Igreja como um todo a resgatar o aspecto emocional das celebrações e, em certa medida, a superar formas individualistas e intimistas do cantar-celebrar. A segunda parte do estudo tem a preocupação de apontar elementos bíblicos, teológicos e históricos que justificam o pensar e o fazer litúrgico-musical retomado pelo Concílio Vaticano II no seu projeto de retorno às fontes bíblicas e patrísticas. A terceira e última parte compõe-se de orientações pastorais de

amplo alcance e que objetivam a superação das lacunas apontadas e a exploração de novas possibilidades para uma música litúrgica “renovada”.

Uma obra que perpassa longitudinalmente os estudos e documentos da CNBB é, sem dúvida, a publicação dos quatro volumes do *Hinário Litúrgico*. Até o final da década de 1990, o setor de música litúrgica da CNBB havia compilado e editado pela *Paulus*, um amplo repertório de músicas litúrgicas selecionadas criteriosamente. Posteriormente, a CNBB elaborou um projeto de gravação do repertório para os diversos ciclos do ano litúrgico e partes da missa. Tais recursos têm sido determinantes na difusão do repertório entre as equipes de música das celebrações litúrgicas. As lacunas no repertório estão sendo paulatinamente detectadas e preenchidas com novas composições.

As publicações mais recentes da Comissão de Liturgia da CNBB ou de especialistas no assunto, têm procurado recuperar as orientações de documentos anteriores aliadas aos novos conhecimentos no campo da ciência/teologia litúrgica. Merecem destaque, entre outras:

a) *Guia litúrgico-pastoral* (2006). Desenvolve vários temas relacionados à liturgia em geral e dedica uma parte do texto à música litúrgica.

b) *Diretório litúrgico*, publicado anualmente, interessa-se por orientar a vida litúrgica da igreja no dia-a-dia das celebrações litúrgicas. No texto introdutório, são retomados alguns pontos do *Guia*.

c) *Liturgia em mutirão I e II*. Promovido pela Comissão de Liturgia da CNBB, o projeto iniciou-se na página eletrônica da CNBB como uma publicação semanal sobre assuntos de liturgia assinado por especialistas convidados. Ambos os projetos já estão publicados.

d) *Canto e música na liturgia: princípios litúrgicos, teológicos, pastorais e estéticos*. Esta publicação foi resultante das discussões e conclusões do Encontro de Músicos que a CNBB promoveu entre os anos de 2003 e 2005, que reuniu especialistas das várias regiões do Brasil.

e) Coleção *Liturgia e Música*<sup>5</sup>. A coleção, sob a responsabilidade de Frei Joaquim Fonseca, ex-assessor de música litúrgica da CNBB, compõe-se atualmente de 12 volumes<sup>6</sup> em que se procurou desenvolver textos inéditos, reedições e traduções de obras capazes de integrar elementos de formação litúrgico-musical.

f) DVD - *Canto e música na liturgia*. Produção audiovisual da Verbo Filmes em parceria com a CNBB e a editora Paulus e assessoria da Rede Celebra. Divide-se em três partes: *Quem canta na liturgia? O que cantar na liturgia?* e *Um canto para cada tempo litúrgico*, desenvolve conteúdos formativos elementares em linguagem acessível.

Além desse conjunto de iniciativas editoriais, tem havido um empenho crescente e constante em desenvolver temas relacionados à música litúrgica que atinjam variados níveis pastorais. O setor de música litúrgica da CEPL-CNBB elaborou um projeto formativo, inicialmente em quatro etapas (2006, 2007, 2008 e 2009), chamado Encontro de Compositores e Letristas. Este ciclo de quatro encontros objetivou a reunião de compositores e letristas/poetas provenientes da diversidade cultural, religiosa e musical do Brasil. A contribuição de teólogos, liturgistas, antropólogos,

5 A Revista de Liturgia, ano 35, v. 206-210 e ano 36, v. 211-212, publicou uma série de resenhas sobre algumas dessas obras de autoria do padre Ney Brasil Pereira.

6 *Cantando a missa e ofício divino* (FONSECA, 2004); *Música brasileira na liturgia* (ALBUQUERQUE et al., 2005); *O canto cristão na tradição primitiva* (BASURKO, 2005); *Música, dança e poesia na bíblia* (MONRABAL, 2006); *Técnica vocal: princípios para o cantor litúrgico* (MOLINARI, 2007); *Quem canta? O que cantar na liturgia* (FONSECA, 2008); *Música ritual e mistagogia* (BUYST; FONSECA, 2008); *Introdução ao canto gregoriano* (WEBER, 2013); *Os cantos da missa no seu enraizamento ritual* (GELINEAU, 2013); *Assembleia: povo convocado pelo Senhor – Em memória do padre Joseph Gelineau* (FONSECA, 2014); *Canto litúrgico: forma musical, análise e composição* (WEBER, 2016); *O que cantar no tempo pascal: Quaresma, Tríduo Pascal e Tempo Pascal* (VELOSO; FONSECA, 2018).

musicólogos, esteticistas, linguistas e literatos tem sido fundamental na consecução dos objetivos propostos. Em 2019, acontecerá a 14ª edição.

Outro momento, diz respeito à 19ª Semana de Liturgia, em 2005, com o tema *Canto e música na liturgia*, cujas discussões, reflexões e textos ajudaram a promover uma continuidade no processo de renovação litúrgica pós-conciliar. Tal empenho tem modificado consideravelmente o modo de pensar a música litúrgica, não obstante os retrocessos percebidos na contemporaneidade da Igreja Católica. Dos retrocessos, citem-se apenas dois: o retorno ao esteticismo *versus* pastoralismo da música ritual, motivado por uma leitura parcial de documentos pontifícios da primeira metade do século XX; e o uso prático-operacional e inflacionado de subsídios musicais “ditos” litúrgicos cujos critérios de escolha e criação do repertório não supõem uma base histórica, teológico e litúrgica favorável.

Outra iniciativa da caminhada formativa litúrgico-musical deveu-se à publicação e divulgação da *Carta aos Agentes de Música Litúrgica do Brasil* (25 de setembro de 2008), elaborada pela Equipe de Reflexão de Música Litúrgica da CNBB e assinada pelo bispo responsável pela Comissão de Liturgia. O texto da *Carta* dirige-se a todo o povo de Deus, mas sobretudo, às equipes de liturgia e aos serviços musicais; e sintetiza de modo sucinto, os fundamentos da prática ministerial, reconhecendo os esforços empreendidos, orientando a prática pastoral e estimulando a formação contínua.

### TEMPO 3 – Questões gerais:

- 1 Em que chave pode ser discutida/percebida a música litúrgica no Brasil à luz do pontificado de Papa Francisco?
- 2 Quais as lacunas, os desafios e as perspectivas do tema para pensar a continuidade da renovação litúrgico-musical?
- 3 Quais iniciativas de formação litúrgico-musical têm sido eficazes e passíveis de generalização?
- 4 Como interpretar as variantes litúrgicas e musicais, na busca de critérios de criação, escolha e adequação do canto litúrgico?
- 5 Outras questões do grupo...

## Frutos da Reforma Litúrgica no Brasil Celebração Dominical da Palavra

Ir. Veronice Fernandes, pddm

### PROGRAMA

**16h15:** deslocamento para a sala

**16h30:**

1. Boas vindas, breve apresentação, apresentação do trabalho da roda.
2. Leitura do caminho evolutivo realizado pelo magistério, em relação a celebração dominical da Palavra de Deus (dividir as 15 citações dos documentos na roda – por conta do tempo limitado não tem como fazer a leitura de tudo).
3. Leitura do texto: “Considerações a respeito dos pronunciamentos da igreja contidos nos documentos citados e da prática realizada no Brasil”
4. Resposta da pergunta
5. Construção do papelógrafo

**17h45:** Intervalo

### 1. Breve histórico sobre as celebrações dominicais da Palavra de Deus no Brasil<sup>1</sup>

A história do catolicismo brasileiro sempre foi marcada por um número insuficiente de padres e, além disso, há uma concentração dos mesmos nos grandes centros urbanos. Sendo assim, milhares de comunidades celebram o mistério de Cristo ao redor da Palavra de Deus.

Repassando a história, constatamos que a atuação do(a) leigo(a) sempre foi uma constante, nas irmandades, nos reisados, nas folias, nas congadas e em outros rituais leigos, transmitidos de geração em geração. Nestes espaços de oração, o destaque é dado ao santo, mesmo assim, de alguma forma, a Sagrada Escritura sempre esteve presente, a Palavra era dramatizada, cantada e rezada. O laço de confiança é o mesmo com o santo e com a Palavra<sup>2</sup>. Nessa relação entre a Bíblia e a devoção ao santo encontramos uma comparação interessante num livro sobre o catolicismo

1 Texto extraído da Dissertação de Mestrado de Veronice Fernandes *A dimensão orante da celebração da Palavra de Deus*. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 2002.

2 É “claro que é na religião popular o centro das ‘rezas’ não é a Palavra, mais sim o santo, que compreende as necessidades de seus devotos, acolhe seus pedidos e agradecimentos”. ORMONDE, D. O louvor do domingo ao redor da Palavra. *Revista de Liturgia*, n. 105, p. 101.

popular: “No cristianismo popular, as mediações principais são: a virgem Maria<sup>3</sup> e, hoje também, a Palavra de Deus sem subordinação a funcionários religiosos. (...) Hoje, comunidades de base católicas e evangélicas, movimentos de apostolado, de catequistas, de espiritualidade optam pela Bíblia como vínculo concreto com Deus. Sem dúvida, são mediações distintas, mas com significados semelhantes: todas as pessoas podem ter acesso à elas, ambas são femininas, culto leigo, familiar e local, sinais tangíveis, resolvem preocupações de cada dia...”<sup>4</sup>.

No Brasil, não temos conhecimento mais exato sobre os inícios da prática de celebrações dominicais da Palavra de Deus. Lendo a história das comunidades eclesiais de base, tudo parece indicar que, com o crescimento e expansão de tais comunidades, as celebrações da Palavra de Deus foram ganhando força e consistência. Escrevendo sobre a história das Ceb's, José Marins afirma o seguinte: “E como são essas ceb's? Poderemos dar algumas especificações: a maioria são rurais e da periferia das grandes cidades (...), estão entre a população mais pobre (...), são coordenadas por leigos (...), permanecem por muito tempo na celebração da Palavra, nas orações em comum e na mútua ajuda. Há ceb's que passaram mais de um ano antes de celebrar normalmente a Eucaristia ...”<sup>5</sup>.

Uma experiência certamente significativa, registrada na história das comunidades eclesiais de base, é a de Barra do Piraí. Trata-se da iniciativa realizada por D. Agnelo Rossi, em 1956, que começou um movimento de evangelização<sup>6</sup>, com catequistas populares, para atingir regiões não alcançadas pelo padre. No dia 28 de outubro de 1956, houve um encontro diocesano com a participação de 372 catequistas populares, os quais fizeram um juramento e assumiram a missão de ensinar e fazer novos discípulos. O trabalho deles era o de reunir o povo, pelo menos uma vez por semana, para a leitura da lição catequética. Além disso, o catequista fazia as rezas diárias com o povo e reunia aqueles que moravam longe da Igreja<sup>7</sup>, aos domingos e dias santos, para o “domingo sem missa”, ou a “missa sem padre”, ou o “culto católico”. Nesse movimento, a valorização do leigo esteve condicionada à disciplina eclesiástica e só aconteceu por causa da falta de padres. É certo que essa prática popular foi despertando a consciência do povo. Mesmo exercendo um papel de simples executante, o leigo ocupou o papel central nessa experiência<sup>8</sup>.

E no que diz respeito às celebrações da Palavra de Deus, é importante destacar o que escreve Faustino Teixeira: “É interessante a experiência da ‘missa sem padre’, semanal e leiga. Talvez seja o primeiro germe dos cultos leigos semanais realizados em determinadas comunidades eclesiais de base”<sup>9</sup>. E ainda: “pode-se destacar também o lugar reservado à Palavra de Deus na experiência de Barra do Piraí. O catequista popular podia ter acesso à Palavra de Deus, sendo responsável por sua leitura diante da comunidade. Este elemento é também extremamente significativo, já que o acesso à Palavra de Deus sempre esteve reservado ao clero. É verdade que o catequista popular não podia comentar o conteúdo de sua leitura – tarefa reservada aos párocos e ao bispo; entretanto, já significava um primeiro passo na valorização do leigo na Igreja”<sup>10</sup>.

3 Podemos aplicar a comparação também a outros (as) santos (as).

4 GONZÁLEZ, J. L.; BRANDRÃO, C. R.; IRARRÁZVAL, D. *Catolicismo Popular: história, cultura, teologia*, p. 166.

5 MARINS, J. Comunidades eclesiais de base na América Latina. *Concilium*, n. 104, p. 26.

6 Este movimento começou a partir de um depoimento de uma velhinha à D. Agnelo Rossi: “Sr. Bispo, que humilhação para nós católicos. No natal as três igrejas protestantes estavam iluminadas e concorridas. Ouvimos os seus cânticos... e nossa igreja católica, fechada, em trevas... porque não conseguimos padre”. BOFF, L. *Eclesiogênese: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja*, p. 12 e ainda TEIXEIRA, F. *A gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos*, p. 56.

7 “As primeiras tentativas levaram pessoas como as professoras primárias a assumir com o povo algo da vida de oração da comunidade. Assim uma capela isolada escrevia: [Sr. Bispo, pela primeira vez, em nossa ilha tivemos a Semana Santa. Quem a celebrou conosco foi uma jovem professora]”. MARINS, J. Comunidades eclesiais de base na América Latina. *Concilium*, n. 104, p. 23.

8 Cf. TEIXEIRA, F. *A gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos*, p. 56-60.

9 TEIXEIRA, F. *A gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos*, p. 59.

10 *Ibid.*, p. 60.



Uma outra experiência importante para a história das celebrações da Palavra em nosso país, foi certamente a de Nízia Floresta, no Rio Grande do Norte, em 1962<sup>11</sup>. Foi uma iniciativa de D. Eugênio de Araújo Sales, na época, bispo administrador apostólico da arquidiocese de Natal. Na busca de solucionar a falta de padres, ele designou quatro irmãs da congregação das missionárias de Jesus Crucificado para assumir o trabalho de evangelização na paróquia de Nízia Floresta, a 43 quilômetros de Natal. As irmãs tinham a missão de criar um clima de família na paróquia, através de palavras e de gestos concretos. “A vida comunitária tinha início às seis horas da manhã com a liturgia da Palavra na matriz. Constituíam-se de leitura e comentário da Epístola e do Evangelho do dia. A liturgia da Palavra já significava um grande passo, pois como se sabe, no período mencionado, a missa ainda era rezada em latim e com o padre de costas para o povo. Com a inovação litúrgica facilitava-se a compreensão do povo: ‘o povo gosta muito, diz que as irmãs explicam melhor que os padres porque traduzem a Palavra de Deus na linguagem deles’. Alguns diziam: ‘A missa das irmãs é muito ‘mió’ que a missa dos padres’. A liturgia da Palavra era feita todos os dias com exceção dos domingos, quando o pároco Francisco de Assis Pereira celebrava a eucaristia”<sup>12</sup>.

Mesmo não sendo experiências de celebração da Palavra realizada aos domingos, entendemos que a prática foi de grande valia para a experiência de celebrações dominicais da Palavra de Deus em nosso país.

Do ponto de vista ritual, sabemos que uma das primeiras tentativas de organizar tais celebrações foi realizada pelo bispo da diocese de Rio do Sul em Santa Catarina, Dom Tito Buss, através do livro *Culto Dominical*, editado em três volumes pelas Edições Paulinas em São Paulo<sup>13</sup>. Vale a pena reproduzir aqui um trecho da apresentação redigida pela equipe diocesana de pastoral:

O Culto dominical, para as comunidades onde não há possibilidade de celebrar a Eucaristia aos domingos, nasceu da necessidade de se oferecer algo de concreto às numerosas comunidades, especialmente rurais, que desde longa data vivem nessa situação. Tinham missa uma vez por mês ou menos, e aos domingos algumas pessoas se reuniam na capela para rezar o terço.

Atenta a este problema, a equipe do Secretariado Diocesano de Pastoral de Rio do Sul preparou despreziosamente estes cultos para os três anos do ciclo litúrgico, A, B, C, e os fez imprimir em cadernos. A aceitação foi geral e, muito cedo, padres de outras dioceses vieram pedir estes cadernos. Redigidos em linguagem extremamente simples, de acordo com o ambiente a que são dirigidos, tiveram logo uma excepcional aceitação por parte do povo. A frequência à Igreja aos domingos teve um incremento extraordinário.

Tendo sido ofertado ao Santo Padre um exemplar dos cadernos, assim se expressou a respeito deles o cardeal Villot, numa carta ao bispo diocesano de Rio do Sul: ‘Examinados, com a melhor atenção, esses escritos, foi o teor dos mesmos levado ao conhecimento do Santo Padre. Confiou-me ele o vir exprimir-lhe, ainda uma vez, o seu apreço por tão acertadas iniciativas e pelo zelo e preocupação que elas refletem, de catequizar os fiéis dessa grei e de vivificar as suas manifestações de religiosidade e do seu sentido de Igreja.

Bem andaram, efetivamente, V.Excia, e os seus colaboradores, na escolha e elaboração dos processos de atuação apostólica, dado o condicionamento. Eles acham-se em perfeita sintonia com as normas orientadas do recente Concílio Ecumênico II do Vaticano.... A este apreço deseja o sumo pontífice que ajunte uma benevolente palavra, para todos os que se acham comprometidos em tal trabalho, de estímulo e encorajamento: a continuarem, com o mesmo entusiasmo e a mesma atitude de serviço e de contínua busca da

11 Leia mais em TEIXEIRA, F. *A gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos*, p. 67-72.

12 Ibid., p. 69-70.

13 Cf. LUTZ, G. Teologia da liturgia dominical da comunidade sem padre. *Revista de Liturgia*, n. 52, p. 6.

maior proficiência, em ensinar a fé, por meio duma catequese adequada, e em celebrá-la com uma liturgia conforme à índole, capacidade, idade e condições de vida do povo...<sup>14</sup>.

É louvável o trabalho da diocese de Rio do Sul, que foi a pioneira neste empreendimento. Outras dioceses e editoras seguiram o exemplo e muitos folhetos e livros foram elaborados, contendo o rito da celebração dominical da Palavra de Deus, mesmo que às vezes sem muita orientação, até por que este é um tema não muito aprofundado.

Outros escritos, do nosso conhecimento, também contribuíram para um embasamento teológico-litúrgico e também para a prática dessas celebrações, tais como: o artigo do Pe. Gregório Lutz, "Teologia da liturgia dominical de comunidade sem padre", publicado na *Revista de Liturgia*, em 1982. Mais tarde, em 1987, Ione Buyst escreveu o livro, *Celebração do domingo ao redor da Palavra de Deus*. Também a *Revista de Liturgia* e seu encarte *Dia do Senhor*, e ainda os cinco volumes do livro *Dia do Senhor*, com certeza, vêm prestando um serviço aos dirigentes dessas celebrações<sup>15</sup>.

A Conferência dos Bispos do Brasil deu muita atenção ao tema celebração dominical da Palavra de Deus principalmente a partir do dado, inicialmente hipotético, que são celebrações realizadas por 70% das comunidades<sup>16</sup>. Esta hipótese levou a CNBB a elaborar uma pesquisa relacionada ao tema. O resultado confirmou a hipótese. De fato, a celebração dominical da Palavra é uma das formas celebrativas mais frequentes. De 242 dioceses e prelazias existentes na época da pesquisa (1989-1990), 159 aderiram e responderam ao questionário, correspondendo a 65,7% sobre o total. Diante da pergunta: Está em uso a celebração da Palavra de Deus, na ausência do padre? Das 159 dioceses que participaram, 158 afirmaram que sim, apenas 1 disse que não<sup>17</sup>.

Foi elaborado um documento sobre a celebração dominical da Palavra de Deus: o documento 52, da CNBB, *Orientações para a Celebração da Palavra de Deus*, após o resultado da pesquisa<sup>18</sup>.

## 2. A celebração da Palavra de Deus nos documentos oficiais do magistério da Igreja

Como afirma o recente documento publicado este ano (2019), pela CNBB, *Ministério e celebração da Palavra*: "Como se pode conhecer pela história, as celebrações dominicais da Palavra de Deus não são uma novidade pós-conciliar. Nos anos que sucederam o Concílio Vaticano II, este jeito de celebrar obteve mais difusão e adquiriu maior consistência. As diretrizes e orientações expostas nos documentos da Igreja serviram para suscitar iniciativas pastorais adequadas, de modo que as comunidades cristãs tivessem a possibilidade de reunir-se cada domingo para a Celebração da Palavra de Deus<sup>19</sup> (n. 58).

As diretrizes e orientações expostas nos documentos da Igreja serviram para suscitar iniciativas pastorais adequadas nos lugares que sofriam carências de padre, de modo que as comunidades cristãs tivessem a possibilidade de reunir-se cada domingo para a celebração da Palavra de Deus.

14 SECRETARIADO DIOCESANO DE RIO DO SUL. *Culto dominical ano a*: para as comunidades onde não há possibilidade de celebrar a eucaristia, p. 5-6

15 Todos estes subsídios estão citados na bibliografia.

16 Cf. CNBB. *Animação da vida litúrgica no Brasil*, n. 25. Este documento foi publicado em 1989.

17 Cf. PALUDO, F. Relatório referente a pesquisa sobre as celebrações da Palavra de Deus na ausência do padre. *Revista de Liturgia*, n. 105, p. 73.

18 Veja relatório da pesquisa em anexo (anexo 5).

19 Cf. A Instrução *Inter Oecumenici*, nn. 37 a 39; *Documento de Medellín*, p. 96; *Documento de Puebla*, nn. 900, 929, 944; *Código de Direito Canônico*, cânon 1248, § 2; *Diretório para as celebrações dominicais na ausência do presbítero*; O documento 43 da CNBB, *Animação da vida litúrgica no Brasil*, nn. 93-102; *Documento de Santo Domingo*, n. 51; O documento 52 da CNBB, *Orientações para a celebração da Palavra de Deus*; *Documento de Aparecida*, n. 253 e *Verbum Domini*, n. 65. E em 2019 o documento 108 *Ministério e celebração da Palavra*, publicado pela CNBB.

Em anexo veremos os pronunciamentos do magistério, contidos em alguns documentos da Igreja a respeito da celebração dominical da Palavra de Deus.

Vamos seguir a ordem cronológica dos documentos, para percebermos melhor o caminho evolutivo realizado pelo magistério, oferecendo importantes contribuições para uma celebração da Palavra de Deus mais litúrgica e orante.

DATA	DOCUMENTO	TEXTO
1963	<i>Sacrosanctum Concilium</i>	“Promova-se a celebração da Palavra de Deus nas vigílias das festas solenes, em alguns dias feriais do advento e da quaresma e nos domingos e dias de festa, especialmente onde não houver padre; neste caso será um diácono, ou outra pessoa delegada pelo bispo a dirigir a celebração” (35,3)
1964	Instrução <i>Inter Oecumenici</i>	“Nos lugares onde não haja padre e não se possa celebrar a missa, nos domingos e festas de preceito, organize-se, a juízo do ordinário, uma sagrada celebração da Palavra de Deus, presidida por um diácono ou inclusive por um leigo, especialmente delegado. A estrutura desta celebração será semelhante a da liturgia da palavra na missa: geralmente se lerão em língua vernácula a epístola e o evangelho da missa do dia, antepondo e intercalando cantos, tomados preferentemente dos salmos. Se é diácono o que preside, pronunciará a homilia e, se não é, lerá a homilia preparada pelo Bispo ou pelo pároco. A celebração terminará com a oração comum ou dos fiéis e o Pai Nosso. É conveniente que a celebração da Palavra de Deus nas vigílias das festas mais solenes, nalgumas férias do advento e da quaresma e também nos domingos e dias festivos, seja feita segundo a liturgia da Palavra na missa, ainda que nada impeça que haja uma só leitura. Ao dispor as várias leituras, até que se perceba claramente a história da salvação, a leitura do Antigo Testamento preceda geralmente a do Novo, de maneira que o Evangelho resulte como coroamento de tudo. As Comissões litúrgicas diocesanas procurem indicar e fornecer os elementos necessários para que digna e religiosamente se façam estas celebrações” (n.37-37).
1967	Instrução <i>Eucharisticum Mysterium</i>	“... que os fiéis comunguem na mesma celebração eucarística. Mas os padres não recusem administrar a sagrada comunhão, inclusive fora da missa, aos que pedem com justa causa.... Quando se distribui a comunhão nos horários prescritos fora da missa, segundo a conveniência, pode ser precedida de uma breve celebração da Palavra de Deus, segundo a Instrução <i>Inter Oecumenici</i> . Se não se pode celebrar a missa por escassez de sacerdotes, se distribua a comunhão inclusive por um ministro que tenha esta faculdade por indulto da Sede Apostólica e deve guardar-se o rito prescrito pela autoridade competente”. (n.33)

DATA	DOCUMENTO	TEXTO
1968	O Documento de Medellin	“Incrementem-se as sagradas celebrações da Palavra, conservando sua relação com os sacramentos nos quais ela alcança sua máxima eficácia e particularmente com a Eucaristia. Promovam-se as celebrações ecumênicas da Palavra...”
1972	“Motu Proprio” <i>Ministeria Quaedam</i>	“O Papa São Paulo VI, com o ‘Motu Proprio’ <i>Ministeria Quaedam</i> , afirma que a fé e o batismo são o fundamento dos ministérios de leitor e acólito; que estes ministérios são uma graça que se confere a quem é instituído; são confiados como tarefa e missão a serem desempenhadas no interior da comunidade eclesial e a seu serviço; não são apenas atividades rituais, mas serviços à vida da Igreja; não são recebidos e exercidos apenas por candidatos ao diaconato e ao presbiterado, mas também como ministérios permanentes e estáveis, recebidos e exercidos por leigos, que, assim, assumem um ofício qualificado no interior da Igreja. Entretanto, esses dois ministérios instituídos não floresceram em várias partes da Igreja, talvez por serem restritos aos homens; todavia, <i>Ministeria Quaedam</i> inspirou formas de reconhecimento de vários ministérios confiados a cristãos leigos e leigas, a partir das necessidades das Igrejas particulares” (Ministério e celebração da Palavra, Doc. 108 da CNBB, n. 44).
1973	O ritual da sagrada comunhão e o culto do mistério eucarístico fora da missa	Os fiéis, mesmo sem a missa, podem receber o corpo do Senhor. Deve, porém, estar sempre claro, que: “Ouvindo a Palavra de Deus, os fiéis reconheçam que as maravilhas de Deus, então anunciadas, alcançam seu ponto culminante no mistério pascal, cujo memorial se celebra sacramentalmente na missa e do qual participam pela comunhão. Além disso, acolhendo a Palavra do Senhor e alimentando-se dela, são conduzidos em ação de graças a uma participação frutuosa nos mistérios da salvação” (n. 26).  Esse ritual segue as linhas orientadoras da <i>Eucharisticum Mysterium</i> . Nele, a celebração da Palavra de Deus vai ganhando corpo. Já temos: ritos iniciais, ritos da Palavra e comunhão
1979	O Documento de Puebla	Coloca a Celebração da Palavra entre os compromissos pastorais que os bispos assumiram com especial ênfase: “Fomentar as celebrações da Palavra dirigidas por diáconos ou leigos (homens ou mulheres)” (n. 944).

DATA	DOCUMENTO	TEXTO
1983	O Código de Direito Canônico	Quando trata do cumprimento do preceito dominical recomenda a liturgia da Palavra: "Por falta de ministro ou por outra causa, se a participação na celebração eucarística se tornar impossível, recomenda-se vivamente que os fiéis participem da liturgia da Palavra, se houver, na igreja paroquial ou em outro lugar sagrado, celebrada de acordo com as prescrições do Bispo diocesano...." (cânon 1248, § 2.)
1988	O Diretório para as celebrações dominicais da Palavra na ausência do presbítero	Além da introdução geral, se desdobra em três partes. A primeira fala do domingo e sua santificação, tomando como ponto de partida o número 106 da <i>Sacrosanctum Concilium</i> sobre a liturgia. A segunda parte apresenta as condições para as celebrações dominicais na ausência do presbítero. E a terceira parte descreve brevemente como deve ser o rito das celebrações da Palavra de Deus.
1989	O documento 43 da CNBB: Animação da vida litúrgica no Brasil	É constituído de duas partes: A primeira, contendo dez capítulos, reflete sobre elementos que constituem a realidade da vida litúrgica pós-conciliar e seus desafios atuais. A segunda, em dois capítulos, apresenta orientações pastorais sobre a celebração eucarística. O documento trata das celebrações na ausência do presbítero, nos números 93-102 <sup>i</sup> . De uma forma bastante sintética, aprofunda o assunto e oferece orientações para as comunidades. Parte da realidade de que milhares de comunidades, não tendo a presença do padre, celebram o mistério de Cristo através da Palavra de Deus.
1992	O documento de Santo Domingo	"Nossas Igrejas locais, que se expressam plenamente na liturgia e em primeiro lugar na Eucaristia, devem promover uma séria e permanente formação litúrgica do povo de Deus em todos os seus níveis, a fim de que ele possa viver a liturgia espiritual consciente e ativamente. Esta formação deverá ter em conta a presença de Cristo na celebração, seu valor pascal e festivo, o papel ativo que cabe à assembleia e seu dinamismo missionário. Preocupação especial deve ser promover e dar uma séria formação a quem esteja encarregado de dirigir a oração e a celebração da Palavra na ausência do presbítero. Parece-nos, enfim, que é urgente dar ao domingo, aos tempos litúrgicos e à celebração da Liturgia das Horas todo seu sentido e força evangelizadora" (n. 51).

i Não é possível reproduzir o conteúdo desses números aqui em nosso trabalho, devido a extensão dos mesmos.

DATA	DOCUMENTO	TEXTO
1994	O documento 52 da CNBB: Orientações para a celebração da Palavra de Deus	O documento começa com a explanação do sentido litúrgico da celebração da Palavra de Deus. Ainda na primeira parte, o documento menciona outros elementos a serem considerados para que haja uma ótima celebração: a equipe de celebração (cf. n. 42-43) e o espaço celebrativo (cf. n. 44-49). Na segunda parte, o documento apresenta os elementos para o roteiro da celebração (cf. n. 50-94). Oferece em anexo, oito roteiros para a celebração dominical da Palavra de Deus.
2007	O documento de Aparecida	“Com profundo afeto pastoral, queremos dizer às milhares de comunidades com seus milhões de membros, que não têm oportunidade de participar da Eucaristia dominical, que também elas podem e devem viver ‘segundo o domingo’. Podem alimentar seu já admirável espírito missionário participando da ‘celebração dominical da Palavra’, que faz presente o Mistério Pascal no amor que congrega (cf. 1Jo 3,14); na Palavra acolhida (cf. Jo 5,24-25) e na oração comunitária (cf. Mt 18,20)” (n. 253).
2010	Exortação Apostólica <i>Verbum Domini</i>	“Os Padres sinodais exortaram todos os Pastores a difundir, nas comunidades a eles confiadas, os momentos de <i>celebração da Palavra</i> <sup>ii</sup> : são ocasiões privilegiadas de encontro com o Senhor. Por isso, tal prática não pode deixar de trazer grande proveito aos fiéis, e deve considerar-se um elemento importante da pastoral litúrgica. Estas celebrações assumem particular relevância como preparação para a Eucaristia dominical, de modo que os fiéis tenham possibilidade de penetrar melhor na riqueza do Leccionário para meditar e rezar a Sagrada Escritura, sobretudo nos tempos litúrgicos fortes do Advento e Natal, da Quaresma e Páscoa. Entretanto a celebração da Palavra de Deus é vivamente recomendada nas comunidades onde não é possível, por causa da escassez de sacerdotes, celebrar o Sacrifício Eucarístico nos dias festivos de preceito. Tendo em conta as indicações já expressas na Exortação apostólica pós-sinodal <i>Sacramentum caritatis</i> sobre as assembleias dominicais à espera de sacerdote <sup>iii</sup> , recomendo que sejam redigidos pelas competentes autoridades diretórios rituais, valorizando a experiência das Igrejas Particulares. Assim, em tais situações, não-de favorecer-se celebrações da Palavra que alimentem a fé dos fiéis, mas evitando que as mesmas sejam confundidas com celebrações eucarísticas; ‘devem antes tornar-se ocasiões privilegiadas de oração a Deus para que mande sacerdotes santos segundo o seu Coração’” (n. 65).

ii Cf. *Propositio* 18; CONC. ECUM. VAT. II, Const. sobre a sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, 35.

iii Cf. BENTO XVI, Exort. ap. pós-sinodal *Sacramentum caritatis* (22 de Fevereiro de 2007), 75: AAS 99 (2007), 162-163.

DATA	DOCUMENTO	TEXTO
2019	O documento 108 da CNBB: Ministério e celebração da Palavra de Deus	A CNBB constitui comissões para o estudo e reflexão sobre os ministérios e a celebração da Palavra. Inicialmente distintas, as comissões foram unificadas e com o intuito de oferecer “linhas básicas e diretrizes gerais para a elaboração de um plano de formação e acompanhamento dos ministros(as) da Palavra de Deus...” <sup>iv</sup> . Este ano (2019), após um tempo de reflexão e estudo, a CNBB publicou o documento 108 que trata dos ministérios da Palavra, desde o Novo Testamento até os nossos dias, e, por último oferece fundamentação teológico-litúrgico sobre a celebração da Palavra, bem como roteiros celebrativos e um rito para conferir o ministério da Palavra.

### 3. Considerações a respeito dos pronunciamentos da igreja contidos nos documentos citados e da prática realizada no Brasil

De modo geral, as celebrações dominicais da Palavra de Deus são vistas com bons olhos e há um reconhecimento de que são uma oportunidade para a Igreja, pois elas garantem e salvaguardam grandes valores do dia do Senhor, tais como:

- a reunião da assembleia;
- a oração em comunidade - um espaço onde os participantes nutrem a fé cristã através da escuta da Palavra que é anunciada e, a partir da escuta, dialogam com Deus;
- a celebração do mistério pascal - garantem a memória da páscoa no dia do Senhor;
- a escuta da Palavra de Deus no ritmo do ano litúrgico;
- a valorização dos ministérios leigos;
- reforçam a dimensão comunitária e o compromisso com as iniciativas de evangelização, etc

D. Clemente Isnard<sup>20</sup> assegurou que: “sem a celebração da palavra de Deus não teremos verdadeiras comunidades eclesiais de base, e, sem estas, o povo brasileiro, em grande parte, não conservaria a fé católica” e Ione Busyt afirmou: “o Espírito Santo suscitou e a Igreja confirmou as comunidades com suas lideranças, seus ministros e ministras, leigos/as e religiosos/as que foram surgindo neste processo e se colocam à disposição do Senhor e dos irmãos e irmãs. A existência dessas comunidades não somente garantiu à Igreja a sobrevivência em tantos lugares afastados ou de periferia das grandes cidades, como também lhe deu uma nova vitalidade e uma cara mais doméstica e inculturada”.

*(O grupo pode acrescentar outros elementos...)*

No entanto, parece que uma constante, em alguns documentos da Santa Sé, é a dificuldade de aceitar com certa tranquilidade a presidência do leigo. Há diversas recomendações e restrições

iv Doc. 108 *Ministério e celebração da Palavra*, p. 11.

20 D. Clemente Isnard, na época era bispo de Nova Friburgo, RJ e foi responsável pela Dimensão Litúrgica da CNBB.

quando a presidência é realizada por um leigo: Em relação à homilia<sup>21</sup>, na ocupação do espaço, não lhe é permitido ocupar a cadeira presidencial<sup>22</sup>. Quando ele é o dirigente é denominado como um moderador<sup>23</sup> e não presidente etc. Também o documento 108 da CNBB *Ministérios e celebração da Palavra* denomina o leigo como 'dirigente'.

É importante a constatação de que, aos poucos, a celebração dominical da Palavra de Deus, foi ganhando um caráter litúrgico:

- 1) O caráter litúrgico das celebrações dominicais da Palavra de Deus ganha mais sentido e densidade, colocando-a no quadro maior da *Sacrosanctum Concilium* que recupera o fundamento e as fontes da liturgia da Igreja.
- 2) A celebração do mistério da salvação ao longo do ano litúrgico.
- 3) A estrutura da celebração – em vários documentos são apresentados elementos para um esquema ritual. Aí percebemos um caminho crescente. A Instrução *Inter Oecumenici* propõe a estrutura da liturgia da Palavra, que é retomada na Instrução *Eucharisticum Mysterium*, no *Ritual da Sagrada Comunhão e o Culto Eucarístico fora da Missa* e também no *Código de Direito Canônico*. Nesses documentos já percebemos a dinâmica do diálogo iniciado por Deus e a resposta da comunidade orante: louvor e súplica, ações simbólicas.
- 4) A distribuição da comunhão – a Instrução *Eucharisticum Mysterium* abre esse caminho que depois ganha consistência em outros documentos, sobretudo no *Ritual da Sagrada Comunhão e o Culto Eucarístico fora da Missa*.
- 5) O louvor e a ação de graças como momento ritual – sobretudo no Diretório da Sagrada Congregação para o Culto Divino, *Celebrações dominicais na ausência do presbítero*, no documento 52 da CNBB, *Orientações para a celebração da Palavra de Deus* e ainda no documento 108 da CNBB *Ministérios e celebração da Palavra*. Esses três documentos, além de valorizarem a dimensão do louvor, recuperam elementos fundamentais de uma celebração litúrgica: reunião, liturgia da Palavra, gestos simbólicos e por fim a despedida.

Não obstante os valores que as celebrações dominicais da Palavra salvaguardam permanecem desafios:

- muitas comunidades não tem acesso à herança deixada por Jesus: “Fazei isto em minha memória”, ou seja celebrar a eucaristia todos os domingos (direito à Eucaristia);
- a dispersão populacional, a situação geográfica e econômica, dificultam um acompanhamento pastoral por parte das dioceses e paróquias;
- o fato de ser uma celebração que ‘substitui’ a celebração eucarística e a maioria ser presidida por leigos/leigas, existem muitas restrições e limites para a atuação dos ministros não ordenados;
- a formação para os/as ministros/as da Palavra e as equipes de celebração ainda é muito aquém do ideal;
- a questão ministerial na Igreja não resolvida;

21 O leigo lê a homilia que foi preparada pelo padre. Cf. Instrução *Inter Oecumenici*, n. 37 e CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. *Diretório celebrações dominicais na ausência do presbítero*, n. 43.

22 Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. *Diretório celebrações dominicais na ausência do presbítero*, n. 40.

23 Cf. *Ibid.*, n. 42.



- Crer realmente que Cristo está presente na comunidade reunida e na Palavra de Deus e que a mesa da Palavra é alimento;

*(O grupo pode acrescentar outros desafios...)*

Pergunta:

A celebração dominical da Palavra de Deus, não obstante ser uma modalidade que substitui a celebração eucarística, é fruto da reforma litúrgica no Brasil. Levando em conta as contribuições e desafios e a realidade atual, em que e como essa prática litúrgica pode contribuir mais ainda para impulsionar a reforma litúrgica no Brasil, num eficaz movimento litúrgico, à luz do pontificado do papa Francisco?

## Ministérios litúrgicos e participação ativa: caminho de discipulado!

M. Lourdes Zavarez

### Pra início de conversa:

***“Eu vos exorto, pois irmãos/as, pelas misericórdias de Deus, a oferecerdes vossos corpos em sacrifício vivo, santo, agradável a Deus: é este o vosso culto espiritual” (Rm 12,1).***

Com estas palavras do apóstolo somos introduzido/as oportunamente na compreensão da liturgia cristã como “cume”, “fonte”, escola e celebração da vida cristã (cf. SC 10)... *a primeira e necessária fonte, da qual os fiéis haurem o espírito verdadeiramente cristão*(SC 14).

Vida cristã é, antes de tudo, *adesão à pessoa de Jesus Cristo, seguimento de seu caminho, identificação com ele em sua morte e ressurreição, em sua entrega total a serviço do Reino, “até que Deus seja tudo em todos”*(1Cor15,28). É um processo pascal, um êxodo existencial que envolve todas as dimensões e momentos de nossa vida.

Segundo a tradição da Igreja, a celebração litúrgica é o lugar primordial para cultivo da vida cristã, por ser ela a expressão comunitária da fé e por ter como eixo a memória da páscoa do Cristo e a nossa páscoa; por ser a liturgia experiência de escuta da Palavra de Deus, à qual respondemos em atitude de fé, com nossas **orações** (espontâneas ou formuladas), nossos **gestos**, nossos cânticos e nosso **silêncio**... As leituras bíblicas são proclamadas e interpretadas, não para passar informações, doutrina sobre Deus ou levar a um conhecimento racional, mas para possibilitar a experiência comunitária do encontro com a Palavra viva, o Verbo encarnado, Jesus Cristo, conduzindo-nos no caminho de seu seguimento. Portanto, com sua ritualidade, a liturgia destina-se a permear e transformar toda a nossa vida em Cristo.

Mas, não basta estar presente na celebração para termos parte na vida do Espírito que nos é oferecida. *Antes de tudo, é necessário que os fiéis se aproximem da sagrada liturgia com abertura de coração, acompanhem com a mente as palavras e participem com conhecimento de causa, ativa e frutuosamente* (cf. SC 10 e 11). *É preciso desenvolver a atenção, a percepção, aprender a participar de cada momento da celebração (leitura, salmo, oração eucarística, etc) com o máximo de atenção, de presença, de consciência do corpo em sua relação com a mente, o afeto, o espírito e o Espírito Santo.*

E para que a comunidade celebrante chegue a uma sintonia profunda com a Palavra, com a oração e com o sacramento, é preciso a atuação dos vários ministérios que animam. “Animar” não significa criar coisas novas, mas, “dar vida” ao que já constitui a celebração cristã, favorecer o ritmo mais adequado, conseguir que a ação comum seja expressiva e autêntica, com uma participação mais consciente, viva e amorosa por parte de todos. O animador primeiro é o próprio Espírito do Ressuscitado!

É Ele que a cada liturgia vem e nos transforma, nos faz entender a Palavra de Deus, suscita uma resposta a Deus na oração e no compromisso com o Reino. Na celebração da ceia do Senhor, Ele está presente para nos tornar um só Corpo em Cristo, ao partilharmos e comermos o pão e bebermos juntos o vinho eucarístico. Ao cantarmos o Ofício Divino, é Ele que faz o Cristo cantar em nós, louvar a Deus e colocar diante dele as necessidades do mundo.

É Ele que conduz cada ministério! É bom lembrar que a palavra ministério, do grego “diaconia, em latim, *ministerium* significa “serviço”, e, *minister*, “servidor”. Aquele que é, por excelência, “ministro” é Jesus Cristo, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida pela redenção de muitos”(Mt 20,28; Mc 10,45)). **Servir** é um dos três verbos que traçam o caminho do discípulo: *seguir*, **servir** e *subir a Jerusalém, à cruz, doando a vida!*<sup>1</sup>

O ministério de Cristo exercido na sua caminhada entre nós é ponto central da ministerialidade e culmina no mistério pascal: serve, dando a vida e entregando-nos o dom de seu Espírito que nos anima, liberta e santifica, fazendo-nos passar da morte para a vida (cf. 1Cor 15,54-57).

Outros nomes ainda expressam a dimensão do ministério de Cristo: *apóstolo* (Hb 3,1); *pastor* (Jo 13,3); *bispo: supervisor* (1Pd 2,25), *sacerdote* (Hb 5,6;7,17.21; 4,14-15). Policarpo, no fim do sec I, chamará o Cristo de “*diácono servo de todos*”. Ele é o nosso *Mestre* para o exercício dos ministérios litúrgicos! Mestre em realizar a liturgia: “obra de Deus” e “prestação de serviço ao povo”!

Esta ministerialidade de Cristo-Cabeça se estende a todo seu Corpo: na verdade a Igreja tem por objetivo intrínseco este serviço pascal, escatológico, em tensão entre o mundo em que está encarnada e o reino a que se destina (Hb 13,10). É o que caracteriza também sua espiritualidade.

## 1 - Povo sacerdotal, Igreja de comunhão, toda ministerial

É necessário lembrar que o Novo Testamento aponta para uma Igreja dotada de carismas e toda ministerial, com uma estruturação baseada na igualdade de todos os batizados, e portanto, sem a dicotomia atual clero/leigo. No início, o termo grego *kleros dos santos* (cf. Cl 1,12)<sup>2</sup> foi aplicado a toda a comunidade, chamada a participar da *herança dos santificados* (At 20,32;26,18). O mesmo se dá com o termo *hireus* (sacerdote) aplicado a Cristo e a toda comunidade (cf 1Pd 2,9; 2,5 Ap 1,5b.6;5,9.10; Ef 2,12-22; Rm12,1;Hb 10,20...) O próprio Cristo situa-se fora da dicotomia entre sacerdote/leigo e condena todas as atitudes de prepotência e competição, chamando sempre para a mística do serviço: o maior entre vocês, seja o que serve... (cf. Mt 20, 25-28; Mc12,38-44; Lc 10,25-37...) Toda a comunidade se constituía *raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, um povo adquirido por Deus*.(cf. 1Pd 5,1-3) e a *multidão de fiéis, tinha um só coração e uma só alma, não havendo nenhuma distinção entre eles*.( cf. At 4, 42-47).

Os ministérios litúrgicos não apareciam ainda delineados; isso porque todo o povo é sacerdotal e deve se constituir como culto espiritual e hóstia viva agradável a Deus. (cf. Rm 12). Neste sentido, não é possível silenciar sobre os ministérios exercidos pelas mulheres, algumas cujos nomes estão registrados, como Tabita, Maria, mãe de João Marcos. Lidia, Febe e outras...(cf. At 9,36-39; 12,12; Rm 16,12...)

É somente no século I que aparece pela primeira vez o termo *laikos* (homem-leigo) na Carta de **Clemente de Roma aos Coríntios**, usado duas vezes, distinguindo entre “o rebanho de Cristo”, os presbíteros e os que possuíam autoridade pública (cf. 1 Clem 54,2; 37,3; 41,1). Mesmo apresentando uma conotação negativa do termo leigo, a carta não defende o monopólio dos

<sup>1</sup> Jo 1,39 - “permaneceram com Ele”

<sup>2</sup> Cl 1,12 - Consagrados ao Reino da Luz.

presbíteros nos ministérios litúrgicos. Exorta a cada um dos irmãos *a agradar a Deus em seu cargo, agindo segundo sua consciência correta, com dignidade, sem infringir as regras estabelecidas para sua função*”(1Clem 8,5).

No século II **Justino**, abandona o conceito de “leigo” e insiste na dignidade de ser discípulo. Para ele todos são sacerdotes e não existe um sacerdócio ministerial que esteja acima do sacerdócio universal dos cristãos.

Portanto, a tradição recebida das primeiras comunidades, nos primeiros séculos do cristianismo, testemunha a existência de muitos ministérios: além do que presidia a celebração, havia diáconos, leitores, acólitos, salmistas, porteiros... Os leitores, além do serviço de proclamar a Palavra na liturgia, tinham a tarefa de guardar as sagradas escrituras e de transmitir os ensinamentos da fé num verdadeiro Ministério da Palavra. Aos acólitos cabia dar atenção aos pobres, preparar e servir a mesa, levar comunhão aos doentes e prisioneiros, os que não podiam participar da assembleia.

Com o processo de clericalização, os ministérios de leitores e acólitos passaram a ser considerados como ordens menores, isto é, como etapas para a ordenação presbiteral. Aos poucos desapareceram os ministérios na Igreja, restando **o coral e os/as zeladores/as** do espaço celebrativo. O acólito foi substituído pelo **coroinha** para ajudar o padre e responder a missa no lugar da assembleia.

O Concílio Vaticano II enfatizou o sacerdócio dos batizados, recuperou a participação dos fiéis na missão da Igreja, conseqüentemente também na liturgia e nos ministérios litúrgicos. E fez isso por uma razão teológica: expressar a Igreja Povo de Deus, Corpo de Cristo, comunidade ministerial, onde cada pessoa tem uma função a serviço de todos. Assim a *Sacrosanctum Concilium* afirma que ninguém deve acumular função na liturgia (SC 28) e que “acólitos, leitores, comentadores e cantores exercem um verdadeiro ministério litúrgico”. E recomenda que “desempenhem as suas funções com devoção e ordenadamente, como convém à dignidade do ministério e ao que o povo de Deus deles exige, com todo direito” (SC 29).

A nova compreensão de Igreja trazida pelo Vaticano II, como mistério de comunhão, tendo como fonte e horizonte a comunhão trinitária, sublinha a igualdade radical de todos os batizados trazendo sólida sustentação, profundo sentido e nova direção para esta grande diversidade de ministérios.

O sacerdócio de todos os/as batizados/as, como participação no único sacerdócio de Jesus Cristo é antes de tudo o “culto existencial, que consiste na transformação da totalidade da vida por meio da caridade divina” (CNBB, Missão e ministérios leigos e leigas cristãos, n.68).

Portanto, antes mesmo de sermos ministros e ministras, inclusive ordenados, somos pelo batismo, povo sacerdotal habilitado a render um culto agradável a Deus com nossa vida doada em vista *de vida plena, feliz e abundante para todos*.

O seguimento de Jesus é o fundamento e a motivação para o exercício de todo e qualquer ministério na comunidade cristã, como um modo de ser discípulo/a.

Na expressão de Paulo, os ministérios constituem o dinamismo do Corpo de Cristo, que é a Igreja: “*pois como em um só corpo temos muitos membros, mas todos os membros não têm a mesma função, assim nós, embora sejamos muitos, somos um só corpo em Cristo, e cada um de nós somos membros uns dos outros*”(Rm 12,4-5) “*e a cada um é dada a manifestação do Espírito para a utilidade comum*”(1Cor 12,7).

Por isso, dons e carismas devem ser recebidos com gratidão e humildade, colocados como serviço

para edificação do corpo eclesial, atendendo suas mais diversas necessidades em vista do Reino, e não como privilégios e honras pessoais. Temos presentes os edificantes gestos do Papa Francisco, entre eles suas palavras ao lavar os pés de jovens presidiários na 5ª feira-santa: **“Quem está mais alto é que deve se abaixar e servir.”**... atitude que nos faz lembrar Filipenses 2, 5-8:

***“Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus: Ele tinha a condição divina, e não considerou o ser igual a Deus, como algo a que se apegar ciosamente. Mas esvaziou-se a si mesmo, e assumiu a condição de servo, tomando a semelhança humana. E achado em figura de homem, humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de cruz.”***

## 2 - Os Ministérios na assembleia Litúrgica

Ministérios litúrgicos são serviços exercidos por pessoas da comunidade, de forma estável, em resposta a um carisma pessoal e a necessidades concretas, em vista da *participação ativa, consciente, plena e frutuosa* da assembleia no decorrer de uma celebração.

Todo ministério litúrgico situa-se dentro de uma celebração cuja finalidade fundamental é a memória da morte e ressurreição do Senhor, seja a Eucaristia, os outros sacramentos e sacramentais, seja a celebração dominical da Palavra, o Ofício Divino, as exéquias, etc.

Existem na Igreja atualmente três tipos de ministérios litúrgicos:

- Ordenados: bispos, presbíteros, diáconos;
- Instituídos: leitor e acólitos
- E muitos outros vão surgindo, com certa estabilidade e reconhecimento como resposta a necessidades vitais da comunidade: catequistas, leitores, acólitos, comentaristas ou animadores, ministros do acolhimento, cantores e instrumentistas, coordenadores do Ofício Divino, coordenadores de celebrações dominicais da Palavra... ministros/as do batismo, testemunhas qualificadas da celebração do matrimônio, ministros e ministras extraordinários da comunhão, sacristãos.

De acordo com a terminologia usada pela CNBB no doc 62: *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*, nn. 87-93, podemos ainda, diferenciar entre os ministérios leigos: *ministérios reconhecidos* e *ministérios confiados*.

- a) Ministérios “reconhecidos”: “... quando ligados a um serviço significativo para a comunidade, não tão permanente, podendo vir e desaparecer, quando variam as circunstâncias”. Costumam ser assumidos sem nenhuma formalidade canônica e mesmo sem um gesto litúrgico, mas são formas verdadeiramente ministeriais; recebem o reconhecimento da comunidade e de outras instâncias eclesiais.
- b) Ministérios “confiados”, por algum gesto litúrgico ou alguma forma canônica: “ por exemplo, ministérios da sagrada comunhão e do batismo, e de outros ministérios cuja colação e exercício dependem da ‘iniciativa prévia’ da autoridade da Igreja, às vezes o próprio pároco, às vezes o bispo ou alguém delegado por ele.”

Fala-se de ministérios de “suplência”, quando leigos e leigas assumem funções que historicamente são consideradas próprias e típicas do ministério ordena-

do. É o próprio documento levanta uma questão, caso isto perdure: “ por que não pensar numa reorganização mais ousada dos ministérios eclesiais, criando verdadeiros e próprios “ofícios” a serem conferidos a leigos e leigas estavelmente e com responsabilidade própria e não simplesmente como suplência?”

Embora os termos “ministérios” e “serviços” costumam ser usados como sinônimos o documento lembra que “ministério”... “ implica maior ou menor representatividade da Igreja e compromisso das autoridades eclesiais correspondentes em relação à pessoa que o exerce”; e “serviço” é da ordem do testemunho (por exemplo, a atuação de um/a cristão na política): Para isso não exige nenhuma designação ou reconhecimento. O fundamento para estes serviços se encontra nos sacramentos de iniciação cristã (batismo, confirmação, eucaristia), pelos quais nos tornamos participantes da missão de Jesus Cristo.

Todos os demais citados anteriormente são considerados um verdadeiro ministério litúrgico, cada um em sua função. Quanto mais viva e participativa for uma comunidade, mais ministérios surgem para acompanhar o crescimento da comunidade e a diversificação de suas celebrações.

Os ministérios mais comuns na Celebração dominical são: a presidência, os acólitos que fazem um serviço de apoio para que os diversos ritos se realizem da melhor maneira: uns acolhem o povo à porta, outros entram com a cruz, com o incenso e as velas na procissão de entrada, cuidando do incenso durante toda a celebração; outros trazem o pão consagrado para o altar e ajudam na distribuição da comunhão,(quando necessário) Há também os leitores, salmista, cantores, instrumentistas, e o animador (comentarista) que auxilia na coordenação, fazendo as monições e dando, quando necessário, indicações para a assembleia. Nas celebrações maiores, é importante que alguém faça o serviço de guia, orientando discretamente e dando segurança aos demais ministros/as. Há também, os ministros/as extraordinários da comunhão e zeladores ou sacristãos que cuidam do espaço celebrativo.

Qualquer que seja a função é fundamental exercer o ministério com a consciência de sermos servidores do Cristo e dos irmãos, o que constitui privilegiada possibilidade de crescimento no seguimento de Jesus, como discípulo/a.

Crescimento que se dá, primeiro, pela própria prática, exercitando na fidelidade a tarefa que nos é confiada; aceitando humildemente que seja avaliada, à luz da atitude de Jesus; pela vigilância constante de não fazer do ministério um meio de nos envaidecer, nos promover e, por fim, fazer do exercício do ministério um momento orante, de diálogo amoroso com o Deus da Vida.

### **Ao concluir... uma palavra final oportuna:**

#### **“Descobrir a liturgia na sua completeza celebrando a liturgia na sua inteireza”! (RL 237, p.7)**

“Pela participação corporal-espiritual na liturgia, a assembleia e os vários ministérios, vamos assimilando o jeito de ser de Jesus, sua relação com o Pai e com o povo, sua entrega radical a serviço do Reino e dia após dia, ano após ano, vamos sendo moldados por Ele mediante o encontro com os irmãos e irmãs, os salmos, as orações, a escuta e interpretação das leituras bíblicas, as ações simbólicas, a música ritual, o espaço litúrgico... Somos assim como que “encharcados” pelo Espírito de amor que nos leva a viver em união com Jesus, continuando em nossa história atual a missão

dele, abrindo espaço para a vinda do Reino de Deus, em todas as realidades de nossa vida pessoal e social.

Portanto, nada de confundir “Espírito Santo” e “espiritualidade” com intimismo ou sentimentalismo. Interioridade, sim; intimismo, não. Afeto e sentimento sim, sentimentalismo, não.

Que os ministros e ministras que conduzem a celebração saibam fazer acontecer *liturgias espirituais*, deixando-se guiar pelo Espírito, superando não só o formalismo, o rubricismo e a frieza no relacionamento com Deus e com os irmãos e irmãs, mas também as emoções fáceis e superficiais.

## As Comissões de Espaço Litúrgico e Arte Sacra: um pedido da SC

Pe Thiago Faccini Paro

1

O Concílio Ecumênico Vaticano II, através do documento *Sacrosanctum Concilium* (SC), promulgado em dezembro de 1963, chama a atenção para a importância e dignidade da arte sacra (Cf. SC 44-46), e orienta as autoridades eclesiais a criarem comissões que cuidem e zelem da arte destinada ao culto litúrgico. Neste sentido, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), já em 1964 no seu primeiro encontro Nacional de Liturgia, previa iniciativas no campo da arte sacra.

Em 1971 a CNBB publica o Documento Base sobre a Arte Sacra, como resposta ao proposto pela renovação litúrgica apresentando um caminho à Igreja do Brasil no que diz respeito ao cuidado do patrimônio arquitetônico e artístico: *“Os monumentos da Igreja, além de seu valor histórico-artístico, manifestam a verdadeira fé do povo para com Deus. E, sobretudo hoje, com maior grau de sensibilidade, os cristãos tem manifestado o seu profundo pesar por tantas alienações, furtos, usurpações, destruições do patrimônio histórico da Igreja. (...) Antes de qualquer mudança do espaço arquitetônico original, deve-se consultar a Comissão Diocesana de Arte Sacra ou o responsável para que se tenha plena consciência das consequências, evitando danos irreparáveis. Se a Igreja for tombada será indispensável a consulta ao órgão nacional ou estadual de proteção ao patrimônio histórico e artístico”*.

Porém, foi apenas no ano 2000, que foi criado oficialmente o Setor de Espaço Litúrgico da CNBB, chamado de Setor de Arte Sacra, vinculado a Comissão Episcopal Pastoral para Liturgia. Inúmeras foram as reflexões e esforços antes da concretização e implantação do Setor que teve como primeira assessora a Ir. Laíde Sonda, religiosa e arquiteta da Congregação das Pias Discípulas do Divino Mestre (PDDM).

O Setor de Espaço Litúrgico tem buscado desde então a:

- a) Orientar e incentivar a criação e fortalecimento das Comissões Regionais, Diocesanas e Paroquiais de Espaço Litúrgico e Arte Sacra;
- b) Conscientizar para o valor mistagógico dos espaços celebrativos.

Neste sentido, o setor de Espaço Litúrgico está à disposição para:

- Orientar na criação e fortalecimento das Comissões de Espaço Litúrgico e Arte Sacra;

1 Mestre em Teologia, Especialista em Espaço Litúrgico e Arte Sacra, Assessor do Setor de Espaço Litúrgico da Comissão Episcopal Pastoral para Liturgia da CNBB e Secretário Executivo da Associação dos Liturgistas do Brasil – ASLI.



- Assessorar cursos e formações sobre teologia do espaço celebrativo;
- Orientar o clero e comunidades na elaboração de projetos de construção, reforma e adaptação do espaço litúrgico;
- Avaliar e orientar os projetos arquitetônicos de igrejas de dioceses em que não existe as Comissões de Espaço Litúrgico e Arte Sacra.

Dentre as conquistas do Setor de Espaço Litúrgico da CNBB nos últimos anos, destaco:

A publicação do Estudo da CNBB 106: **“Orientações para projeto e construção de igrejas e disposição do Espaço Celebrativo”**, que tem por finalidade ajudar as comunidades a pensar, projetar e edificar seus espaços de Encontro com o Senhor. Outros dois estudos estão sendo redigidos e serão publicados em breve: “Orientações para adequação, restauro e preservação de igrejas” e “Vestes litúrgicas e vasos sagrados”.

A realização dos Encontros Nacionais de Arquitetura e Arte Sacra (ENAAS), que acontecem a cada dois anos com a intenção de promover um debate acadêmico e interdisciplinar sobre a dignidade dos espaços de celebração, bem como a importância da preservação do patrimônio artístico e cultural da Igreja. Os encontros favorecem assim, o intercâmbio de experiências e a formação, tornando-se assim um dos meios mais importantes de reflexão e articulação do Setor. Em setembro de 2019 aconteceu a 12ª Edição do ENAAS. A sugestão é que nos anos que não tenham os Encontros Nacionais, que se promovam encontros regionais e diocesanos que Arquitetura e arte Sacra.

Em 2017 uma grande conquista do Setor, foi a constituição da Pastoral dos Artistas Sacros, como ambiente de encontro, reflexão e partilha daqueles que estão diretamente envolvidos na criação dos programas iconográficos destinados aos espaços de celebração. A pastoral visa, portanto, refletir sobre a arte autenticamente litúrgica. Ainda a criação em parceria com o UNISAL e o Centro de Liturgia, do curso de Especialização em Espaço Litúrgico: Arquitetura e Arte Sacra.

Apesar das inúmeras iniciativas e esforços do Setor, e de grandes conquistas, ainda se tem um caminho longo nesta dimensão da liturgia. Dentre os desafios que permanecem, estão:

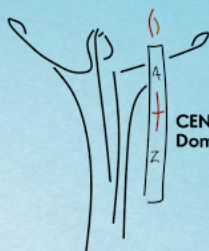
- Tornar o Setor de Espaço Litúrgico conhecido;
- Fazer com que as comissões de liturgia dos regionais e dioceses constituam o setor ou as comissões de Espaço Litúrgico e Arte Sacra;
- Formar e capacitar profissionais (arquitetos, engenheiros, artistas, restauradores...) e fazer que as comunidades compreendam a sua importância na elaboração e acompanhamento dos projetos de Espaço Litúrgico;
- Superar o devocionismo dos espaços celebrativos, criando uma arte verdadeiramente litúrgica;
- Conscientizar da necessidade do estudo sobre o espaço litúrgico e a arte sacra nos seminários, casas de formação e nos cursos atualização do clero e comunidades;
- Investir e incentivar clérigos e leigos a pesquisarem e produzirem reflexões acerca da teologia do espaço litúrgico e da arte sacra;
- Valorização e preservação do patrimônio artístico e cultural da Igreja.

Para refletir:

*Qual a importância do espaço litúrgico na celebração do mistério pascal e o que podemos fazer para conscientizar nossa comunidade de seu valor e identidade?*



**REALIZAÇÃO:**



**CENTRO DE LITURGIA  
Dom Clemente Isnard**

[www.centrodeliturgia.com.br](http://www.centrodeliturgia.com.br)

**EM PARCERIA COM:**



[www.redecelebra.com.br](http://www.redecelebra.com.br)



[unisal.br](http://unisal.br)